DIÁRIO DE NOTÍCIAS
DE SÃO PAULO
ISSN 2675-6676
R$ 6,00
www.diariodenoticias.com.br ANO XXXIV • Nº 7465 • SÃO PAULO, 28 A 30 DE AGOSTO DE 2021 DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

IPP acumula inflação de 21,39% no ano e de 35,08% em 12 meses

Dados do IBGE divulgados ontem, 27, mostram que o Índice de Preços ao Produtor (IPP), que inclui preços da indústria extrativa e de transformação, teve elevação de 1,94% em julho ante alta de 1,29% em junho. Com o resultado, o índice acumula taxas de inflação de 21,39% no ano (mais do que os 19,38% registrados em todo o ano de 2020) e de 35,08% em 12 meses. Considerando apenas a indústria extrativa, houve alta de 3,61% em julho, após o resultado de 8,71% registrado em junho. Já a indústria de transformação registrou aumento de 1,81% em julho, ante um desempenho de 0,74% no IPP de junho. No mês passado, 20 das 24 atividades industriais pesquisadas tiveram alta de preços em seus produtos, com destaque para os alimentos (2,09%), refino de petróleo e produtos de álcool (3,26%), indústrias extrativas (3,61%) e metalurgia (3,68%). Pág. 04

(Foto: EBC)

O presidente Jair Bolsonaro participou ontem, 27, da solenidade de passagem do Comando de Operações Especiais do Exército, em Goiânia. O general de Divisão Gustavo Henrique Dutra de Menezes deixou o cargo. O general de Brigada Carlos Alberto Rodrigues Pimentel assumiu as novas funções.

Bolsonaro conclama apoiadores a comprarem fuzil no lugar de feijão

Falando a simpatizantes, ontem, 27, em frente ao Alvorada, o presidente Bolsonaro conclamou seus apoiadores a comprarem fuzil, mesmo que seja caro, para lutar contra o que chamou de escravização. "Tem que todo mundo comprar fuzil, pô. Povo armado jamais será escravizado. Cara, se você não quer comprar fuzil, não enche o saco de quem quer comprar", declarou. Pág. 03

MEDICINA E SAÚDE

'Esquema' na Saúde tirou Abbott e Bahiafarma para beneficiar Precisa

O relator da CPI da Covid, Renan Calheiros (MDB-AL), e o vice-presidente da comissão, senador Randolfe Rodrigues, apontaram, com base em documentos recebidos pelo colegiado, os detalhes do esquema de corrupção que desclassificou empresas vencedoras de processos licitatórios para a venda de testes de covid - a Abbott e a Bahiafarma - em benefício da Precisa. Pág. 08

CPI inclui José Alves Filho e Ricardo Santana entre investigados

A CPI da Covid aprovou a inclusão dos nomes dos empresários José Alves Filho, representante da farmacêutica Vitamedic, e José Ricardo Santana, ex-secretário executivo da Anvisa, no rol de investigados da comissão. Os dois requerimentos foram feitos pelo relator da comissão, senador Renan Calheiros (MDB-AL). Pág. 08

Gilmar defende proposta de quarentena eleitoral para juízes e militares

(Foto: EBC)

O ministro do STF Gilmar Mendes saiu ontem, 27, em defesa da proposta de impor uma quarentena para juízes e militares que se candidatarem em eleições, projeto que foi duramente criticado pelo presidente Bolsonaro quinta-feira, em transmissão ao vivo nas redes sociais. A ideia consta do projeto de novo Código Eleitoral que aguarda votação na Câmara. Pág. 03

Ex-secretário da Anvisa teria favorecido Davati e Precisa, aponta CPI

(Foto: Senado)

Os registros da portaria do Ministério mostram que Santana acessou o prédio se identificando como "secretário" da Anvisa mais de 20 vezes após deixar a agência reguladora.

Acusado pela CPI da Covid de ter atuado como "lobista" da Precisa Medicamentos, de Francisco Maximiano, para tentar favorecer a empresa em licitações de vacinas do Ministério da Saúde, o ex-secretário da Anvisa José Ricardo Santana esteve pelo menos 25 vezes no Ministério da Saúde, de 2020 até este ano, segundo registros da portaria do Ministério. Em todas as ocasiões, foi ao Departamento de Logística (DLOG) da pasta, então chefiado por Roberto Ferreira Dias. Os registros mostram que Santana acessou o prédio se identificando como "secretário" da Anvisa mais de 20 vezes após deixar a agência reguladora, em março de 2020. A CPI da Covid considera que ele não estava envolvido apenas com o caso Davati, mas também com a Precisa Medicamentos, empresa que tentava intermediar a venda da vacina indiana Covaxin. A aquisição do imunizante não se concretizou, mas a empresa fechou outros contratos com o governo Bolsonaro. Pág. 03

EI assume atentado em Cabul e Biden promete caçar autores

Pág. 05

Número de mortes no atentado terrorista em Cabul passa de 180

Pág. 05

Só um homem-bomba atacou aeroporto de Cabul, diz Pentágono

Pág. 05

INDICADORES FINANCEIROS

Indicador	Valor
Salário Mínimo	R$ 1.100,00
IPCA (IBGE) - mês	0,96%
IGP-M (FGV) - mês	0,78%
IPC (FIPE) - mês	1,02%
TR pré	0,0000%
Taxa básica financeira - TBF	0,4190%
Ibovespa (pontos)	120.677
Poupança (mês)	0,24%
CDB pré 30 dias - ano	5,25%
CDB pré 90 dias - ano	6,04%
CDI acumulado - mês	0,37%
CDI anualizado	5,15%
Dólar comercial	R$ 5,1950/R$ 5,1960
Dolar turismo	R$ 5,1930/R$ 5,3630
Euro turismo	R$ 6,1260/R$ 6,1280

ESPORTES

PARALIMPÍADAS 2020 TÓQUIO

QUADRO DE MEDALHAS

	OURO	PRATA	BRONZE	TOTAL
1º. China	20	11	14	45
2º. Grã-Bretanha	9	10	9	28
3º. Atletas da Rússia	9	7	10	26
4º. Austrália	7	4	8	19
5º. Estados Unidos	6	5	1	12
6º. Brasil	**6**	**4**	**7**	**17**
7º. Holanda	5	4	3	12
8º. Itália	4	5	4	13
9º. Ucrânia	3	13	6	22
10º. Azerbaijão	3	0	2	5

FONTE CPB ® INFOGRAFFO

Petrobras já vendeu mais de R$ 231 bi em ativos desde 2015

Segundo o Privatômetro do Observatório Social da Petrobras (OSP), a estatal já vendeu R$ 231,5 bilhões em ativos entre janeiro de 2015 e julho de 2021. A maior negociação envolveu a venda de 34,1% das ações que a estatal ainda detinha da BR Distribuidora, equivalente a 73% do montante. Pág. 04

Estoque total de crédito atingiu R$ 4,265 tri em julho - alta de 1,2%

Conforme dados do Banco Central informados ontem, 27, o estoque total de operações de crédito do sistema financeiro avançou 1,2% em julho ante junho, para R$ 4,265 trilhões. De acordo com o BC, o estoque de crédito livre avançou 0,9% em julho, enquanto o de crédito direcionado apresentou alta de 1,6%. Pág. 04

OPINIÃO

Tecnologia como fator de competitividade para empresas de utilidades públicas

** Por Anderson Dutra e Eduardo Pozzi*

Com a entrada do mercado livre de energia e a possibilidade, a curto prazo, de os consumidores de menor porte serem beneficiados pela negociação do fornecimento de energia elétrica, as empresas do setor têm um grande desafio pela frente que é não perder o cliente para a concorrência. Nesse ambiente, ele pode acordar o preço do ativo diretamente com as distribuidoras e escolher o fornecedor que melhor lhe atenda.

Atualmente, no chamado mercado cativo, o cliente residencial, por exemplo, está atrelado a uma empresa e é obrigado a comprar energia da concessionária a qual está vinculado. Uma portaria do Ministério de Minas Energia (nº 465, de 12 de dezembro de 2019) definiu que, a partir deste ano, os consumidores com carga igual ou superior a 1.500 kW poderiam ser atendidos neste modelo; a partir do próximo ano, serão os que consomem até 1.000 kW; e em 2023, serão incluídos os que têm carga igual ou superior a 500 kW.

A ideia é que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) apresentem em breve um estudo que vai estipular faixas menores de consumo. Dessa forma, esse modelo de livre concorrência, que hoje é acessado apenas por grandes indústrias, irá beneficiar a curto prazo consumidores menores como uma padaria, por exemplo.

Nesse sentido, a tecnologia entra como uma aliada para as distribuidoras de energia elétrica que estão saindo de uma situação de monopólio e terão que se adaptar a esse novo modelo para manter o cliente fiel. Pode-se dizer que o advento tecnológico está transformando e se tornando um fator de competitividade para a indústria de utilidade públicas que inclui setores como energia elétrica e, também, saneamento. No modelo anterior, as empresas não enxergavam o cliente, mas sim o domicílio como uma unidade consumidora.

Com a entrada da tecnologia e novas regras de regulação, as empresas estão tendo que se adaptar a essa nova realidade já que o consumidor está se tornando mais livre e empoderado para escolher qual empresa deseja contratar.

Ferramentas como inteligência artificial conseguem prever e antecipar as necessidades do cliente e apresentar a solução que mais o agrada. Nesse sentido, espera-se apresentar um atendimento individualizado e customizado a fim de melhorar a experiência do consumidor. Além disso, recursos como reconhecimento do sentimento são capazes de verificar se ele está satisfeito ou não apenas com base no tom de voz e nas palavras utilizadas durante o atendimento com a empresa. Com base nesses indícios, a demanda pode ser redirecionada para o setor específico que poderá reverter essa situação.

Outro fato importante diz respeito ao uso de múltiplas formas de atendimento (telefone, aplicativo, redes sociais). Com o uso da tecnologia, é possível que as empresas passem a ter uma visão única com o histórico de todo o atendimento do cliente que ficará em uma base única de dados e com a padronização das informações nesses canais.

As empresas têm evoluído nesse sentido, mas ainda têm muito para avançar. Várias dessas tecnologias que já são realidade em países da Europa como Espanha e Portugal e ainda estão sendo estudadas e inseridas aos poucos pelas companhias de utilidades públicas brasileiras.

Em suma, até anos atrás, essas companhias não tinham a preocupação de encantar o consumidor que está se tornando empoderado no sentido de que não estará mais preso a um fornecedor de serviço, podendo escolher o que melhor agrada. De certo, sabemos que os negócios que não se adaptarem a essa nova realidade poderão ter uma perda grande de clientes e competitividade no mercado.

**Anderson Dutra é sócio líder de energia e recursos naturais da KPMG e Eduardo Pozzi é diretor de consultoria em energia e recursos naturais da KPMG.*

ARTIGO

Identifique sinais de abuso psicológico

**Alessandra Augusto*

Quando falamos de violência ou tortura pensamos logo em agressão física. O abuso ou violência psicológica tem por características palavras ou atos que coloquem a mulher em uma condição de humilhação, privação de sua liberdade de falar ou expressar, ser subjugada. Também gera a degradação da sua moral, quando é impedida de exercer sua vida social ou crença.

É importante sempre falarmos sobre esse tema, pois como não existe uma agressão física com empurrões, socos e sem a utilização da força física, muitas vezes a mulher não sabe que está vivendo uma violência. É interessante notar que o agressor também não entende isso como uma violência. Ele entende que agressão ou violência doméstica é apenas quando tem empurrão, chute ou espancamento. Hoje, como essas mulheres estão tendo voz, entendemos essa violência psicológica, que inclusive consta na lei Maria da Penha e é passível de punição.

O abuso não acontece por acaso ou do dia para noite, a pessoa já vem dando indícios no começo do relacionamento. Por exemplo, se eu tenho um namorado que começa a me limitar em relação aos meus amigos, eventos sociais e pontuando em relação às minhas roupas. Quando esse relacionamento evolui para um noivado ou casamento, a situação pode se estender na vida conjugal. Então, é importante prestar atenção aos sinais.

Vale ressaltar que muitas pessoas acreditam que abuso psicológico só acontece nas camadas mais baixas da sociedade e isso não é verdade. Há casos em que o companheiro aparentemente era perfeito e tinha uma situação financeira boa e se transforma nesse monstro.

O ideal é que, ao se relacionar, a mulher busque conhecer a família, o comportamento do companheiro, como ele era com os antigos relacionamentos, como era a conduta dele em relação a outras mulheres. Pergunte como foi o término, atente-se como ele é com a família, como se comporta, como é no profissional. Assim você passa a conhecer um pouco sobre o comportamento e temperamento desse indivíduo.

Geralmente quem pratica o abuso psicológico está mais caracterizado como abusador e manipulador. Ele faz com que a vítima entenda e acredite que a culpa é dela. Pois são usadas frases como "eu só fiz isso porque você me provocou". Ou "se você não tivesse feito isso, eu não teria feito aquilo". A vítima vai sendo envolvida e tendo esse prejuízo psicológico emocional. Ela se deprime e fica buscando nela o porquê dele agir assim.

O trabalho do psicólogo é fazer a mulher perceber e reconhecer que está vivendo isso. Existe essa dificuldade de reconhecer que tudo que ela passa, mesmo sendo verbalmente, constitui-se como violência. Isso causa danos emocionais, diminuição da autoestima e prejuízo no desenvolvimento pessoal e profissional dessa mulher. O sentimento dela é de estar acuada, humilhada e com medo. Existe um medo grande de dela sair desse relacionamento e/ou tomar qualquer atitude.

Os psicólogos recebem e acolhem mulheres fragmentadas e desacreditadas, pois, como não existem marcas físicas, seu discurso muitas vezes é desvalorizado. No processo terapêutico, objetivamos reestruturar essa autoestima e desconstruir crenças disfuncionais e ressignificar os fatos, buscando libertá-la do trauma dessa relação. Em alguns casos, é preciso passar por um longo processo psicológico. É importante mostrar que existe vida após o abuso e essa mulher merece e tem o direito de ser feliz.

**Alessandra Augusto é formada em Psicologia, Palestrante, Pós-Graduada em Terapia Sistêmica e Pós-Graduanda em Terapia Cognitiva Comportamental e em Neuropsicopedagogia e voluntária no Projeto Justiceiras. É a autora do capítulo "Como um familiar ou amigo pode ajudar?" do livro "É possível sonhar. O Câncer não é maior que você.*

ARTIGO

20 anos, e talvez você não tenha percebido...

**Leonardo Gonçalves*

Transformação digital. A combinação dessas duas palavras parece algo novo para você? A verdade é que já faz duas décadas que mudamos o nosso jeito de se relacionar, comprar, assinar documentos... Mudamos o nosso jeito de viver.

O papel deu lugar ao arquivo eletrônico, e a caneta ao certificado digital. A loja física divide espaço e a preferência dos consumidores com o e-commerce. Abrir uma conta no banco ou resolver uma pendência com a Receita tornaram-se atividades simples e que podem ser realizadas sem sair de casa, on-line.

Por trás de todas essas mudanças, e outras tantas, está a tecnologia e o trabalho incansável da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, que em 24 de agosto de 2001 iniciou sua história para mudar a nossa vida e o nosso país. Foi a partir da concepção dela que a certificação digital nasceu, cresceu, amadureceu e segue evoluindo para viabilizar transações digitais seguras e - não menos importante - simples, que facilitam a vida dos cidadãos e empresas.

Os impactos positivos da certificação digital podem ser vistos e desfrutados por todos. Engana-se quem pensa que somente os titulares de certificados digitais se beneficiam da tecnologia. Isso não é verdade, e eu explico com alguns exemplos. Quando você faz uma compra on-line e recebe a mercadoria no conforto da sua casa, com nota fiscal eletrônica, é o certificado digital da empresa da qual você comprou que proporcionou isso.

Quando você faz uma consulta médica on-line e recebe sua receita assinada digitalmente ou um pedido de exame sem ter que ir presencialmente no consultório, é o certificado digital do médico que viabilizou isso. Quando a instituição de ensino te dá a opção de receber o seu diploma no formato digital de maneira rápida, é o certificado que está por trás dessa comodidade.

São apenas três situações simples e que estão cada vez mais presentes em nosso cotidiano, porque evoluímos, mas, também, por conta da pandemia, que nos forçou a olhar com mais atenção à importância da tecnologia em nosso dia a dia.

A certificação digital só existe e está transformando o nosso país porque por trás há o compromisso da ICP-Brasil com a modernização e a manutenção da segurança nas relações no meio digital.

A transformação já aconteceu. Agora, estamos evoluindo como pessoas, como profissionais. A cada dia aprendemos que podemos fazer mais coisas em menos tempo. Se antes era preciso ir a um local de atendimento para ter um certificado, hoje você pode solicitá-lo 100% on-line por videoconferência. Se antes era preciso se deslocar para assinar e levar à outra parte um documento, hoje é possível firmar um contrato em poucos minutos, on-line e a qualquer hora e de qualquer lugar.

Obrigado, ICP-Brasil. Que venham mais 20 anos para melhorar a nossa vida e o nosso país.

**Leonardo Gonçalves é diretor de Relações Institucionais da CertiSign, IDTech e a Autoridade Certificadora líder no país.*

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Marcos Henrique
Comercial

Periodicidade: DIÁRIA

www.diariodenoticias.com.br
site

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Amaury Marques
Administração

Elaine Fernandes
Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

FUNDAÇÃO VANZOLINI TIRAGEM AUDITADA ANATEC

ARTIGO

Como usar a sua voz para compartilhar as suas ideias?

**Mônica Schimenes*

Você já se perguntou quantas palavras fala diariamente? Por incrível que pareça, uma pesquisa realizada, em 2006, pelo psicólogo Campbell Leaper, da Universidade da Califórnia (EUA), mostrou que as mulheres falam, em média, 20 mil palavras por dia, frente às 7 mil pronunciadas pelos homens. E como mulher, empreendedora e que se comunica muito todos os dias, faço uma outra reflexão: como você está utilizando a sua voz para compartilhar as suas ideias?

Para que a sua mensagem seja entregue e compreendida com sucesso pelo seu principal público-alvo, é primordial que você perceba alguns pontos. Primeiro, a sua postura emite o melhor som que você pode? Nesse sentido, qual a ideia que você quer compartilhar com as pessoas ao seu redor? Perceber qual o seu lugar de fala e posição, pode ser uma das chaves para mensurar como e se a sua ideia está sendo compartilhada da melhor forma possível.

Além disso, mais do que transmitir, um passo antes: a importância do conteúdo que você precisa produzir. Ao identificar para quem falar, pense em como criar e, assim, transformar a sua ideia em algo que realmente seja inovador, atrativo ao outro. Vivemos na era da tecnologia, do digital. Um momento em que tudo precisa ser muito ágil, "para ontem".

Mas veja bem, ter que fazer algo em ritmo veloz e "para ontem" pode ter pontos negativos também. As falhas de comunicação são os principais erros que uma pessoa pode cometer ao estruturar sua mensagem. Entenda quais são as principais falhas para uma pessoa, por exemplo, ao assistir seu conteúdo, desligue de você e vá para outro conteúdo completamente diferente.

Se isto está ou estiver acontecendo com você, pense o seguinte: será mesmo que você está falando direito, com a melhor dicção e articulação? Viver em um cenário pandêmico, em que o mundo corporativo está, dia após dia, incorporando, principalmente, o sistema híbrido de trabalho, praticamente nos obriga a estar presente em uma série de reuniões virtuais diariamente.

Com isso, se você não souber se portar e transmitir sua mensagem, sua ideia, seu pensamento corretamente, tenha a certeza de que não estará cumprindo sua missão. E não só nesta rotina virtual "insana", mas em todo lugar. Saber se comunicar é algo inerente ao ser humano. Do primeiro choro ao nascer de um bebê até um último suspiro de vida, estamos nos comunicando. O ser humano precisa disso para sobreviver.

Portanto, analise o momento que você está. Simplifique sua mensagem, peça feedbacks e pense como trazer valor às suas ideias. Pessoas que se manifestam de forma aliada umas às outras, alcançam mais sucesso ao final do processo. Não tenha vergonha de falar. Se exponha, conte para o mundo as suas ideias. Você já sabe o que precisa dizer. Pense nisso.

**Mônica Schimenes, é fundadora e CEO da MCM Brand Experience, grupo de comunicação integrada com atuação nacional e internacional, comprometido com a performance e responsável com a diversidade e inclusão.*

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

POLÍTICA

Bolsonaro recomenda compra de fuzil; é idiota quem defende comprar feijão, diz

Com a inflação superior a dois dígitos em algumas capitais brasileiras, puxada principalmente pelo preço de alimentos básicos como arroz e feijão, o presidente Jair Bolsonaro aconselhou seus apoiadores a comprarem fuzil, mesmo que seja caro.

"Tem que todo mundo comprar fuzil, pô. Povo armado jamais será escravizado. Eu sei que custa caro. Aí tem um idiota: 'Ah, tem que comprar é feijão'. Cara, se você não quer comprar fuzil, não enche o saco de quem quer comprar", disse. Bolsonaro, em frente ao Palácio da Alvorada ontem, 27.

Enquanto setores do mundo político ainda consideram a possibilidade de uma ruptura institucional, o presidente Jair Bolsonaro rechaçou na manhã de ontem (27) a hipótese de que possa embarcar em um golpe de Estado. "Estão dizendo que quero dar golpe. São idiotas, já sou presidente", declarou o chefe do Executivo a apoiadores aglomerados sem máscaras contra a covid-19 em frente ao Planalto.

(Foto: EBC)

O próprio Bolsonaro já disse mais de uma vez que as eleições de 2022 poderiam não ocorrer sem a adoção do voto impresso, proposta do governo derrotada na Câmara.

Contudo, o próprio Bolsonaro já disse mais de uma vez que as eleições de 2022 poderiam não ocorrer sem a adoção do voto impresso, proposta do governo derrotada na Câmara.

Além dele, o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, fez a mesma ameaça ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), por meio de um interlocutor. Novamente convocando simpatizantes para as manifestações marcadas para 7 de setembro, o presidente disse que fará um discurso mais longo no ato da Avenida Paulista, em São Paulo. Segundo Bolsonaro, os atos vão mostrar para o mundo "que o Brasil está sofrendo".

"O que está em risco é o futuro de vocês e a minha vida física. Tem uma van ali para evitar o Sniper (atirador). É o tempo todo essa preocupação do que pode acontecer", afirmou.

Suspeito de ser 'lobista' da Precisa foi 25 vezes ao Ministério da Saúde

O ex-secretário da Anvisa José Ricardo Santana esteve pelo menos 25 vezes no Ministério da Saúde, de 2020 até este ano. Em todas as ocasiões, foi ao Departamento de Logística (DLOG) da pasta, então chefiado por Roberto Ferreira Dias. Santana é acusado pela CPI de ter atuado como "lobista" da Precisa Medicamentos, de Francisco Maximiano, para tentar favorecer a empresa em licitações do Ministério da Saúde.

Os registros são da portaria do Ministério da Saúde e mostram que Santana acessou o prédio se identificando como "secretário" da Anvisa mais de 20 vezes após deixar a agência reguladora, em março de 2020. As informações foram obtidas pela agência de notícias Fiquem Sabendo, por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), e repassadas ao Estadão.

O nome de Santana apareceu pela primeira vez nas investigações da CPI durante o depoimento de Roberto Ferreira Dias. Segundo Dias, Santana estava presente no jantar realizado no dia 25 de fevereiro, num shopping de Brasília, no qual o cabo da PM de Minas Luiz Dominghetti Pereira ofereceu ao governo 400 milhões de doses da vacina da AstraZeneca contra covid em nome da empresa norte-americana Davati Medical Supply. Dominghetti, por sua vez, acusou Dias de pedir propina de US$ 1 por dose.

José Ricardo Santana é administrador de empresas e foi secretário executivo da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos da Anvisa, mas não é servidor concursado da agência. A CPI da Covid considera que ele não estava envolvido apenas com o caso Davati, mas também com a Precisa Medicamentos, empresa que tentava intermediar a venda da vacina indiana Covaxin. A aquisição do imunizante não se concretizou, mas a empresa fechou outros contratos com o Ministério da Saúde.

Eduardo Bolsonaro anuncia participação de filho de Trump em evento no Brasil

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) anunciou, ontem, 27, em suas redes sociais, a participação de Donald Trump Jr., filho do ex-presidente Trump, na segunda edição da versão brasileira do Conservative Political Action Conference (CPAC, na sigla em inglês). O evento é divulgado como "o maior evento conservador do mundo".

Ao comemorar a participação de Trump Jr, Eduardo Bolsonaro afirmou que o filho do presidente americano teve uma "participação política ativa durante a presidência de seu pai".

A aproximação entre a família Bolsonaro e a família Trump não é novidade. Ambos os presidentes venceram suas respectivas eleições com um discurso que apelou para o patriotismo e ancorado em uma agenda conservadora. Durante o mandato de Trump, ele e o presidente Jair Bolsonaro mantiveram uma relação próxima Bolsonaro chegou a se colocar ao lado de Trump, no ano passado, enquanto o americano atacava o sistema eleitoral americano - ataques que culminaram na invasão do Capitólio norte-americano pouco antes da posse de Joe Biden. Neste ano. Jair Bolsonaro também tem feito ataques ao sistema eleitoral brasileiro.

Eduardo Bolsonaro também chegou a pleitear o cargo de embaixador do Brasil nos EUA, em 2019. A indicação foi feita pelo seu pai e amplamente criticada, já que foi vista como uma prática de nepotismo.

Alexandre afasta delegado de inquérito sobre interferência de Bolsonaro na PF

(Foto: EBC)

A liminar do ministro foi proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.257, protocolada na Corte pelo PSD.

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou Na última sexta-feira (27), o afastamento do delegado Felipe Alcântara de Barroso Leal do inquérito que apura se o presidente Jair Bolsonaro tentou interferir politicamente na Polícia Federal.

A decisão foi tomada depois que o delegado pediu informações à PF sobre atos administrativos do atual diretor-geral da corporação, Paulo Maiurino, e à Procuradoria Geral da República (PGR) sobre relatórios que teriam sido produzidos pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI) para orientar a defesa do senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) no caso das rachadinhas. As medidas foram anuladas por Moraes.

"Não há, portanto, qualquer pertinência entre as novas providências referidas e o objeto da investigação", escreveu o ministro. Moraes determinou que um novo delegado seja designado para assumir a continuidade das investigações. Fontes ouvidas reservadamente pela reportagem do Estadão avaliam que a 'inovação' ousada por parte do delegado Felipe Leal poderá ensejar uma investigação sobre abuso de autoridade.

A investigação sobre interferência indevida na PF foi aberta no final de abril de 2020 a partir de informações apresentadas pelo ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro, que deixou o governo acusando Bolsonaro de substituir nomeados em cargos estratégicos da corporação para blindar familiares e aliados de investigações Desde setembro do ano passado, o inquérito estava praticamente parado, aguardando uma decisão do STF sobre o formato do depoimento do presidente, se presencial ou por escrito.

O interrogatório do chefe do Executivo era considerado a última pendência para produção do relatório final com a conclusão das apurações.

Com a volta do delegado Felipe Leal para o caso, em julho, uma nova frente tinha sido aberta para apurar atos administrativos de Maiurino, que assumiu a direção da corporação em abril. Foram requisitados dados, por exemplo, sobre a exoneração de Alexandre Saraiva da chefia da superintendência da PF no Amazonas após a apresentação de uma notícia-crime contra o ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles.

Na avaliação de Moraes, as informações não guardam qualquer relação com o inquérito."- Verifico, porém, que as providências determinadas não estão no escopo desta investigação, pois se referem a atos que teriam sido efetivados no comando do DPF Paulo Maiurino, que assumiu a Diretoria-Geral da Polícia Federal em 6/4/2021, ou seja, após os fatos apurados no presente inquérito e sem qualquer relação com o mesmo", diz um trecho da decisão que afastou o Leal do caso.

Mendes diz apoiar proposta de quarentena eleitoral

A proposta de impor uma quarentena para juízes e militares se candidatarem em eleições recebeu apoio ontem, 27, do ministro Gilmar Mendes, decano do Supremo Tribunal Federal (STF). Criticada quinta-feira pelo presidente Jair Bolsonaro em transmissão ao vivo nas redes sociais, a ideia consta do projeto do novo Código Eleitoral que aguarda votação na Câmara dos Deputados.

"Eu concordo com a filosofia. É bastante relevante para não permitir que as pessoas façam da atividade institucional uma plataforma de lançamento de candidatura", declarou Mendes em entrevista à GloboNews. Embora tenha defendido a discussão do assunto, o ministro evitou se posicionar sobre quanto tempo de restrição deveria ser aplicado às categorias.

"Certamente não vou emitir juízo sobre a partir de que momento deve entrar em vigor quarentena eleitoral". Pelo texto em tramitação na Câmara, policiais e magistrados, entre outras categorias, se quiserem se candidatar precisam de afastar definitivamente de seus cargos e funções até cinco anos anteriores ao pleito.

O decano destacou que o envolvimento de militares em atividades político-partidárias, fato que preocupa governadores, tem se acentuado nos últimos tempos. "A Justiça Militar tem que lidar com eles", disse Gilmar Mendes.

Bolsonaro posta vídeo de manifestação de opositores e renova ataques ao STF

O presidente da República, Jair Bolsonaro, publicou no início da tarde desta sexta-feira em seu perfil no Twitter vídeo de manifestação de opositores em frente ao Palácio do Planalto e aproveitou a postagem para novos ataques contra o Supremo Tribunal Federal (STF). A imagem mostra um foco de fumaça escura na altura da rampa que leva à entrada do edifício, protegido por grades e algumas dezenas de soldados do Exército.

"Esse tipo de gente quer voltar ao Poder com ajuda daqueles que censuram, prendem e atacam os defensores da Constituição Federal e da liberdade", escreveu o chefe do Executivo sem citar nomes.

Ele se encontra em Goiânia (GO), onde compareceu a uma solenidade militar e ressaltou o papel das Forças Armadas de "proteger a liberdade e a democracia a qualquer custo".

Nas imagens, havia pequeno número de manifestantes e muitos vestiam vermelho. Bolsonaro tem incentivado apoiadores a comparecer às manifestações previstas para o dia 7 de setembro.

Conforme informou o Broadcast Político (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), setores das forças de segurança, principalmente das Polícias Militares, têm se articulado para intensificar a adesão aos atos públicos em defesa do governo.

Lira diz não acreditar que Senado fique sem participar de discussão de reforma

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tentou minimizar as divergências com o Senado em relação à reforma do imposto de renda e disse não acreditar que a Casa comandada por Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ficará de fora do debate defendido por ele. "Eu e o presidente Pacheco temos uma excelente relação. Fomos companheiros deputados eu fui o presidente da CCJ quando ele chegou na Câmara. Tivemos o melhor relacionamento e ainda temos. Eu penso que as Casas têm que conversar e elas conversam. Essas versões não ajudam ao País. Essas especulações não promovem nenhum tipo de benefício", disse, sobre a ideia de que o Senado não avançará com a reforma, caso o texto seja aprovado pela Câmara.

E acrescentou: "A gente tem que respeitar determinado processo legislativo que inicia-se no Senado, vem para a Câmara, e se ele for modificado, o Senado dá uma palavra e vice-versa."

Lira, no entanto, admitiu as posições divergentes sobre o tema. "As Casas têm posições independentes. O presidente Pacheco defende, talvez como alguns deputados defendam, a tributação menor de dividendos. O problema são as contas", disse, em seminário da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da Esfera. E completou: "A gente só pede e espera que essa articulação seja imbuída sempre do que é melhor para o País", afirmou Lira. "Eu não acredito que o Senado fique sem participar da votação de um tema importante como esse processo."

Tasso e Leite projetam aliança em prévias

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, e o senador cearense Tasso Jereissati planejam se unir no processo interno que vai escolher o candidato do PSDB para a eleição presidencial de 2022. Na terça-feira passada, os dois jantaram em Brasília e conversaram sobre a ideia de apresentar somente uma candidatura nas prévias, em vez de ambos se colocarem como opção da legenda.

O partido vai escolher o candidato tucano ao Planalto no dia 21 de novembro. "A gente trabalha com a lógica de estarmos juntos. Não parece ser o caso de termos candidaturas que se enfrentem", afirmou o governador gaúcho ao Estadão.

Longe das atividades presenciais desde o início da pandemia, Tasso, que já tomou as duas doses da vacina contra a covid-19, voltou nesta semana a circular pela capital federal. Leite marcou o encontro. "Aproveitei que ele viria e combinamos de conversar. Eu e ele temos uma excelente relação", disse o governador.

Disputam o processo interno de escolha do candidato tucano em 2022 o ex-prefeito de Manaus Arthur Virgílio e o governador de São Paulo, João Doria - que já conquistou apoios importantes na legenda, como o do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Tasso também se apresenta como interessado na vaga, mas não tem viajado em campanha busca de aliados, como fazem Doria e Leite.

Em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, na segunda-feira passada, Doria disse que Tasso havia abandonado a disputa interna, mas o senador negou. O governador, então, se desculpou, alegando que foi induzido ao erro ao reproduzir a informação publicada por um colunista. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ECONOMIA

Preços de bens de capital sobem 2,14% no IPP de julho, afirma IBGE

Os bens de capital ficaram 2,14% mais caros na porta de fábrica em julho, segundo os dados do Índice de Preços ao Produtor (IPP), que inclui a indústria extrativa e de transformação, divulgados pelo IBGE ontem, 27. O resultado ocorre após os preços terem subido 0,81% em junho.

Os bens intermediários registraram avanço de 1,90% nos preços em julho, ante um aumento de 1,49% em junho.

Já os preços dos bens de consumo subiram 1,98% em julho, depois de uma alta de 1,05% em junho. Dentro dos bens de consumo, os bens duráveis tiveram elevação de 0,76% em julho, ante alta de 1,92% no mês anterior. Os bens de consumo semiduráveis e não duráveis subiram 2,22% em julho, após a elevação de 0,88% registrada em junho.

A alta de 1,94% do IPP em julho teve contribuição de 0,14 ponto porcentual de bens de capital; 1,12 ponto porcentual de bens intermediários; e 0,68 ponto porcentual de bens de consumo, sendo 0,64 ponto porcentual de bens de consumo semi e não duráveis e 0,04 ponto porcentual de bens de consumo duráveis.

Atividades - A alta nos preços dos produtos industriais na porta de fábrica no mês passado foi decorrente de avanços em 20 das 24 atividades pesquisadas, segundo os dados do IPP. No mês de julho, as quatro maiores elevações de preços ocorreram nas atividades de metalurgia (3,68%), indústrias extrativas (3,61%), vestuário (3,45%) e refino de petróleo e produtos de álcool (3,26%).

As maiores contribuições para a inflação da indústria no mês foram de alimentos (alta de 2,09% e impacto de 0,49 ponto porcentual), refino de petróleo e produtos de álcool (0,32 ponto porcentual), indústrias extrativas (0,27 ponto porcentual) e metalurgia (0,27 ponto porcentual).

Juro médio no crédito livre sobe a 28,9% em julho; cheque especial recua a 123,5%

Em meio ao ciclo de alta acelerada da Selic pelo Comitê de Política Monetária (Copom), a taxa média de juros no crédito livre passou de 28,4% ao ano em junho para 28,9% ao ano em julho, informou ontem, 27, o Banco Central. Em julho de 2020, essa taxa estava em 27,3% ao ano.

Com o resultado de julho, a taxa média de juros no crédito livre acumulou alta de 3,4 pontos porcentuais nos sete primeiros meses de 2021.

Para as pessoas físicas, a taxa média de juros no crédito livre passou de 39,9% para 39,8% ao ano de junho para julho, enquanto para as pessoas jurídicas foi de 14,5% para 15,4%.

Cheque especial - Entre as principais linhas de crédito livre para a pessoa física, destaque para o cheque especial, cuja taxa passou de 125,6% ao ano para 123,5% ao ano de junho para julho. No crédito pessoal, a taxa passou de 32,7% para 32,3% ao ano.

Desde 2018, os bancos estão oferecendo um parcelamento para dívidas no cheque especial. A opção vale para débitos superiores a R$ 200. Em janeiro de 2020, o BC passou a aplicar uma limitação dos juros do cheque especial, em 8% ao mês (151,82% ao ano).

Além da limitação do juro, os dados atuais refletem uma revisão realizada na série histórica do BC.

Os números passaram a considerar o fato de alguns bancos cobrarem juro no cheque especial apenas após dez dias de atraso no pagamento da fatura.

BC: estoque total de crédito sobe 1,2% em julho ante junho, para R$ 4,265 tri

O estoque total de operações de crédito do sistema financeiro subiu 1,2% em julho ante junho, para R$ 4,265 trilhões, informou ontem, 27, o Banco Central (BC). Em 12 meses, houve alta de 16,2%. Em julho ante junho, houve alta de 1,5% no estoque para pessoas físicas e elevação de 0,8% no estoque para pessoas jurídicas.

De acordo com o BC, o estoque de crédito livre avançou 0,9% em julho, enquanto o de crédito direcionado apresentou alta de 1,6%.

No crédito livre, houve alta de 1,6% no saldo para pessoas físicas no mês passado. Para as empresas, o estoque avançou 0,1% no período.

O BC informou ainda que o total de operações de crédito em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) se manteve em 52,6% na passagem de junho para julho.

O estoque das operações de crédito direcionado para habitação no segmento pessoa física cresceu 1,3% em julho ante junho, totalizando R$ 768,677 bilhões, informou o Banco Central. Em 12 meses até julho, o crédito para habitação no segmento pessoa física subiu 14%.

Já o estoque de operações de crédito livre para compra de veículos por pessoa física subiu 0,2% em julho ante junho, para R$ 229,685 bilhões. Em 12 meses, houve alta de 11,6%.

O saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro subiu 1,4% em julho ante junho, para R$ 12,731 trilhões. O montante equivale a 156,9% do Produto Interno Bruto do Brasil.

Comprador da Reman, da Petrobras, promete isonomia no fornecimento de combustível

O Grupo Atem adquiriu a refinaria de Manaus, a Reman, da Petrobras, de olho no aumento "do suprimento de combustíveis e derivados de petróleo e gás para a região de influência da refinaria", como informou em comunicado à imprensa. Embora participe da cadeia de combustíveis, e, ao fechar o negócio, passe a ser um fornecedor importante para os seus concorrentes, a empresa disse que manterá "condições comerciais isonômicas". A Reman foi comprada pelo valor de US$ 189,5 milhões. Essa é a segunda fábrica de derivados de petróleo vendida pela estatal. A primeira foi a Rlam, na Bahia, repassada ao fundo de investimento árabe Mubadala.

A unidade do Amazonas está inserida na região de interesse direto da Atem, que atua, entre outros segmentos, na distribuição de combustíveis da região Norte do País. "Temos bases de distribuição próprias não apenas em Manaus, mas também em Porto Velho (PA), Itaituba (PA), Porto Velho (RO), Vilhena (RO), Sinop (MT) e Campo Grande (MS)", afirmou Naidson Atem, um dos sócios da empresa. A distribuidora possui ainda mais de 300 franqueados e 2 mil clientes ativos na região e transporta os combustíveis por vias fluviais e terrestres.

A presidente da nova empresa, que surge da privatização da refinaria da Petrobras, será Flavia Soluri. Ela atua por mais de 15 anos com recursos naturais, com passagem pela Vale e Newmont Corporation. "Nossa missão será a de fazer uma transição tranquila, abastecer a região de influência da Refinaria, oferecendo um alto nível de serviço, custos competitivos e valorizando cada vez mais o meio ambiente", disse a executiva.

Preços da indústria têm inflação de 1,94% em julho, diz IBGE

O Índice de Preços ao Produtor (IPP), que inclui preços da indústria extrativa e de transformação, registrou alta de 1,94% em julho, informou na manhã ontem, 27, o IBGE. A taxa de junho foi revista de uma alta de 1,31% para uma elevação de 1,29%.

Com o resultado de julho, o IPP acumula taxas de inflação de 21,39% no ano (mais do que os 19,38% registrados em todo o ano de 2020) e de 35,08% em 12 meses.

O IPP mede a evolução dos preços de produtos na "porta da fábrica", sem impostos e fretes, da indústria extrativa e de 23 setores da indústria de transformação. Com o resultado de julho, o IPP de indústrias de transformação e extrativa acumulou aumento de 21,39% no ano. A taxa acumulada em 12 meses foi de 35,08%.

Considerando apenas a indústria extrativa, houve alta de 3,61% em julho, após o resultado de 8,71% registrado em junho. Já a indústria de transformação registrou aumento de 1,81% em julho, ante um desempenho de 0,74% no IPP de junho.

(Foto: EBC)

Em julho, 20 das 24 atividades industriais pesquisadas tiveram alta de preços em seus produtos.

Em julho, 20 das 24 atividades pesquisadas tiveram alta de preços em seus produtos, com destaque para os alimentos (2,09%), refino de petróleo e produtos de álcool (3,26%), indústrias extrativas (3,61%) e metalurgia (3,68%).

Quatro atividades apresentaram deflação (queda de preços): máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-1,37%), produtos de fumo (-0,51%), produtos têxteis (-0,49%) e produtos de madeira (-0,18%).

Entre as quatro grandes categorias econômicas da indústria, a principal alta em julho veio dos bens de consumo semi e não duráveis (2,22%). Os demais segmentos tiveram as seguintes taxas de inflação: bens de capital, isto é, máquinas e equipamentos usados no setor produtivo (2,14%), bens intermediários.

Venda de ativos da Petrobras já soma mais de R$ 231 bi, diz Privatômetro do OSP

(Foto: EBC)

Entre janeiro de 2015 e julho de 2021, a Petrobras vendeu R$ 231,5 bilhões em ativos, segundo o Privatômetro do Observatório Social da Petrobras (OSP), um instrumento que funciona como uma espécie de raio X das privatizações da Petrobras.

"Os dados foram atualizados após divulgação do balanço trimestral da companhia, no dia 4 de agosto. Os valores em reais já estão deflacionados para o mês de junho, convertidos do dólar, a partir do câmbio de cada ano analisado", informou o OSP. Desde o lançamento do Privatômetro, em junho, cujos valores financeiros foram baseados no relatório da Petrobras do 1º trimestre de 2021, a atual direção da companhia se desfez de mais sete ativos, totalizando R$ 15,54 bilhões.

A maior negociação envolveu a venda de 34,1% das ações que a estatal ainda detinha da BR Distribuidora, equivalente a 73% do montante. Também foram vendidos o Campo Dó-Ré-Mi, o Polo de Alagoas, o Campo Papa-Terra, a Gaspetro, a Termelétrica Potiguar e a Cia. Energética Manauara.

Só neste ano, as privatizações somaram R$ 26,86 bilhões.

Entre as principais negociações, destacam-se as vendas da fatia da BR (R$ 11,36 bilhões); da Refinaria Landulpho Alves, a Rlam, adquirida pelo Mubadala Capital, fundo soberano dos Emirados Árabes, por R$ 9,33 bilhões; da Gaspetro, comprada por R$ 1,98 bilhão pela brasileira Compass (empresa da Cosan); dos 10% restantes da participação da companhia na NTS (R$ 1,883 bilhão) e do Polo de Alagoas (R$ 1,5 bilhão).

Em termos setoriais, a maior privatização em 2021 foi na distribuição/revenda (BR e Gaspetro), que totalizou R$ 13,34 bilhões. Em seguida, o refino, com a venda da primeira refinaria, a Rlam. Posteriormente, a área de Exploração e Produção (E&P), que teve quatro campos/polos adquiridos por empresas privadas, no valor total de R$ 2 bilhões.

Segundo o economista Eric Gil Dantas, do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (Ibeps), um dos responsáveis pela elaboração e atualização do Privatômetro, a Petrobras integrada, do poço ao posto, vem sendo substituída por monopólios e oligopólios privados regionais e nacionais.

"Com a venda da Gaspetro, por exemplo, a Compass herdará a participação acionária de 19 das 27 distribuidoras de gás natural do país, participações que variam entre 23,5% e 100%. A Cosan ficará com aproximadamente 80% do mercado de distribuição de gás natural nos estados. Um verdadeiro desastre para o consumidor brasileiro, que pagará cada vez mais caro pelos produtos derivados de petróleo e gás", afirmou.

País vê total de agentes autônomos de investimento crescer 51,6% em um ano

Cinco vezes campeão brasileiro de wakeboard, o paulista Luciano Rondi, o Deco, de 32 anos, trocou em outubro do ano passado a prancha e colete de competição pelo terno preto e o sapato lustrado. Como milhares de pessoas nos últimos meses, ele foi atraído pelas oportunidades da profissão de agente autônomo de investimentos (AAIs), intermediário de investidores com corretores de valores.

Dados da Associação Nacional das Corretoras e Distribuidoras (Ancord) mostram que o País tinha em junho 12.624 agentes autônomos, 51,6% a mais em relação ao mesmo mês do ano passado, quando o total de profissionais era de pouco mais de 8,3 mil. O movimento ocorre em um período de crescimento do número de investidores pessoas físicas na Bolsa de Valores, em busca de aplicações financeiras mais rentáveis após um período de queda dos juros.

Levantamento exclusivo da Ancord, obtido pelo Estadão/Broadcast, traça o perfil desse agente autônomo. Segundo o levantamento, 51% têm entre 18 e 35 anos e 79% são homens. São qualificados (73,8% têm ensino superior completo), embora o exercício da profissão exija somente o ensino médio. Do total, 41% vivem no Estado de São Paulo, seguido pelo Rio de Janeiro (12,9%).

Formado em marketing, Deco chegou à profissão por indicação de um amigo. "Não era preciso experiência, mas sim ter bons contatos para atrair clientes. "O meu forte é a minha rede de relacionamentos", conta. "Eu recomendo a profissão só para quem é muito sociável, é bom na parte comercial. Em geral, para ganhar algo como R$ 5 mil por mês, é preciso ter uma carteira de R$ 12 milhões sob gestão."

Os agentes autônomos podem ser remunerados de diversas formas, como receber parte do valor da taxa de corretagem paga por investidores ou receber rebates (comissão) por vendas de cotas de fundos e ações em ofertas públicas.

Inflação se espalha e não poupa faixa de renda

Rico ou pobre, o brasileiro está hoje cercado de inflação por todos os lados.

A alta de preços dos alimentos básicos, que vinha castigando as famílias de menor renda desde o ano passado, continua mostrando a sua cara ao longo de 2021.

O preço da carne, por exemplo, passa de R$ 40 o quilo e subiu o equivalente a três vezes e meia a inflação geral - que acumula alta de 9,30% em 12 meses até agosto, segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo-15 (espécie de "prévia" da inflação). O óleo de soja, outro "campeão de aumentos", já beira R$ 8 a garrafa: subiu mais de oito vezes a inflação geral do período.

A marca da inflação deste ano é que ela recebeu um componente altamente explosivo que fez a alta de preços se alastrar por toda a economia. Produtos que são considerados preços de referência, isto é, entram na formação de outros preços, como diesel e energia elétrica, dispararam e contaminaram os demais. Deste grupo, o preço mais visível para o brasileiro de maior renda aparece na bomba de gasolina, com o litro vendido por até R$7. Para os mais pobres, o preço de referência é o gás de cozinha, cujo valor do botijão beira hoje os R$ 100, com alta de mais de 30% em 12 meses.

"A inflação deste ano está mais 'democrática': atinge ricos e pobres", resume o coordenador de índices de preços da FGV, André Braz. Ele explica que, enquanto a carestia batia só nos alimentos, os mais pobres eram os mais afetados, porque consomem mais esses itens. Enquanto isso, as famílias mais abastadas não tinham a percepção, na mesma intensidade, de que a inflação tinha disparado.

Impedido de gastar com serviços, de circular de carro e de viajar de avião por causa da pandemia, o estrato social de maior renda viu muitos preços de produtos e serviços que consumia estacionados ou até em queda no ano passado por causa do isolamento social. Com isso, os ricos conseguiram poupar.

INTERNACIONAL

EI assume atentado em Cabul e Biden promete caçar autores

Dois homens-bomba se explodiram na quinta-feira, 26, do lado de fora do aeroporto de Cabul, matando pelo menos 180 pessoas, entre elas 13 militares norte-americanos. No apagar das luzes da participação dos EUA no conflito, antes da retirada total das tropas, no dia 31, o ataque causou uma das maiores perdas americanas na guerra. Em uma conta no Telegram, o Estado Islâmico assumiu a autoria dos atentados. Na Casa Branca, o presidente dos EUA, Joe Biden, prometeu caçar a punir os responsáveis.

"Aos que executaram esse ataque, não perdoaremos nem esqueceremos. Caçaremos vocês e faremos vocês pagarem", disse o presidente americano durante um pronunciamento na Casa Branca, no qual chamou os americanos mortos de "heróis".

Biden disse ainda que pediu ao alto comando "planos" para atacar a facção do EI responsável pela ação - o Estado Islâmico Khorasan (Isis-K). "Responderemos com poder de precisão no momento que quisermos e no lugar que escolhermos."

Biden, que foi eleito com a promessa de restaurar o respeito internacional aos EUA, cancelou sua agenda - incluindo um

(Foto: EBC)

Forças dos Estados Unidos (EUA) que ajudam a retirar afegãos desesperados para fugir do domínio do Talibã.

encontro com o premiê de Israel, Naftali Bennett - e passou o dia trancado com assessores na sala de crise da Casa Branca. O presidente, cuja imagem havia sido arranhada pela vitória do Taleban e pela retirada caótica de americanos do Afeganistão, passou a governar em modo de emergência.

No início da semana, pela primeira vez desde que assumiu, em janeiro, o número de americanos que aprovam seu governo (46,9%) passou a ser menor que os que rejeitam (49,1%), de acordo com a média de pesquisas compilada pelo site Real Clear Politics. O ex-presidente Donald Trump, vendo o adversário nas cordas, aproveitou para marcar pontos e pediu mais uma vez a renúncia de Biden.

"Ele deveria renunciar, o que não deveria ser um grande problema, já que ele não foi eleito legitimamente desde o início", escreveu Trump, em mensagem aos eleitores.

Afeganistão: número de mortes atentado terrorista em Cabul passa de 180

O número de mortes em decorrência do atentado suicida ocorrido quinta-feira, 26, em Cabul, no Afeganistão, ultrapassou 180. O ataque matou pelo menos 13 soldados americanos, mas autoridades locais dizem que a quantidade de vítimas pode ser maior.

Ontem, 27, os voos de evacuação foram retomados com renovada urgência, após os EUA alertarem para o risco de novos atentados. Enquanto o chamado para a oração ecoava por Cabul junto com o rugido da partida aviões, a multidão ansiosa fora do aeroporto aumentou. Dezenas de membros do Taleban com armas pesadas patrulhavam uma área a cerca de 500 metros do aeroporto para evitar que alguém se aventure além daquele ponto.

Pelo menos dez corpos jaziam fora do hospital Wazir Akbar Khan de Cabul, onde parentes disseram que o necrotério atingiu o limite. Afegãos relatam que muitos dos mortos não foram identificados porque os membros da família estão viajando de províncias distantes.

Cenas de caos, desespero e horror do aeroporto chocaram o mundo. Imagens de pessoas afundadas até os joelhos em esgoto e famílias empurrando documentos e até crianças pequenas em direção às tropas dos EUA atrás de arame farpado vieram para simbolizar tanto a desordem dos últimos dias da presença americana no país e quanto os temores que os afegãos têm em relação ao futuro.

Só um homem-bomba atacou aeroporto de Cabul, diz Pentágono; mortes superam 180

Apenas um homem-bomba cometeu o atentado de quinta-feira (26) nos arredores do aeroporto de Cabul, informou o Pentágono ontem, 27, corrigindo a declaração anterior sobre duas explosões separadas.

"Não acreditamos que tenha havido uma segunda explosão no hotel Baron, ou perto dele. Foi apenas um homem-bomba", declarou o diretor adjunto do Estado-Maior Conjunto, general Hank Taylor.

O general disse, ainda, que o ataque foi feito por um homem-bomba suicida nas proximidades do portão da Abadia, onde afegãos desesperados se aglomeravam. Após o ataque, tiros foram ouvidos.

Ainda existem 5.400 pessoas dentro do aeroporto esperando para serem retiradas do Afeganistão após o Taleban tomar o poder no país. Ainda segundo o Pentágono, as operações de retirada continuam ocorrendo sob "ameaças específicas e críveis" de grupos terroristas.

O atentado da quinta-feira matou 13 soldados americanos e ao menos 170 afegãos, de acordo com um funcionário do Ministério da Saúde, que falou sob condição de anonimato com a emissora ABC News. Entre os 170 mortos estariam 32 homens, dois meninos e quatro mulheres. A identidade das outras vítimas ainda não foi confirmada.

O ataque de quinta-feira foi o segundo mais letal para tropas americanas desde o início da ocupação e foi executado pela filial afegã do Estado Islâmico, conhecida como ISIS-K e rival do Taleban.

Baixa histórica em nível de rio atrasa comércio exterior do Paraguai

(Foto: EBC)

A seca reduziu drasticamente o nível do rio que nasce no Brasil, cruza o Paraguai e deságua no Rio Paraná, no norte da Argentina.

As embarcações que transportam grãos e outros produtos pelo Rio Paraguai na altura de Assunção estão utilizando metade de sua capacidade de carga devido ao baixo nível do rio, em meio a uma seca histórica que afeta o comércio fluvial em toda a região, afirmaram representantes do setor. A seca reduziu drasticamente o nível do rio que nasce no Brasil, cruza o Paraguai e deságua no Rio Paraná, no norte da Argentina.

Especialistas estimam que o fenômeno, iniciado há três anos, deve se prolongar pelo menos até 2022 no Paraguai, quarto maior exportador de soja do mundo. O problema também ocorre no escoamento de grãos da Argentina.

"A situação é crítica e delicada. Há uma grande proporção das embarcações que não está sendo utilizada, o que se traduz em um custo direto na hora de levar produtos ao Rio da Prata", disse à Reuters o presidente da câmara paraguaia de exportadores de cereais e oleaginosas, César Jure.

"No final do ano ainda teríamos um estoque de mercadorias para exportar, tanto para a indústria quanto para a soja em grãos. A nova safra terá que esperar em silos até que possamos liberar a antiga", acrescentou ele.

Estudo associa poluição do ar a maior gravidade de doenças mentais

Um estudo que envolveu 13 mil pessoas em Londres concluiu que a exposição a ar poluído pode levar ao agravamento de doenças mentais.

Os investigadores britânicos cruzaram dados médicos, desde os primeiros contatos com os serviços de saúde, aos níveis de poluição de áreas residenciais. Acreditam que a ligação entre o ar poluído e danos mentais é "biologicamente plausível".

O dióxido de azoto, também conhecido por dióxido de nitrogênio - NO2 - está identificado como um dos principais poluentes que circulam na atmosfera. Provém de combustíveis fósseis, como o petróleo ou carvão. Queimados a elevadas temperaturas nos motores dos automóvel e no setor industrial, transformam-se em gás tóxico e são emitidos para o ar que respiramos. Os riscos na saúde humana, principalmente em doenças respiratórias e pulmonares, estão amplamente comprovados.

O novo estudo britânico, publicado pela Universidade de Cambridge, avalia a possível gravidade da saúde mental associada à exposição de ar poluído.

Tempestade Ida ganha força e se transforma em furacão no Golfo do México

A tempestade tropical Ida ganhou força e se transformou em furacão, nesta sexta-feira no período da tarde, e pode atingir a Louisiana, nos Estados Unidos, na noite de domingo, enquanto as autoridades ao longo da Costa do Golfo se preparam para ventos fortes e chuvas fortes.

O governador da Louisiana, John Bel Edwards, declarou estado de emergência, e os líderes em Nova Orleans emitiram ordens de evacuação obrigatória para as pessoas que vivem fora do sistema de diques da cidade.

Os meteorologistas do Centro Nacional de Furacão preveem que Ida chegará à Louisiana na noite de domingo ou na manhã de segunda-feira. As previsões atuais mostram que a tempestade pode se tornar tão forte quanto um furacão de categoria 3 nos próximos dois dias, com ventos chegando a 120 milhas por hora.

Em primeiro encontro, Biden e premiê de Israel discutem Irã e covid-19

(Foto: Divulgação)

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, encontrou o primeiro-ministro de Israel, Naftali Bennett, pela primeira vez, no Salão Oval, ontem (27). Aos repórteres, Biden afirmou que os países iriam conversar sobre a "ameaça" vinda do Irã e o comprometimento de ambos os Estados em assegurar que Teerã nunca desenvolva uma arma nuclear.

"Colocamos a diplomacia em primeiro lugar e estamos vendo aonde ela vai nos levar. Caso a diplomacia falhe, estamos prontos para avaliar outras opções", afirmou Biden.

De acordo com o líder americano, ele e Bennett se tornaram "amigos próximos". A Casa Branca irá encorajar que Israel estreite laços com países muçulmanos, disse Biden. A promoção da paz e segurança de israelenses e palestinos também esteve em pauta, segundo o presidente.

Em relação às doses de reforço da vacina contra a covid-19, Biden afirmou que os EUA irão levar em consideração o conselho israelense de adiantar a aplicação da terceira dose do imunizante e elogiou o "sucesso" da campanha de vacinação de ambos os países. A princípio, a dose de reforço deve começar a ser aplicada em meados de setembro nos EUA.

Afeganistão: número de mortes em duplo atentado terrorista em Cabul passa de 100

O número de mortes em decorrência do duplo atentado suicida ocorrido na última quinta-feira, 26, em Cabul, no Afeganistão, ultrapassou 100.

O ataque matou pelo menos 95 afegãos e 13 soldados americanos, mas autoridades locais dizem que a quantidade de vítimas pode ser maior. Uma delas estima ao menos 115 mortes.

Nesta sexta-feira, 27, os voos de evacuação foram retomados com renovada urgência, após os EUA alertarem para o risco de novos atentados.

Enquanto o chamado para a oração ecoava por Cabul junto com o rugido da partida aviões, a multidão ansiosa fora do aeroporto aumentou. Dezenas de membros do Taleban com armas pesadas patrulhavam uma área a cerca de 500 metros do aeroporto para evitar que alguém se aventure além daquele ponto. Pelo menos dez corpos jaziam fora do hospital Wazir Akbar Khan de Cabul, onde parentes disseram que o necrotério atingiu o limite.

Afegãos relatam que muitos dos mortos não foram identificados porque os membros da família estão viajando de províncias distantes.

Cenas de caos, desespero e horror do aeroporto chocaram o mundo. Imagens de pessoas afundadas até os joelhos em esgoto e famílias empurrando documentos e até crianças pequenas em direção às tropas dos EUA atrás de arame farpado vieram para simbolizar tanto a desordem dos últimos dias da presença americana no país e quanto os temores que os afegãos têm em relação ao futuro. Fonte: Associated Press.

Só um homem-bomba atacou aeroporto de Cabul, diz Pentágono; mortes superam 180

Apenas um homem-bomba cometeu o atentado desta quinta-feira (26) nos arredores do aeroporto de Cabul, informou o Pentágono ontem (27), corrigindo a declaração anterior sobre duas explosões separadas. "Não acreditamos que tenha havido uma segunda explosão no hotel Baron, ou perto dele. Foi apenas um homem-bomba", declarou o diretor adjunto do Estado-Maior Conjunto, general Hank Taylor. O general disse, ainda, que o ataque foi feito por um homem-bomba suicida nas proximidades do portão da Abadia, onde afegãos desesperados se aglomeravam. Após o ataque, tiros foram ouvidos.

Ainda existem 5.400 pessoas dentro do aeroporto esperando para serem retiradas do Afeganistão após o Taleban tomar o poder no país. Ainda segundo o Pentágono, as operações de retirada continuam ocorrendo sob "ameaças específicas e críveis" de grupos terroristas.

O atentado da quinta-feira matou 13 soldados americanos e ao menos 170 afegãos, de acordo com um funcionário do Ministério da Saúde, que falou sob condição de anonimato com a emissora ABC News. Entre os 170 mortos estariam 32 homens, dois meninos e quatro mulheres. A identidade das outras vítimas ainda não foi confirmada.

O ataque de quinta-feira foi o segundo mais letal para tropas americanas desde o início da ocupação e foi executado pela filial afegã do Estado Islâmico, conhecida como ISIS-K e rival do Taleban. O Estado Islâmico Khorasan foi criado há seis anos por dissidentes do Taleban paquistanês.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

CONTEXTO JURÍDICO

Guarulhos: justiça suspende obrigação de quarentena a viajantes

O desembargador Antônio Cedenho suspendeu a obrigação de quarentena para passageiros que chegam ao Brasil pelo Aeroporto Internacional de Guarulhos, no estado de São Paulo, o maior do país.

A exigência havia sido determinada pelo juiz Alexey Pere, da 2ª Vara Federal de Guarulhos, a pedido do Ministério Público Federal. Pela decisão, qualquer pessoa que tivesse passado por Reino Unido, Irlanda do Norte, África do Sul e Índia 14 dias antes de chegar ao Brasil deveria fazer a quarentena.

Com esse requisito, essas pessoas tinham de permanecer na cidade do aeroporto ou nos arredores para cumprir o período de quarentena. No processo, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) contestou a obrigação definida pelo juiz federal, apontando problemas. "A medida imposta pela liminar é completamente ineficaz, ainda que implementada pela Anvisa, se não vier acompanhada de um conjunto de outras medidas que possam garantir o cumprimento da quarentena de forma digna no local do desembarque e de outras medidas de restrição de locomoção pelos demais modais", argumentou a Agência.

O desembargador acolheu os questionamentos da agência. "A decisão acarreta a impossibilidade do passageiro seguir para o seu domicílio, por transporte coletivo aéreo, a fim de cumprir a quarentena, causando vulnerabilidade ao viajante, que não tem um plano de acolhimento, e majoração dos riscos de transmissão do SARS-CoV-2 nos aeroportos", ponderou em sua decisão.

Em vitória para equipe econômica, STF valida lei de autonomia do BC por 8 a 2

Numa vitória para a equipe econômica do governo, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu quinta-feira, 26, manter em vigor a lei que conferiu maior autonomia ao Banco Central. Bandeira defendida pela instituição e pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, a medida foi sancionada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, em fevereiro, mas contestada na Suprema Corte por partidos de oposição.

Com o risco judicial, integrantes do governo e da autoridade monetária entraram em campo para tentar garantir a manutenção da lei - processo que foi acompanhado com lupa pelo mercado. Em maio, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, se reuniu com o presidente da Corte, ministro Luiz Fux, para apresentar argumentos favoráveis à lei.

(Foto: EBC)

"Apesar de o projeto de lei ser de autoria parlamentar, a redação final da lei é a sugerida pelo presidente", argumentou o ministro Alexandre de Moraes.

Por oito votos a dois, o STF considerou a legislação válida e rejeitou a ação apresentada por PT e PSOL. Nem todos os integrantes da Corte fizeram uma avaliação profunda sobre o processo de autonomia porque o julgamento se centrou numa questão formal: se havia ou não irregularidade no processo legislativo que culminou na lei.

O PT e o PSOL alegaram ao STF que a lei deveria ser declarada inconstitucional pela Corte porque, na avaliação das siglas, a autonomia do BC só poderia ter sido conferida por um projeto de lei de autoria do presidente da República - o que não foi o caso. Apesar de Bolsonaro ter enviado ao Congresso em 2019 uma proposta para dar maior independência ao Banco Central, o projeto aprovado formalmente foi de autoria de um senador.

Oito ministros, por sua vez, não enxergaram afronta à Constituição nessa tramitação. Uma corrente entendeu que a autonomia do BC não requer um projeto exclusivo do presidente, enquanto outra avaliou que, apesar da exigência existir para o caso, o problema foi sanado pelo fato de o projeto enviado por Bolsonaro ter tramitado conjuntamente no Congresso.

"Apesar de o projeto de lei ser de autoria parlamentar, a redação final da lei é a sugerida pelo presidente", argumentou o ministro Alexandre de Moraes.

Limites - Com a lei, os poderes do governo federal sobre a autoridade da política monetária do País ficaram limitados. A legislação impede, por exemplo que o presidente e os diretores do BC sejam exonerados por fatores políticos; e ainda define um rodízio no cargo que faz com que novos governos sejam obrigados a trabalhar por no mínimo três anos com o indicado pelo antecessor.

Mandatos fixos e não coincidentes para os dirigentes da instituição também foram estabelecidos pela lei. Além disso, o texto determina que o BC tenha como objetivos o controle da inflação e a estabilidade do sistema financeiro, a suavização dos ciclos de atividade e o fomento ao pleno emprego.

Presidente do STF determina fornecimento de medicamento a criança com doença rara

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, determinou ao Estado de São Paulo que forneça o medicamento Zolgensma a uma criança portadora de Amiotrofia Muscular Espinhal Tipo 2 (AME). Ao reconsiderar decisão anterior, Fux verificou que há somente um medicamento para tratar a doença e que, apesar de ser registrado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) apenas para uso em crianças de até dois anos de idade, o remédio tem a aprovação de agências renomadas no exterior para uso em crianças mais velhas. Na análise da Suspensão de Tutela Provisória (STP) 790, o ministro reconsiderou decisão proferida por ele em 4/6/2021, quando concedeu liminar solicitada pelo Estado de São Paulo e suspendeu a determinação do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) de fornecimento do medicamento. Com isso, restaurou os efeitos da decisão da Justiça local.

No pedido de reconsideração, os representantes da criança sustentavam que relatos médicos nacionais e internacionais subsidiam a eficácia e a segurança do medicamento, para o qual não há substituto.

Excepcionalidade - Segundo o presidente, na formulação de tese de repercussão geral (Tema 500), o STF firmou regra geral de que o Estado não pode ser obrigado a fornecer, mediante decisão judicial, medicamentos não registrados pela Anvisa. No entanto, na ocasião, a Corte também assentou a possibilidade de da concessão excepcional, estabelecendo alguns parâmetros.

STF começa julgamento que pode definir marco de demarcações indígenas

(Foto: EBC)

O STF julga o processo sobre a disputa pela posse da Terra Indígena Ibirama, em Santa Catarina. A área é habitada pelos povos Xokleng, Kaingang e Guarani.

O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou quinta-feira (26) o julgarão da ação que pode analisar o marco temporal para demarcações de terras indígenas. Na sessão desta tarde, somente o resumo do processo foi lido pelo relator, ministro Edson Fachin. O julgamento será retomado na quarta-feira (1), quando 39 entidades devem se manifestar na tribuna da Corte.

A sessão está sendo acompanhada por cerca de 6 mil indígenas de 170 povos, que estão acampados em Brasília. Desde o último domingo, os indígenas estão no acampamento Luta pela Vida, na Esplanada dos Ministérios, onde recebem visitas de apoiadores da sociedade civil e políticos.

Estão sendo realizados diversos atos contra medidas que possam restringir as regras de demarcações de terras e para pedir o combate violência contra o povos indígenas, como invasões de terras.

O STF julga o processo sobre a disputa pela posse da Terra Indígena Ibirama, em Santa Catarina. A área é habitada pelos povos Xokleng, Kaingang e Guarani.

O processo tem a chamada repercussão geral. Isso significa que a decisão que for tomada servirá de baliza para outros casos semelhantes que forem decididos em todo o Judiciário.

Durante o julgamento, os ministros poderão discutir o chamado marco temporal. Pela tese, os indígenas somente teriam direito às terras que estavam em sua posse no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.

Ministra Cármen Lúcia rejeita nulidade de busca e apreensão em razão de posterior perda de provas

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou seguimento ao Habeas Corpus (HC) 205300, em que a defesa de um engenheiro denunciado na Operação Paraíso Fiscal pedia a decretação de nulidade de medida de busca e apreensão em razão da perda posterior de parte das provas (e-mails trocados durante dois meses em 2011) pela própria Polícia Federal.

Extravio - A defesa alegava que a denúncia apresentada estaria baseada em e-mails obtidos por meio da interceptação telemática autorizada pelo Juízo na fase de investigação, aos quais não teve acesso. Posteriormente, a PF admitiu que perdeu as mensagens trocadas entre 8/6 e 7/8/2011, que correspondem a 30% da interceptação, fato que teria impossibilitado a análise da prova em sua plenitude pela defesa.

Em primeira instância, os advogados pediram a anulação da íntegra da medida cautelar de interceptação e das provas dela derivadas, mas o juízo reconheceu a nulidade apenas da parte da prova que desapareceu, considerando legal o conteúdo remanescente. A decisão foi a mesma no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) e na Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), pois não foi demonstrado o efetivo prejuízo à defesa, como exige o artigo 563 do Código de Processo Penal (CPP).

STF vai discutir validade do fracionamento da parcela superpreferencial de precatórios

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) vai analisar, sob a sistemática da repercussão geral, a constitucionalidade do pagamento da parcela de natureza superpreferencial por meio de Requisição de Pequeno Valor (RPV). A questão é objeto do Recurso Extraordinário (RE) 1326178, que teve repercussão geral reconhecida (Tema 1156).

Superpreferência - A chamada parcela superpreferencial, prevista no artigo 100, parágrafo 2º, da Constituição Federal, dá prioridade aos beneficiários idosos e às pessoas com doença grave ou deficiência em pagamentos de até 180 salários mínimos. No recurso, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) questiona decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) que manteve a validade da Resolução 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que disciplina essa forma de quitação de precatórios e autoriza seu fracionamento. Segundo o INSS, a resolução do CNJ desvirtuou a finalidade da norma constitucional ao autorizar o pagamento por RPV de até 180 salários mínimos, triplicando a previsão constitucional. Isso resultaria num forte abalo orçamentário nas contas da previdência, diante da antecipação da liquidação do débito somente prevista para o exercício seguinte pela quitação do precatório.

Potencial de repetitividade - Ao propor o reconhecimento da repercussão geral, o ministro Luiz Fux, presidente do STF, observou que a questão tem alto potencial de repetitividade, pois interessa a todos os credores que tenham direito à parcela superpreferencial e a todos os entes federativos. Segundo ele, é necessário examinar a questão contrapondo os princípios da dignidade da pessoa humana e da proporcionalidade à vedação ao fracionamento de precatórios e à necessária organização das finanças públicas.

Rosa autoriza inquérito para apurar declaração de senador sobre Joice

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a abertura de um inquérito para investigar se o senador Styvenson Valentim (Podemos-RN) cometeu crime contra a honra da deputada Joice Hasselmann (sem partido) ao comentar, em uma transmissão ao vivo nas redes sociais, os ferimentos sofridos por ela.

"A pretensão investigativa apoia-se em elementos iniciais coletados em sede policial, cujo teor indiciário embasa a hipótese criminal a ser investigada, porquanto indicativa de possível conduta que, ao menos em tese, pode configurar a prática de crime contra a honra da vítima", escreveu a ministra

Ela deu prazo de 90 dias para a Polícia Federal concluir a investigação. Entre as medidas a serem cumpridas nesta etapa estão o interrogatório da deputada e do senador, além de uma perícia no vídeo publicado por ele.

Em seu perfil no Instagram, ao responder o comentário de um seguidor sobre as lesões sofridas por Joice, o senador teria dito: "Aquilo ali; das duas uma: ou duas de quinhentos (Styvenson leva as mãos à cabeça, fazendo chifres) ou uma carreira muito grande (inspira, como se cheirasse cocaína). Aí ficou doida e pronto… saiu batendo."

O pedido de inquérito foi feito pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Em manifestação enviada ao tribunal, o vice-procurador Humberto Jacques de Medeiros disse que é preciso elucidar o contexto das declarações.

"A natureza dessas declarações implica, em tese, a prática de crime contra a honra, sendo necessária a elucidação do contexto de tais expressões para compreensão da sua ligação com o exercício do mandato e seu alcance pela imunidade material parlamentar", escreveu.

TSE cassa diploma de deputado 'Boca Aberta' e manda suplente assumir

O Tribunal Superior Eleitoral cassou o diploma do deputado federal Emerson Miguel Petriv (Pros), o 'Boca Aberta', eleito pelo Paraná nas eleições 2018. Por unanimidade, o colegiado também determinou a imediata retotalização do pleito para o cargo em questão, computando-se para a legenda os votos nominais atribuídos ao parlamentar, com a imediata diplomação do primeiro suplente da coligação.

O julgamento ocorreu na sessão plenária da terça-feira, 24, ocasião na qual os ministros acompanharam voto do relator, ministro Luis Felipe Salomão, e acolheram quatro recursos contra expedição de diploma apresentados contra o parlamentar. Os procedimentos foram interpostos pelo Ministério Público e pelos suplentes Osmar José Serraglio, Valdir Luiz Rossoni e Evandro Rogério Roman. As informações foram divulgadas pelo TSE

O 'Boca Aberta' teve o mandato de vereador cassado pela Câmara Municipal de Londrina (PR), em 2017, por quebra de decoro parlamentar, ficando inelegível por oito anos. Em 2018, sua candidatura foi registrada em razão de liminar do Tribunal de Justiça ter suspendido os efeitos do decreto legislativo que cassou o mandato do político na Câmara.

Ao analisar o caso do deputado, Salomão ressaltou que a cassação do mandato do vereador por quebra de decoro parlamentar é incontroversa, e que a liminar que suspendeu os efeitos do decreto legislativo já estava revogada antes da data da eleição. O ministro ainda confirmou o enquadramento em cláusulas de inelegibilidade das condenações do parlamentar por crimes contra a Administração Pública.

Segundo o relator, as decisões são posteriores ao registro de candidatura e anteriores ao dia da eleição, pois foram divulgadas a partir de 27 de setembro e confirmadas em 4 de outubro, ou seja, antes do dia do pleito, realizado em 7 de outubro de 2018. A defesa do parlamentar, no entanto, sustentava que a decisão que revogou a liminar só foi publicada depois da eleição.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

LEIS & PROJETOS

CRA aprova exploração de energia eólica e solar em terras da reforma agrária

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou, quinta-feira (26), o projeto de lei (PLS 384/2016) que autoriza a exploração de energia eólica e solar em assentamentos da reforma agrária. Como o substitutivo aprovado no início de agosto não recebeu emendas, o texto nem precisou ser votado em turno suplementar. A matéria segue para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para o Plenário do Senado.

A proposição é do ex-senador José Agripino (RN). Pelo texto original, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) poderia autorizar o assentado a celebrar contrato com terceiros para a produção de energia.

Ainda de acordo com a proposta, os pequenos produtores rurais portadores dos títulos de domínio ou concessão de uso deveriam atuar diretamente na exploração do potencial energético.

O relator na CRA é o senador Wellington Fagundes (PL-MT), que acolheu parcialmente duas emendas e apresentou um substitutivo ao projeto original.

A primeira mudança foi sugerida pelo então senador José Medeiros (MT). Pela proposta, a exploração da energia eólica ou solar deve ocorrer de forma complementar ao cultivo da terra. A atividade deve ser autorizada pelo órgão federal responsável pela execução do Programa Nacional de Reforma Agrária por meio de regulamento.

(Foto: Senado)

O presidente da CRA, Acir Gurgacz, comandou a reunião.

A alteração pretende estimular a agricultura familiar, sem desvirtuar a função da reforma agrária de manter a população rural no campo.

O objetivo, segundo Wellington, é evitar que a exploração de energia eólica e solar se torne a atividade principal da área, o que resultaria na migração do produtor e sua família para os grandes centros, onde passariam a viver do arrendamento do imóvel para a produção de eletricidade.

O relator também acatou parcialmente uma emenda do senador Paulo Rocha (PT-PA) que limita a área explorada a 30% do imóvel. A intenção é evitar que a produção de energia eólica ou solar exclua o assentado da condição de segurado especial da Previdência Social ou impeça o acesso a outras políticas públicas destinadas à atividade rural.

Wellington Fagundes incluiu no texto a previsão de que os sindicatos de trabalhadores rurais e agricultores familiares acompanhem a celebração dos contratos. O relator também assegurou a prioridade ao desenvolvimento das atividades por cooperativas e associações de trabalhadores assentados.

Comissão vai debater licenciamento ambiental e novos mercados para carne

A Comissão de Agricultura (CRA) aprovou, quinta-feira (26), requerimentos para a promoção de duas audiências públicas. Os eventos devem debater o licenciamento ambiental e os novos mercados para a proteína animal.

A primeira audiência pública está marcada para o dia 2 de setembro e deve ser feita em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente (CMA). Foram convidados representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) e da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB).

Os senadores devem debater o Projeto de Lei (PL) 2.159/2021, da Câmara dos Deputados. O texto estabelece normas gerais para o licenciamento de atividade ou empreendimento capaz de causar degradação do meio ambiente.

A segunda audiência pública será realizada durante a 44ª Expointer, feira agropecuária que acontece entre os dias 4 e 12 de setembro em Esteio (RS). No dia 9, os senadores devem visitar o evento e debater temas como sanidade animal e novos mercados para proteína animal, depois que o Rio Grande do Sul foi declarado zona livre de febre aftosa sem vacinação.

O requerimento é do senador Luis Carlos Heinze (PP-RS), que deve presidir a audiência pública da CRA em Esteio. Foram convidados para o debate representantes dos Ministérios da Agricultura e da Economia, da Agência Brasileira de Promoção de Exportações (Apex-Brasil), da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados e de órgãos do governo do estado do Rio Grande do Sul.

Adiada votação de projeto que permite obras nas margens de cursos d'água

(Foto: Senado)

Senador Jorginho Melo (PL-SC), autor do projeto, concordou com o adiamento da votação.

Foi adiada a votação do projeto que flexibiliza as restrições à construção de edifícios às margens de cursos e corpos d'água em áreas urbanas (PL 1.869/2021). De iniciativa do senador Jorginho Mello (PL-SC) e relatado pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM), o texto altera o Código Florestal, atribuindo aos municípios o dever de regulamentar as faixas de restrição à beira de rios, córregos, lagos e lagoas nos seus limites urbanos. Além disso, abre caminho para regularizar construções que já existam nessas áreas.

Conforme acertado entre o presidente Rodrigo Pacheco, o autor e o relator, a matéria deve voltar à pauta na semana que vem. Jorginho Mello destacou a importância do projeto e disse que a ideia é dar segurança jurídica às edificações urbanas às margens de lagos e rios. Eliziane Gama (Cidadania-MA) e Esperidião Amin (PP-SC) lembraram a importância da reabertura de prazos, o que permitiria a apresentação de novas emendas ao texto.

\- Sim! No final, nos encontramos todos. O projeto fica retirado da pauta, deve voltar na próxima semana, permitindo a reabertura de prazos - confirmou Pacheco.

Segundo Eduardo Braga, trata-se de uma matéria que diz respeito aos limites de áreas de preservação permanente (APPs) em todas as áreas urbanas do Brasil. Ele disse que o tema vem sendo discutido há muito tempo no Congresso, em variados projetos, e o mérito da proposta de Jorginho é exatamente buscar solução para um dos pontos mais controversos do Código Florestal: a regularização de edificações em APPs de faixas marginais de cursos hídricos em áreas urbanas. Ele lembrou que a maior parte dos municípios brasileiros se estabeleceu inicialmente às margens de rios e córregos. Quando Braga liberou o relatório, na semana passada, havia sete emendas ao texto. Até esta quarta-feira, já eram 16.

Audiência debaterá projeto que regulamenta uso de inteligência artificial no País

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados realiza, segunda-feira (30), audiência pública para debater o projeto que regulamenta o uso de inteligência artificial no País (PL 21/20).

A proposta, que tramita em regime de urgência, estabelece princípios, direitos, deveres e instrumentos de governança para a inteligência artificial.

O debate sobre o tema foi solicitado pela relatora do projeto, deputada Luisa Canziani (PTB-PR), e pelos deputados Nilto Tatto (PT-SP), Aliel Machado (PSB-PR), Vitor Lippi (PSDB-SP) e Luis Miranda (DEM-DF).

Entre outros pontos, o projeto define que o uso da inteligência artificial terá como fundamentos o respeito aos direitos humanos e aos valores democráticos, a igualdade, a não discriminação, a pluralidade, a livre iniciativa e a privacidade de dados.

"O grande desafio que se impõe é o de garantir o correto equilíbrio entre regulamentação e inovação", diz Luisa Canziani. "Vale destacar a complexidade técnica do tema e a amplitude das aplicações - aspectos que precisam ser levados em conta na discussão da proposição."

A deputada ressalta que a definição de inteligência artificial "constitui termo amplo que abrange diferentes tipos de tecnologias e aplicações". "É justamente por se tratar de campo abrangente que suas inovações são utilizadas nas mais distintas áreas da economia, alcançando saúde, educação, segurança, infraestrutura, agricultura, mobilidade, indústria e muitas outras. O que promove uma verdadeira revolução na forma que trabalhamos e que nos relacionamos", afirma.

"É de se exigir que o debate seja enriquecido por diferentes setores para que, assim, tenhamos um novo paradigma de oportunidades, inclusive com a entrada de novos investidores no mercado e o desenvolvimento de novas aplicações", explica a parlamentar.

Aprovado projeto que inscreve Chico Xavier no livro dos Heróis da Pátria

O Plenário do Senado aprovou, terça-feira (24), a inscrição do nome de Francisco Cândido Xavier no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. O projeto de lei (PL) 1.853/21, já aprovado pela Câmara dos Deputados, segue para sanção presidencial. O autor é o deputado federal Giovani Cherini (PL/RS) e o relator foi o senador Eduardo Girão (Podemos-CE).

Francisco Cândido Xavier, conhecido como Chico Xavier (1910-2002), foi um médium e um dos principais expoentes do espiritismo. É autor de aproximadamente 400 livros psicografados. Em 1981, foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz.

O Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria é um documento que preserva os nomes de figuras que marcaram a história do Brasil. O chamado Livro de Aço encontra-se no Panteão da Pátria, na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

Eduardo Girão destacou a importância de Chico Xavier e disse que foi extremamente beneficiado pela vida e pela obra do médium, nascido em Pedro Leopoldo (MG) e famoso em todo o mundo.

\- Sei que não passo perto de ser merecedor de estar aqui sendo um instrumento porque, para falar de Chico Xavier, não é fácil. Era um homem caridoso, muito humano, que tinha tudo para ser um dos homens mais ricos do Brasil, mas abdicou de tudo. A partir do contato com a sua obra, pude me encontrar como pessoa. A minha vida é antes e depois de Chico Xavier. Procurei desenvolver algumas atividades para levar o conhecimento da sua obra, de mais de 450 livros, por meio de filmes que tive a benção de produzir e peças de teatro, e vi o que aconteceu comigo e com outras pessoas - afirmou Girão.

(Foto: Senado)

Em seu relatório, o senador Eduardo Girão (Podemos-CE) destacou a importância da vida e da obra de Chico Xavier.

Câmara aprova distribuição gratuita de absorventes higiênicos para estudantes e mulheres de baixa renda

A Câmara dos Deputados aprovou, quinta-feira (26), o Projeto de Lei 4968/19, da deputada Marília Arraes (PT-PE) e outros 34 parlamentares, que prevê a distribuição gratuita de absorventes higiênicos para estudantes dos ensinos fundamental e médio, mulheres em situação de vulnerabilidade e detidas. A matéria será enviada ao Senado.

De acordo com o substitutivo aprovado, da deputada Jaqueline Cassol (PP-RO), por meio do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual serão beneficiadas principalmente as estudantes de baixa renda matriculadas em escolas da rede pública de ensino, mas também receberão o produto as mulheres em situação de rua ou de vulnerabilidade social extrema, as mulheres presidiárias e as adolescentes internadas em unidades para cumprimento de medida socioeducativa. A faixa etária varia de 12 a 51 anos.

Para atingir parte desse público, as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter o absorvente higiênico feminino como item essencial.

A quantidade, a forma da oferta gratuita e outros detalhes serão estabelecidos em regulamento. Já a implantação do programa deverá ocorrer de forma integrada entre os entes federados, em especial pelas áreas de saúde, assistência social, educação e segurança pública.

Preferência - Nas compras dos absorventes higiênicos pelo poder público, terão preferência aqueles feitos com materiais sustentáveis caso apresentem igualdade de condições. Esse tipo terá preferência ainda como critério de desempate em relação aos demais licitantes.

Também deverá haver campanhas públicas informativas sobre a saúde menstrual e as consequências para a saúde da mulher. "Construímos um texto para defender e dar dignidade a nossas meninas e mulheres por meio desse programa. A construção do substitutivo com o governo permitirá que o programa seja efetivado", afirmou Jaqueline Cassol.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

GERAL

Rio exigirá comprovante de vacina para acesso a locais de uso coletivo

A Prefeitura do Rio anunciou que o acesso a ambientes de uso coletivo só poderá ser feito por quem comprovar estar em dia com a vacinação contra a covid-19 a partir do dia 1º de setembro Dessa forma, quem ainda não se vacinou não poderá frequentar espaços como academias, teatros, cinemas, museus, estádios de futebol, conferências, entre outros. A realização de cirurgias eletivas e o recebimento do benefício Cartão Família Carioca também estarão condicionados à vacinação em dia. As medidas foram publicadas na edição de ontem, 27, do Diário Oficial do Município. "Nosso objetivo é proteger as pessoas que acreditam na ciência, se vacinaram e frequentam esses ambientes, e obviamente também fazer com que as pessoas se vacinem. Não é concebível - pelo menos a gente entende assim - que as pessoas achem que vão se proteger sem a devida aplicação do imunizante, que elas achem que vão ter uma vida normal. Não terão", afirmou o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD) durante divulgação do Boletim Epidemiológico da cidade.

"(As pessoas que não se vacinarem) terão dificuldades na hora de ter essa cirurgia eletiva ou em programas de transferência de renda. E aquilo que significa lazer, que significa para muitos trabalho, as pessoas serão impossibilitadas de ter trabalho ou seu momento de lazer sem se vacinar. É muito importante se vacinar", pontuou o prefeito. A comprovação deverá ser feita mediante a apresentação do certificado de vacinas digital, disponível na plataforma do Sistema Único de Saúde (Conecte SUS), ou com o comprovante original, fornecido impresso no momento da vacinação. Turistas de fora do País poderão apresentar o cartão internacional de vacinação, e quem tomou apenas a primeira dose precisa comprovar que ainda aguarda o prazo para receber a segunda.

"Eu quero turista no Rio? Quero, mas quero turista vacinado", afirmou Eduardo Paes.

O prefeito disse que a intenção do comprovante de vacina é uma forma de preparar a reabertura da cidade, o que inclui não facilitar a vida de quem se nega a se imunizar. "Nosso objetivo é criar um ambiente difícil para aqueles que não querem se vacinar, ou para aqueles que esquecem a segunda dose e deixam pra lá. Quase 200 mil pessoas não foram tomar a segunda dose. Onde é que essas pessoas estão com a cabeça? Elas estão andando na Terra plana e de repente caíram do outro lado e não voltaram", ironizou Paes.

Comissão aprova incluir José Alves Filho e José Ricardo Santana no rol de investigados

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid aprovou quinta-feira, 26, inclusão dos nomes dos empresários José Alves Filho, representante da farmacêutica Vitamedic, e José Ricardo Santana no rol de investigados da comissão.

Os dois requerimentos foram feitos pelo relator da comissão, senador Renan Calheiros (MDB-AL). Alves Filho entrou na mira da CPI por ser o representante de uma das farmacêuticas responsáveis pela venda da ivermectina do Brasil. A farmacêutica representada por ele também patrocinou um manifesto do grupo 'Médicos pela Vida', no valor de R$ 717 mil.

A Vitamedic foi alvo de um requerimento de informações aprovado em junho pela comissão. De acordo com relatórios enviados à CPI, as vendas da ivermectina saltaram de 24,6 milhões de comprimidos em 2019 para 297,5 milhões em 2020 - crescimento superior a 1 105%. O preço médio da caixa com 500 comprimidos subiu de R$ 73,87 para R$ 240,90, o que representa um incremento de 226%.

CPI apresenta passo a passo de fraude em licitações no Ministério da Saúde

Os senadores da CPI da Pandemia apresentaram, quinta-feira (26), o passo a passo existente no Ministério da Saúde para fraudar licitações e beneficiar a empresa Precisa Medicamentos. Apesar de o depoente José Ricardo Santana se negar a responder a maior parte das perguntas dos parlamentares durante seu depoimento à Comissão, ele passou à condição de investigado diante de áudios e outros documentos que apontaram ilicitudes na sua intermediação para venda irregular de testes e vacinas anticovid.

O relator Renan Calheiros (MDB-AL) e o vice-presidente da Comissão, senador Randolfe Rodrigues, apontaram, a partir de documentos recebidos pela CPI, os detalhes do esquema que desclassificou empresas vencedoras de processos licitatórios para a venda de testes de covid - a Abbott e a Bahiafarma -em benefício da Precisa.

Em mensagens de posse da CPI, o ex-diretor do Departamento de Logística (Delog) do Ministério da Saúde, Roberto Dias - chamado de Bob - aparece como o grande responsável por possibilitar a viabilização do esquema de fraudes dentro do ministério. Ouvido pela CPI, em 7 de julho, Dias recebeu voz de prisão ao final de seu depoimento aos senadores.

(Foto: Senado)

Senadores da CPI detalharam todo o esquema montado no Ministério da Saúde para beneficiar a Precisa Medicamentos na venda de vacinas e testes anticovid.

Dois grupos agiram juntos, segundo o senador Randolfe: o do depoente, que tem familiaridade e intimidade com Dias, e o da Precisa, representada pelo advogado Marconny Faria, pelo proprietário da empresa Francisco Maximiano, o diretor Danilo Trento e outros nomes da empresa. Mensagem encaminhada por Maximiano a Marconny, no dia 4 de junho de 2020, detalha o esquema. As orientações foram repassadas posteriormente a Santana, para que ele as enviasse a Dias, que era quem iria fazer a operação.

- Bob avoca o processo que está na Dintec, pode alegar necessidade de revisão de atos; Dintec devolve sem manifestações; Bob determina que a análise deve ser feita nos termos do projeto básico, de acordo com a ordem das empresas apresentadas pela área técnica que avaliou a especificação técnica do produto; a área técnica da Dlog solicita, dos seis primeiros classificados pela Saps, a última manifestação, datada de 6 de maio - veja os detalhes que tinha, senhor presidente -, em até dois dias úteis improrrogáveis e de caráter desclassificatório, a apresentação da amostra de 100 testes e os documentos exigidos no PB para habilitação, dentre eles a DDR (Declaração do Detentor de Regularização) do produto, que autoriza a importação de mercadorias por terceiros. A Dlog analisa...Enfim, o último item, senhor relator: empenha e contrata - explica Randolfe.

'Exército nunca faltará ao seu povo', diz Bolsonaro

O presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmou quinta-feira, em cerimônia de celebração do dia do voluntariado, que o "Exército nunca faltará ao seu povo". Sem especificar ao que se referia, em seu pronunciamento disse que as Forças Armadas nunca falharam com a sociedade. "Esse Exército nunca faltou ao seu povo nos momentos mais difíceis que ele passou, o Exército que nunca faltará ao seu povo. Por que eu posso falar isso? Não é porque eu sou presidente, chefe das Forças Armadas, é porque eu fiquei 15 anos dentro das Forças Armadas e sei o que essas pessoas pensam, sei das suas responsabilidades, que são enormes em dados momentos", disse Bolsonaro.

No início do discurso, Bolsonaro comparou o trabalho voluntário de organizações do terceiro setor ao apoio político em época de campanha e citou a deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP), presente à solenidade. Em seguida, afirmou que os acordos são feitos em troca da gratidão, sem expectativa de recompensas. "Quem nunca foi ajudado por ninguém? Qual político aqui nunca foi em dado momento da vida ajudado por ocasião das eleições, hein, Carla Zambelli? E o que vem depois disso sem cobrança? A gratidão."

Queda nos casos de síndrome respiratória parou, diz Fiocruz

Uma nova edição do Boletim InfoGripe da Fiocruz aponta a interrupção da queda do número de casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) no País e sugere que há uma retomada do crescimento. Atualmente, 98% dos casos de SRAG são causados pela covid-19. O boletim foi divulgado quinta-feira, 26. É referente à semana epidemiológica de número 33, de 15 a 21 de agosto.

Segundo o levantamento, nove unidades da Federação apresentam tendência de crescimento do número de casos a longo prazo. São elas: São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe De acordo com o boletim, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Sergipe apresentam sinais fortes de crescimento. A situação se repete em onze capitais, entre elas Rio e São Paulo.

Outros sete Estados apresentam sinal de crescimento a curto prazo. São eles Alagoas, Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba e Tocantins.

"Nos Estados em que há sinal de crescimento apenas na tendência de curto prazo, deve-se interpretar como sinalização de possível interrupção de queda, com tendência de crescimento a ser reavaliada nas próximas semanas", disse o coordenador do InfoGripe, o pesquisador Marcelo Gomes.

O pesquisador pede "cautela em relação a medidas de flexibilização das recomendações de distanciamento para redução da transmissão da covid-19 enquanto a tendência de queda não tiver sido mantida por tempo suficiente para que o número de novos casos atinja valores significativamente baixos".

Ele ressalta também a necessidade de "reavaliação das flexibilizações já implementadas em alguns Estados com sinal de retomada do crescimento ou estabilização ainda em patamares elevados".

Secretaria de Segurança de SP veta atos da oposição no 7 de Setembro, diz Doria

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), disse quinta-feira, 26, que a Secretaria de Segurança Pública vetou a realização de protestos contra o presidente Jair Bolsonaro em 7 de setembro. A determinação valeria tanto para a capital quanto para outras cidades paulistas, e o secretário de Segurança Pública, coronel Alvaro Batista Camilo, disse que deve chamar os coordenadores da campanha contra o presidente para um diálogo sobre os atos. A coordenação da campanha nacional Fora Bolsonaro afirma que manterá o protesto no Vale do Anhangabaú, e que a mudança de data não está em discussão. Em uma entrevista coletiva marcada por críticas a Doria, representantes de movimentos de esquerda ressaltaram que a realização de seu ato é uma questão de garantia constitucional. Na organização dos protestos há o receio de que a Polícia Militar não garanta a segurança do ato contra o presidente, e de que os manifestantes fiquem expostos à violência em eventuais confrontos com bolsonaristas. "Houve a negativa da Secretaria de Segurança Pública à utilização do Vale do Anhangabaú, ou do Largo da Batata ou de qualquer outra área não só na capital, mas no Estado de São Paulo, para manifestações desta ordem (de oposição ao governo federal) no dia 7", disse Doria em entrevista coletiva nesta quinta. "Não há conveniência de que grupos antagonistas se manifestem no mesmo dia, ainda que em locais diferentes. Isso põe em risco a segurança dos manifestantes, e obviamente divide o esforço de segurança pública do Estado de São Paulo." O governador tem insistido que os atos contra Bolsonaro sejam feitos no dia 12, o que irrita os manifestantes que coordenam a campanha pelo impeachment do presidente. No dia 12 há um ato convocado pelo Movimento Brasil Livre (MBL) e o pelo Vem Pra Rua, grupos de direita que migraram à oposição contra Bolsonaro, ao qual Doria já declarou apoio.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

AGRIBRASIL

Humberg Agribrasil Comércio e Exportação de Grãos S.A.

CNPJ/ME nº 18.483.666/0001-03 - NIRE 35.300.553.373

Relatório da Administração (Reapresentado em 18/08/2021)

São Paulo, 31/01/2021. Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Humberg Agribrasil Comércio e Exportação de Grãos S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas preparadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras de 31/12/2020. Demonstrações financeiras especialmente elaboradas para fins de registro, nos termos dos artigos 25 e 26 da Instrução CVM nº 480 de 7/12/2009 conforme Anexo 3, artigo 1º inciso VII e VIII, para os anos de 2018, 2019 e 2020. Essas demonstrações financeiras já incorporam todos os requisitos adicionais necessários para atender a CVM, fornecendo uma ... 3,2% **(+1,0 p.p. versus 2019)**, ante 2,2%. **Lucro líquido.** Recorde de R$ 23,2 milhões **(+1.003,7% versus 2019)**, ante R$ 2,1 milhões. **Mensagem do Presidente:** O ano de 2020 foi um extraordinário exercício de superação para a Agribrasil. Além da pandemia, que mobilizou todos os setores ao combate a até então desconhecida Covid-19, a Companhia teve de se ajustar rapidamente às novas demandas comerciais. Atuamos em um cenário complexo, uma vez que a companhia se faz presente em todas as ... para consumo e ração animal. Este contexto, aliado à desvalorização cambial da nossa moeda e a uma safra recorde em 2020, favoreceu a exportação brasileira de cereais, permitindo que alcançássemos uma performance acima das projeções do início do ano. Contratos assinados com clientes espalhados por todos os continentes nos permitiram triplicar o faturamento em relação ao ano anterior. Conquista que não seria possível sem a perfeita sintonia existente entre nossa equipe comercial e nossa ...

... atenção ao disposto nos incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM 480/09, declara que revisou, discutiu e concordou com (i) as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e (ii) as demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2020, 2019 e 2018. A Administração da Companhia aprovou e autorizou a publicação das demonstrações financeiras de 31/12/2020, 2019 e 2018.

Demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação, em reais)

Balanços patrimoniais	Nota	Controladora 31/12/20	Controladora 31/12/19	Controladora 31/12/18	Consolidado 31/12/20	Consolidado 31/12/19	Consolidado 31/12/18
Ativo/Circulante		**193.020**	37.319	16.606	**252.856**	41.400	20.727
Caixa e equivalentes de caixa	3	**85.341**	3.254	3.894	**104.573**	10.193	4.234
Contas a receber de clientes	4	**2.430**	431	2.341	**2.430**	556	2.341
Partes relacionadas	18	**9.289**	5.535	–	–	–	–
Estoques	5	**2.032**	2.331	1.453	**2.032**	2.331	1.453
Adiantamento a fornecedores	6	–	740	3.989	–	740	3.989
Instrumentos financeiros derivativos	19	**91.926**	12.408	2.813	**141.819**	14.960	6.594
Impostos a recuperar	7	**2.002**	12.620	2.116	**2.002**	12.620	2.116
Não circulante		**39.415**	2.320	3.171	**10.864**	2.320	2.952
Impostos a recuperar	7	–	1.853	2.668	–	1.853	2.668
Outros ativos não circulantes		**194**	52	4	**193**	52	4
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	**9.719**	–	112	**9.719**	–	112
Investimento	8	**29.020**	–	219	**470**	–	–
Imobilizado		**482**	415	168	**482**	415	168
Total do ativo		**232.435**	39.639	19.777	**263.720**	43.720	23.679

Balanços patrimoniais	Nota	Controladora 31/12/20 (reapresentado)	Controladora 31/12/19	Controladora 31/12/18	Consolidado 31/12/20 (reapresentado)	Consolidado 31/12/19	Consolidado 31/12/18
Passivo/Circulante		**204.895**	30.656	19.693	**231.568**	38.652	23.595
Fornecedores	9	**44.373**	2.005	1.327	**44.378**	6.223	1.327
Empréstimos e financiamentos	10	**61.730**	27.271	16.285	**61.730**	27.271	16.285
Obrigações fiscais		**113**	4	18	**113**	4	18
Obrigações trabalhistas		**2.846**	192	113	**2.846**	192	113
Instrumentos financeiros derivativos	19	**95.833**	1.153	1.950	**122.501**	4.931	5.852
Adiantamentos de clientes		–	31	–	–	31	–
Não circulante		**1.502**	7.671	–	**6.114**	3.756	–
IR e CS diferidos	11	–	3.756	–	**4.612**	3.756	–
Empréstimos e financiamentos	10	**1.502**	–	–	**1.502**	–	–
Provisão sobre investimentos	8	–	3.915	–	–	–	–
Patrimônio líquido		**26.038**	1.312	84	**26.038**	1.312	84
Capital social	13	**15.400**	1.100	1.100	**15.400**	1.100	1.100
AFAC		–	420	–	–	420	–
Reserva legal		**398**	–	–	**398**	–	–
Reserva de opções de ações outorgadas		**2.446**	–	–	**2.446**	–	–
Reserva de lucros		**7.794**	–	–	**7.794**	–	–
Prejuízos acumulados		–	(208)	(1.016)	–	(208)	(1.016)
Total do passivo e patrimônio líquido		**232.435**	39.639	19.777	**263.720**	43.720	23.679

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados	Nota	Controladora 31/12/20 (reapresentado)	Controladora 31/12/19	Controladora 31/12/18	Consolidado 31/12/20 (reapresentado)	Consolidado 31/12/19	Consolidado 31/12/18
Receita líquida de vendas	14	**1.098.302**	344.665	153.165	**1.368.190**	386.486	155.261
Custo dos produtos vendidos	15	**(1.072.840)**	(325.347)	(151.400)	**(1.302.425)**	(371.083)	(154.078)
Lucro bruto		**25.462**	19.318	1.765	**65.765**	15.403	1.183
Despesas (receitas) operacionais							
Despesas gerais e administrativas	16	**(17.892)**	(5.039)	(2.307)	**(18.284)**	(5.113)	(2.412)
Resultado de equivalência patrimonial	8	**32.465**	(4.134)	(698)	–	–	–
Outras receitas operacionais		–	–	–	–	–	–
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do IR e CS		**40.035**	10.145	(1.240)	**47.481**	10.290	(1.229)
Receitas financeiras		**303**	696	53	**426**	696	53
Despesas financeiras		**(6.083)**	(2.822)	(1.473)	**(6.548)**	(2.967)	(1.484)
Resultado de variação cambial líquida		**(5.268)**	(2.035)	(460)	**(7.760)**	(2.035)	(460)
Resultado financeiro	17	**(11.048)**	(4.161)	(1.880)	**(13.882)**	(4.306)	(1.891)
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS		**28.987**	5.984	(3.120)	**33.599**	5.984	(3.120)
IR e CS corrente	11	**(19.285)**	(16)	–	**(19.285)**	(16)	–
IR e CS diferido	11	**13.475**	(3.868)	786	**8.863**	(3.868)	786
		(5.810)	(3.884)	786	**(10.422)**	(3.884)	786
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**23.177**	2.100	(2.334)	**23.177**	2.100	(2.334)
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído - em R$	13	**21,07**	1,91	(2,12)	**21,07**	1,91	(2,12)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados abrangentes	Controladora e Consolidado 31/12/2020 (reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**23.177**	2.100	(2.334)
Total de resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	**23.177**	2.100	(2.334)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social subscrito	Reserva legal	Opções de ações outorgadas	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de Lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	1.100	–	–	–	–	2.188	3.288
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(2.334)	(2.334)
Dividendos pagos (Nota 13)	–	–	–	–	–	(870)	(870)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.100	–	–	–	–	(1.016)	84
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	2.100	2.100
AFAC	–	–	–	420	–	–	420
Dividendos pagos (Nota 13)	–	–	–	–	–	(1.292)	(1.292)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.100	–	–	420	–	(208)	1.312
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	**23.177**	**23.177**
Reserva legal	–	**398**	–	–	–	**(398)**	–
Capitalização de AFAC	**420**	–	–	**(420)**	–	–	–
Aumento de capital (Nota 13)	**13.880**	–	–	–	–	**(13.409)**	**471**
Dividendos pagos (Nota 13)	–	–	–	–	–	**(1.368)**	**(1.368)**
Opção de ações outorgadas (Nota 13)	–	–	**2.446**	–	–	–	**2.446**
Reserva de Lucros	–	–	–	–	**7.794**	**(7.794)**	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**15.400**	**398**	**2.446**	–	**7.794**	–	**26.038**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa	Controladora 31/12/20 (reapresentado)	Controladora 31/12/19	Controladora 31/12/18	Consolidado 31/12/20 (reapresentado)	Consolidado 31/12/19	Consolidado 31/12/18
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**23.177**	2.100	(2.334)	**23.177**	2.100	(2.334)
Ajuste para reconciliar o lucro com o fluxo de caixa						
Depreciação	**141**	65	41	**141**	65	41
Baixa de ativo imobilizado	–	–	66	–	–	66
Resultado de equivalência patrimonial	**(32.465)**	4.134	698	–	–	–
Variação cambial não realizada	**(1.458)**	(527)	41	**(1.458)**	(527)	41
Marcação a mercado dos estoques	**(400)**	(1.053)	211	**(400)**	(1.053)	211
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	**15.162**	(10.392)	1.658	**(8.202)**	(9.287)	3.064
Juros provisionados	**852**	467	359	**852**	467	359
Opção de ações outorgadas	**2.446**	–	–	**2.446**	–	–
IR e CS diferidos	**(13.475)**	3.868	(786)	**(8.863)**	3.868	(786)
	(6.020)	(1.338)	(46)	**7.693**	(4.367)	662
Redução (aumento) em ativos operacionais						
Contas a receber	**(1.999)**	1.910	844	**(1.874)**	1.786	844
Contas a receber partes relacionadas	**(3.754)**	(5.534)	–	–	–	–
Estoques	**699**	175	(1.664)	**699**	175	(1.664)
Adiantamento a fornecedores	**740**	3.249	(1.475)	**740**	3.249	(1.475)
Impostos a recuperar	**12.471**	(9.688)	(3.501)	**12.471**	(9.688)	(3.501)
Distribuição de dividendos de controladas	–	–	1.222	–	–	–
Outros ativos	**(141)**	(51)	1	**(141)**	(50)	2
	8.016	(9.939)	(4.573)	**11.895**	(4.528)	(5.794)
Aumento (redução) em passivos operacionais						
Fornecedores	**42.368**	678	(817)	**38.155**	4.895	(817)
Obrigações fiscais	**110**	(14)	4	**110**	(14)	4
Impostos e contribuições sociais a recolher	–	–	(502)	–	–	(502)
Salários e encargos sociais	**2.653**	79	14	**2.653**	79	14
Adiantamento de clientes	**(31)**	31	(917)	**(31)**	31	(917)
	45.100	774	(2.218)	**40.887**	4.991	(2.218)
Caixa gerado (utilizado) nas atividades operacionais	**47.096**	(10.503)	(6.837)	**60.475**	(3.904)	(7.350)
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Adições ao ativo imobilizado	**(208)**	(312)	(42)	**(208)**	(312)	(42)
Investimento em controlada	**(470)**	–	(350)	**(470)**	–	–
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento	**(678)**	(312)	(392)	**(678)**	(312)	(42)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Captações de empréstimos, líquido	**397.976**	43.814	33.086	**397.976**	43.814	33.086
Pagamento de empréstimos	**(355.809)**	(30.190)	(21.724)	**(355.809)**	(30.190)	(21.724)
Juros sobre empréstimos pagos(*)	**(5.600)**	(2.577)	(1.217)	**(5.600)**	(2.577)	(1.217)
Dividendos pagos	**(1.368)**	(1.292)	(870)	**(1.368)**	(1.292)	(870)
Aumento de capital	**470**	–	–	**470**	–	–
AFAC	–	420	–	–	420	–
Caixa gerado nas atividades de financiamento	**35.669**	10.175	9.275	**35.669**	10.175	9.275
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**82.087**	(640)	2.046	**95.466**	5.959	1.883
Caixa e equivalentes caixa no início do exercício	**3.254**	3.894	1.848	**9.107**	4.234	2.351
Caixa e equivalentes caixa no final do exercício	**85.341**	3.254	3.894	**104.573**	10.193	4.234
(Redução)/aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**82.087**	(640)	2.046	**95.466**	5.959	1.883

(*) Os juros sobre empréstimos pagos foram classificados como fluxos de caixa de financiamento porque são custos de obtenção de recursos financeiros.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do valor adicionado

	Nota	Controladora 31/12/20 (reapresentado)	Controladora 31/12/19	Controladora 31/12/18	Consolidado 31/12/20 (reapresentado)	Consolidado 31/12/19	Consolidado 31/12/18
Receitas							
Venda de mercadorias, produtos e serviços	14	**1.173.551**	358.957	161.834	**1.443.438**	400.777	163.931
Descontos e cancelamentos	14	**(72.411)**	(12.373)	(1.625)	**(72.411)**	(12.373)	(1.626)
		1.101.140	346.584	160.209	**1.371.027**	388.404	162.305
Insumos adquiridos de terceiros							
Custos dos produtos vendidos	15	**(885.496)**	(265.997)	(143.789)	**(1.092.382)**	(307.664)	(146.467)
Materiais, energia e serviços de terceiros e outros	16	**(8.315)**	(3.087)	(1.111)	**(8.473)**	(3.161)	(1.217)
Custos logísticos e portuários	15	**(187.344)**	(59.350)	(7.611)	**(210.043)**	(63.419)	(7.610)
Outras		**(12)**	–	–	**(12)**	–	–
		(1.081.167)	(328.434)	(152.511)	**(1.310.910)**	(374.244)	(155.294)
Valor adicionado bruto		**19.973**	18.150	7.698	**60.117**	14.160	7.011
Depreciação, amortização e exaustão	16	**(141)**	(65)	(41)	**(141)**	(65)	(41)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		**19.832**	18.085	7.657	**59.976**	14.095	6.970
Resultado de equivalência patrimonial	8	**32.465**	(4.134)	(698)	–	–	–
Receitas financeiras	17	**303**	696	53	**426**	696	53
Valor adicionado recebido em transferência		**32.768**	(3.438)	(645)	**426**	696	53
Valor adicionado total a distribuir		**52.600**	14.647	7.012	**60.402**	14.791	7.023
Distribuição do valor adicionado							
Remuneração direta	16	**7.553**	981	594	**7.553**	981	594
I.N.S.S	16	**695**	282	191	**695**	282	191
Benefícios	16	**653**	317	200	**653**	317	200
F.G.T.S.	16	**218**	88	55	**218**	88	55
Pessoal		**9.119**	1.668	1.040	**9.119**	1.668	1.040
Federais		**6.570**	4.299	(876)	**11.415**	4.299	(876)
Estaduais		**2.066**	1.504	7.034	**2.066**	1.504	7.034
Impostos, taxas e contribuições		**8.636**	5.803	6.158	**13.481**	5.803	6.158
Despesa com variação cambial	17	**5.268**	2.035	460	**7.760**	2.035	460
Juros	17	**5.600**	2.110	858	**5.600**	2.110	858
Outras despesas financeiras	17	**483**	712	615	**948**	856	626
Aluguéis	16	**317**	219	115	**317**	219	115
Remuneração de capital de terceiros		**11.668**	5.076	2.048	**14.625**	5.220	2.059
Dividendos		**1.368**	1.292	870	**1.368**	1.292	870
Lucro retido (prejuízo) do exercício		**21.809**	808	(3.104)	**21.809**	808	(3.104)
Remuneração de capital próprio		**23.177**	2.100	(2.234)	**23.177**	2.100	(2.234)
Valor adicionado distribuído		**52.600**	14.647	7.012	**60.402**	14.791	7.023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Contexto operacional: A Humberg Agribrasil Comércio e Exportação de Grãos S.A., anteriormente denominada Humberg Agribrasil Comércio e Exportação de Grãos Ltda., ("Companhia" ou "Humberg Agribrasil"), cujas atividades iniciaram em 15/07/2013, constituída, originalmente, como uma empresa limitada com prazo de duração indeterminado, que teve seu contrato social registrado perante JUCESP, sob o NIRE 3.522.770.580-6, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.483.666/0001-03, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Hungria nº 620, 8º andar, Jardim Europa, CEP 01455-000. Em 31/05/2020 os sócios aprovaram a transformação do tipo jurídico da sociedade limitada para sociedade por ações. A transformação aprovada objetiva melhor atender os interesses da Companhia. As atuais atividades da Companhia são as seguintes: (i) exportar, distribuir, comprar, vender, revender, comercializar e transportar, por conta própria ou de terceiros, produtos alimentícios em geral, incluindo, dentre outros, grãos, farinhas, fibras e sementes; (ii) importar, exportar, distribuir, comprar, vender, revender, comercializar e transportar, por conta própria ou de terceiros, produtos agrícolas; (iii) vender, comprar e revender *commodities*; (iv) participar em outras sociedades civis ou comerciais, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista; e (v) a representar sociedades nacionais ou estrangeiras, por conta própria ou de terceiros. No exercício de 2017, como parte da estratégia do crescimento da Companhia foi constituída uma subsidiária, a Agribrasil Global Group LTD, com sede em Bahamas; e, em 2018, foi constituída a Agribrasil Global Markets S.A., sediada em Genebra. Ainda como parte dessa estratégia a administração decidiu encerrar as operações de sua subsidiária Agribrasil Global Group LTD sediada em Bahamas, tendo a sua liquidação finalizada no dia 7/01/2019. As controladas são consideradas pela Companhia como uma extensão de suas atividades no exterior, nesse sentido não houve efeitos de descontinuidade sobre as demonstrações financeiras uma vez que as atividades foram continuadas. Ainda no ano de 2020, Frederico José Humberg, sócio controlador da Companhia, aumentou o capital social da Companhia com a transferência do investimento de 40% na Portoeste -Terminal Portuário de Ilhéus S.A., que detinha desde 2011 pelo valor de aquisição. A Portoeste é controlada pelo seu sócio majoritário e atual operador do terminal de Ilhéus que detém os demais 60%, Intermaritima Terminais Ltda. A Portoeste foi criada em 2009 com o objetivo específico de participar do programa de privatização do porto de Ilhéus (PROAP). O porto de Ilhéus é especializado em embarques de navios *Hand size* mercado de nicho de interesse da Companhia que já conta com originação de grãos no estado da Bahia. Vide nota 8. Em 31/12/2020 o capital circulante líquido da controladora é negativo em R$11.875. Esta situação, no entanto, não reflete a real liquidez da Companhia. Ressalte-se que, a Companhia controla suas operações em nível consolidado onde o capital circulante líquido segue positivo em R$21.288. Ressalte-se que a Companhia tem liquidado todas as obrigações cumprindo seu vencimento original. ...

3. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora 31/12/20	Controladora 31/12/19	Controladora 31/12/18	Consolidado 31/12/20	Consolidado 31/12/19	Consolidado 31/12/18
Caixa	**4**	5	3	**4**	5	3
Bancos em moeda nacional	**1**	233	–	**1**	233	–
Bancos em moeda estrangeira	**253**	–	–	**3.231**	5.853	340
Aplicação financeiras equivalentes de caixa	**83.186**	3.016	3.891	**83.186**	3.016	3.891
Depósito de margem corretora de futuros (*)	**1.897**	–	–	**18.151**	1.086	–
Total	**85.341**	3.254	3.894	**104.573**	10.193	4.234

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) remunerados a 60% a 106% com base no Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mantidos com bancos de primeira linha, e com liquidez diária. Os saldos bancários da controlada em moeda estrangeira representadas por USD 4.114, USD 1.452, USD 88 em 31/12/2020, 2019 e 2018, respectivamente. (*) Depósito de margem em corretora de futuros são refrente aos envios de margem feito na bolsa de mercadoria de Chicago (CBOT), o valor depositado garante as operações no mercado financeiro representados em moeda estrangeira USD 3.493 no consolidado e USD 365 na controladora. **4. Contas a receber de clientes**:

Contas a receber	Controladora 31/12/20	Controladora 31/12/19	Controladora 31/12/18	Consolidado 31/12/20	Consolidado 31/12/19	Consolidado 31/12/18
clientes nacionais (a vencer)	**230**	431	2.341	**230**	431	2.341
Contas a receber clientes internacionais (a vencer)	**2.200**	–	–	**2.200**	125	–
Total	**2.430**	431	2.341	**2.430**	556	2.341

Os saldos em aberto são realizáveis no prazo de 30 dias e não apresentam históricos de inadimplência tanto no mercado nacional quanto em relação aos clientes internacionais.

5. Estoques:

	Controladora 31/12/20	Controladora 31/12/19	Controladora 31/12/18	Consolidado 31/12/20	Consolidado 31/12/19	Consolidado 31/12/18
Produtos acabados						
Milho	**915**	1.442	–	**915**	1.442	–
Soja	–	47	1.664	–	47	1.664
Adiantamento a fornecedores	**717**	–	–	**717**	–	–
Total	**1.632**	1.489	1.664	**1.632**	1.489	1.664
Marcação a mercado (MTM)						
Milho	**400**	840	–	**400**	840	–
Soja	–	2	(211)	–	2	(211)
Total marcação a mercado	**400**	842	(211)	**400**	842	(211)
Total	**2.032**	2.331	1.453	**2.032**	2.331	1.453

6. Adiantamento a fornecedores:

	Controladora e Consolidado 31/12/20	31/12/19	31/12/18
Adiantamento a fornecedores	–	740	3.989
Total	–	740	3.989

Os adiantamentos a fornecedores referem-se aos recursos entregues aos fornecedores antes da entrega dos produtos ou serviços e serão liquidados por ocasião do recebimento do produto ou serviços.

7. Impostos a recuperar:

	Controladora e Consolidado 31/12/20	31/12/19	31/12/18
COFINS a recuperar	**1.831**	9.239	1.596
PIS a recuperar	**2**	1.865	347
ICMS a recuperar	**162**	158	173
IRRF a recuperar	**7**	–	–
Antecipação IRPJ	–	998	–
Antecipação CSLL	–	360	–
Outros	–	–	–
Total Imposto a recuperar - circulante	**2.002**	12.620	2.116
COFINS a recuperar	–	1.522	2.309
PIS a recuperar	–	331	359
Total Imposto a recuperar - não circulante	–	1.853	2.668
Total Imposto a recuperar	**2.002**	14.473	4.784

8. Investimento: As subsidiárias no exterior possuem moeda funcional em reais, assim como sua controladora, por tratarem-se de uma extensão operacional da Companhia, onde os ativos e passivos são registrados em dólar e convertidos para reais pela taxa de câmbio do dia da transação, no fechamento do exercício os efeitos em reais das variações das taxas nas transações em moeda estrangeira estão registradas em despesas financeiras.

	% de participação	Quotas	Patrimônio líquido	Resultado equivalência patrimonial	Total
Agribrasil Global Group LTD.					
31/12/2020	–	–	–	–	–
31/12/2019	–	–	–	–	–
31/12/2018	100%	34.296	–	–	–
Agribrasil Global Markets S.A.					
31/12/2020	**100%**	**349.500**	**350**	**28.201**	**28.550**
31/12/2019	100%	349.500	350	(4.265)	(3.915)
31/12/2018	100%	349.500	350	(131)	219
Terminal portuário de Ilhéus S.A.					
31/12/2020	**40%**	**113.904**	**470**	–	**470**

Em junho de 2020, 113.904 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, no valor total de R$470, foram integralizadas ao no capital da Companhia através de transferência das ações detidas pelo sócio Frederico José Humberg destas ações detidas anteriormente por ele, na Portoeste - Terminal Portuário de Ilhéus S.A. sociedade com sede na Cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, Avenida Soares Lopes, nº 1.698, Centro, CEP 45.653-005, CNPJ/ME nº 11.086.111/0001-89, com seu Estatuto Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado da Bahia - JUCEB, em sessão de 23/07/2009, sob NIRE 29.300.029.921 ("Portoeste"), a Portoeste foi criada em 2009 com o objetivo específico de participar do programa de privatização do porto de Ilhéus (PROAP) e não possui ativos significativos. A Companhia não possui controle sobre ela e o valor foi registrado pelo valor pago pelo acionista da Companhia, não sendo apurado ganho ou perda na transação. As movimentações do investimento em controlada é a apresentada a seguir.

	Controladora
Saldo em 31/12/2017	1.789
Investimento	350
Distribuição de lucros de controlada	(1.222)
Resultado de equivalência patrimonial	(698)
Saldo em 31/12/2018	219
Resultado de equivalência patrimonial	(4.134)
Saldo em 31/12/2019	(3.915)
Resultado de equivalência patrimonial	**32.465**
Participação societária no terminal Portuário de Ilhéus S.A.	**470**
Saldo em 31/12/2020	**29.020**

As principais informações sobre as controladas, as quais possuem exercício social também encerrado em 31 de dezembro, estão apresentadas a seguir.

Ativo	Controlada Suíça 31/12/20	Suíça 31/12/19	Suíça 31/12/18
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	**19.232**	6.939	339
Contas a receber de clientes	–	125	–
Instrumentos financeiros derivativos	**119.725**	112	–
Total do ativo circulante	**138.957**	7.176	339
Total do ativo	**138.957**	7.176	339

Passivo	Controlada Suíça 31/12/20	Suíça 31/12/19	Suíça 31/12/18
Circulante			
Fornecedores	**5**	4.218	120
Fornecedores partes relacionadas (nota18)	**9.289**	5.535	–
Instrumentos financeiros derivativos	**96.501**	1.337	–
Total do passivo circulante	**105.795**	11.090	120
IR e contribuição diferidos	**4.612**	–	–
Total do passivo não circulante	**4.612**	–	–
Patrimônio líquido			
Capital social	**403**	403	403
Lucros (prejuízos) acumulados	**28.147**	(4.317)	(184)
Total do patrimônio líquido	**28.550**	(3.914)	219
Total do passivo e patrimônio líquido	**138.957**	7.176	339

	Suíça 31/12/20	Suíça 31/12/19	Suíça 31/12/18	Bahamas 31/12/18
Receita líquida de vendas	**682.311**	136.396	15.482	36.012
Custo dos produtos vendidos	**(642.008)**	(140.321)	(15.637)	(36.754)
Lucro bruto	**40.303**	(3.925)	(155)	(742)
Despesas (receitas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	**(391)**	(74)	(6)	(99)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do IR e CS	**39.912**	(3.999)	(161)	(841)
Receitas financeiras	**121**	–	–	–
Despesas financeiras	**(2.956)**	(144)	(7)	(4)
Resultado financeiro	**(2.835)**	(144)	(7)	(4)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**37.077**	(4.143)	(168)	(845)
IR e CS diferidos	**(4.612)**	–	–	–
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**32.465**	(4.143)	(168)	(845)

9. Fornecedores: A posição de fornecedores refere-se a fornecimentos de mercadorias para revenda e serviços sobre os quais não há incidência de juros e geralmente são liquidadas no prazo de 30 dias.

	Controladora 31/12/20	Controladora 31/12/19	Controladora 31/12/18	Consolidado 31/12/20	Consolidado 31/12/19	Consolidado 31/12/18
Fornecedores mercado Interno	**44.373**	2.005	1.327	**44.373**	2.005	1.327
Fornecedores mercado externo	–	–	–	**5**	4.218	–
Total	**44.373**	2.005	1.327	**44.378**	6.223	1.327

10. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos abaixo se referem a:

Em moeda estrangeira	Juros	Vencimento	Garantias	Controladora e Consolidado 31/12/20	31/12/19	31/12/18
ACC	5,0% - 7,5%	Janeiro/20	Aval	–	9.665	–
ACC	6,5% - 7,0%	Março/20	Aval	–	1.322	–
ACC	7,0% - 7,5%	Março/20	Aval	–	6.052	–
ACC	5,0% - 6,5%	Agosto/20	Aval	–	7.798	–
ACC	5,0% - 5,5%	Novembro/20	Aval	–	2.434	–
ACC	7,5% - 8,0%	Fevereiro/19	Aval	–	–	3.423
ACC	5,0% - 5,5%	Março/19	Aval	–	–	3.984
ACC	6,5% - 8,5%	Abril/19	Aval	–	–	4.921
ACC	5,0% - 5,5%	Maio/19	Aval	–	–	3.957
ACC	5,5% - 6,0%	Março/21	Aval	**9.800**	–	–
ACC	5,0% - 5,5%	Fevereiro/21	Aval	**1.460**	–	–
ACC	8,0% - 8,5%	Março/21	Aval	**4.173**	–	–
ACC	4,5% - 5,0%	Abril/21	Aval	**5.293**	–	–
ACC	5,0% - 5,5%	Abril/21	Aval	**6.244**	–	–
ACC	4,5% - 5,0%	Abril/21	Aval	**4.977**	–	–
ACC	4,5% - 5,0%	Maio/21	Aval	**2.094**	–	–
ACC	4,0% - 4,5%	Maio/21	Aval	**2.927**	–	–
ACC	5,0% - 5,5%	Junho/21	Aval	**8.584**	–	–
ACC	4,0% - 4,5%	Setembro/21	Aval	**10.516**	–	–
ACC	5,5% - 6,0%	Outubro/21	Aval	**5.662**	–	–
				61.730	27.271	16.285
Em moeda nacional						
FGI-BNDES	320% CDI	Maio/21-Outubro/22	Aval	**1.502**	–	–
				1.502	–	–

A Companhia não possui contratos de empréstimos atrelados a *covenants*. O aval sobre os adiantamentos de contrato de câmbio é dado pelo quotista majoritário e administrador. **11. IR e CS correntes e diferidos:** a) IR e CS correntes: A reconciliação ao resultado efetivo da alíquota efetiva para os períodos compreendidos entre 1º/01/2018 a 31/12/2018, 1º/01/2019 a 31/12/2019 e 1º/01/2020 a 31/12/2020 é conforme segue para a controladora e consolidada.

continua →☆

☆ continuação

	Controladora			Consolidado		
Lucro antes do IR e CS	31/12/20	31/12/19	31/12/18	31/12/20	31/12/19	31/12/18
	28.987	5.984	(3.120)	**33.599**	5.984	(3.120)
Alíquota nominal - 34%	**(9.856)**	(2.035)	1.061	**(11.424)**	(2.035)	1.061
Lucro (prejuízo) fiscal subsidiárias	**4.450**	(1.405)	(237)	**–**	(1.405)	(237)
Outras diferenças permanentes	**(404)**	(444)	(38)	**1.002**	(444)	(38)
	(5.810)	(3.884)	786	**(10.422)**	(3.884)	786
Taxa efetiva	**17,18%**	64,91%	25,22%	**28,55%**	64,91%	25,22%
Despesas de imposto corrente	**(19.285)**	(16)	–	**(19.285)**	(16)	–
Despesas de imposto diferido	**13.475**	(3.868)	786	**8.863**	(3.868)	786

b) IR e CS diferidos: O IR e a CS diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. Em 31/12/2018, 2019 e 2020 o IR e a CS diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora			Consolidado		
Instrumentos	31/12/20	31/12/19	31/12/18	31/12/20	31/12/19	31/12/18
financeiros derivativos	**32.583**	392	665	**36.317**	392	665
Provisão para bônus e participações	**1.171**	–	–	**1.171**	–	–
Outros	**2.743**	34	29	**2.743**	34	29
Imposto em subsidiárias internacionais	**4.612**	–	–	–	–	–
Base de prejuízo fiscal	**–**	37	374	**–**	37	374
Imposto diferido ativo	**41.109**	463	1.068	**40.231**	463	1.068
Instrumentos financeiros derivativos e outras marcações a mercado	**(31.390)**	(4.219)	(956)	**(35.124)**	(4.219)	(956)
Imposto diferido passivo	**(31.390)**	(4.219)	(956)	**(35.124)**	(4.219)	(956)
Net imposto diferido ativo (passivo)	**9.719**	(3.756)	112	**5.107**	(3.756)	112
Resultado de imposto diferido no resultado	**13.475**	(3.868)	786	**8.863**	(3.868)	786

12. Provisão para demandas judiciais: Riscos possíveis: Em 31/12/2020 a Companhia não estava envolvida em processos judiciais significativos que demandassem provisão ou divulgação. Em 31/12/2019 e 2018, a Companhia não possuía processos judiciais e administrativos. **13. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Conforme mencionado na Nota 1, a Humberg Agribrasil Comércio e Exportação de Grãos S.A. foi constituída como uma empresa limitada com prazo de duração indeterminado, sendo que em 31/05/2020 ocorreu a transformação do tipo jurídico da sociedade limitada para sociedade por ações, convertendo todas as quotas por ações, pelo mesmo valor nominal de R$1,00 por quota/ação. Em 31/12/2016 a Companhia possuía seu capital social subscrito em R$1.000, totalizando 1.000.000 quotas (equivalente a 1.000.000 ações), com valor nominal de R$1,00 (um real) cada. Do capital subscrito apenas R$400 estavam integralizados. Durante o exercício de 2017, os sócios integralizaram o valor residual de R$600. Em janeiro de 2017, com a alteração da estrutura societária, houve aumento de capital de R$100. Desta maneira, o capital social subscrito e integralizado da Empresa era de R$1.100, totalizando 1.100.000 quotas (equivalente a 1.100.000 ações), com valor nominal de R$1,00 (um real) cada. No ano de 2018, o sócio Jorge Aloísio Folmann cedeu e transferiu ao Frederico José Humberg 110.000 quotas de sua titularidade do capital social da sociedade no valor de R$110, a qual representava 10% do capital social da Companhia. Conforme a 7ª Alteração do Contrato Social da Companhia, o Sr. Acauã Sena Mahfuz com o objetivo de simplificar a gestão da Companhia cedeu sua participação societária de 5% para o acionista controlador Frederico José Humberg, que por sua vez se comprometeu com outorga de contrato de opção de compra de quotas de 5% totalmente vestidas e exercívies após evento de liquidez ao valor de R$0,01 pelas mesmas 55.000 ações transferidas. Em 31/12/2019, a Companhia possuía seu capital social subscrito e integralizado de R$1.100 totalizando 1.100.000 quotas (equivalente a 1.100.000 ações) e um adiantamento para futuro aumento de capital aportado no montante de R$420, com valor nominal de R$1,00 (um real) cada. Em 31/05/2020, através da décima segunda alteração contratual o sócio Acauã Sena Mahfuz cedeu e transferiu a Humberg Consultoria Empresarial Eirelli a única quota de sua titularidade do capital social da sociedade no valor de R$1,00 a qual representava 0,001% do capital social da Companhia totalmente subscrita e integralizada retirando-se da sociedade. No exercício encerrado em 31/12/2020, os administradores da Companhia decidiram destinar o valor de R$13.409 de sua reserva de lucro para aumentar o capital, totalizando um capital social subscrito e integralizado de R$15.400 correspondente ao total de 1.100.000 ações com valor nominal de 14,00 (quatorze reais) cada. Em 31/12/2020, 2019 e 2018, o capital social estava representado da seguinte forma:

Quotistas	Número de quotas/ações	Participação	R$
31/12/2020			
Frederico José Humberg	**1.099.999**	**99,9999%**	**15.400**
Humberg consultoria empresarial Eireli	**1**	**0,001%**	**–**
	1.100.000	**100%**	**15.400**
31/12/2019			
Frederico José Humberg	1.099.999	99,9999%	1.100
Acauã Sena Mahfuz	1	0,0001%	–
	1.100.000	100%	1.100
31/12/2018			
Frederico José Humberg	1.045.000	95%	1.045
Acauã Sena Mahfuz	55.000	5%	55
	1.100.000	100%	1.100

b) Dividendos: Em 31/12/2020, 2019 e 2018 a Companhia havia distribuído dividendos para os acionistas, com base nos lucros acumulados e lucros apurados durante os anos, com a seguinte distribuição:

Acionistas	2020	2019	2018
Frederico José Humberg	**1.168**	1.272	441
Jorge Aloisio Follmann	**–**	–	295
Acauã Sena Mahfuz	**200**	20	134
	1.368	1.292	870

c) Resultado por ação: O cálculo do lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por quota é feito por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) da Companhia atribuível aos quotistas controladores pela quantidade média ponderada de quotas/ações existentes no exercício. A Companhia não possui não possuía instrumentos diluidores do resultado nos exercícios findos em 31/12/2020, 2019 e 2018. O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros por ação básico e diluído:

	2020	2019	2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível aos quotistas controladores	**23.177**	2.100	(2.334)
Quantidade média ponderada de quotas no exercício (em milhares)	**1.100**	1.100	1.100
Lucro líquido (prejuízo) por quota - básico e diluído	**21,07**	1,91	(2,12)

d) Pagamento baseado em ações: Com o objetivo de atrair e reter talentos, durante o ano de 2020, foram outorgadas a alguns executivos e membro da administração da Companhia opções de adquirir ações de propriedade do acionista controlador Frederico José Humberg por preço de exercício equivalente à estimativa do preço de mercado das ações na data das outorgas, embora as ações seriam adquiridas diretamente do acionista controlador, sem efeitos diretos para a Companhia, a Companhia registra uma reserva de pagamentos baseados em ações para reconhecer o valor das remunerações liquidadas em ações baseadas em ações oferecidas aos outorgados uma vez que é a beneficiária dos serviços prestados de acordo com o CPC 10 (R1). As opções serão exercíveis após o evento de liquidez e transcorrido o período de carência de 5 anos durante o qual o beneficiário deverá permanecer empregado e também: (i) o evento de liquidez em que o acionista controlador disponha de ao menos 10% de suas ações da Companhia, (ii) protocolo na CVM do registro de uma oferta pública inicial de ações de ações da Sociedade na B3 S.A.(exceto se as ações da sociedade forem negociadas no BOVESPA MAIS), ou na ausência de evento de liquidez após o 10º aniversário do referido contrato, o outorgado passa a ter o direito de exercer por 10 anos o direito de venda da totalidade das ações vestidas (PUT OPTION) pelo valor igual a 90% do valor patrimonial da Companhia na data do exercício, da mesma forma o outorgante terá o direito de comprar (CALL OPTION) por 110% do valor patrimonial da época do exercício. O presente contrato vigorará pelo prazo de 20 anos a contar da data de sua assinatura. O valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base em modelo de precificação das opções chamado Simulação de Montecarlo, que considera as simulações dos potenciais resultados da Companhia (LAJIDA, Valor Operacional, Dívida e Valor do Negócio), bem como os prazos e as condições da concessão dos instrumentos. Não há outros planos de opção de ações a funcionários a Companhia passou a calcular e registrar o valor justo das opções em 31/12/2020 de forma que o valor da outorga imediata e da primeira outorga são iguais. O período esperado das opções é baseado na expectativa e não indica necessariamente padrões de exercício que possam ocorrer. A volatilidade esperada reflete a presunção de que a volatilidade comparável de mercado dado que a Companhia não possuía até a data, dados históricos de mercado e é indicativa de tendências futuras, que podem não corresponder ao cenário real. A distribuição das outorgas de opções de ações da Companhia pelo acionista controlador estavam distribuídos em 31/12/2020 da seguinte maneira:

	Tranche I	Tranche II	Tranche III	Tranche IV	Tranche V	Total
Diretoria Estatutária	6.600	6.600	6.600	6.600	6.600	**33.000**
Diretoria não Estatutária	9.900	9.900	9.900	9.900	9.900	**49.500**
Outros Executivos	440	1.540	1.540	1.540	2.640	**7.700**
Total Outorgado	**16.940**	**18.040**	**18.040**	**18.040**	**19.140**	**90.200**
Total vestidas/exercíveis	**16.940**	**–**	**–**	**–**	**–**	**16.940**

As Opções deverão ser exercidas no prazo máximo de 10 (dez) anos observando o período de carência e permanência do executivo e/ou administrador da empresa. As opções não exercidas ao prazo máximo serão extintas.

Exercício das opções (*)	Aniversário	1ª Outorga Quantidade Outorgada	1ª Outorga Valor Contabilizado
1/5	primeiro	16.940	1.552
1/5	segundo	18.040	373
1/5	terceiro	18.040	287
1/5	quarto	18.040	227
1/5	quinto	19.140	7
		90.200	**2.446**

(*) Exercível após evento de liquidez ou após 10 anos via instrumento de PUT/CALL option. As disposições que regem o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações estão expostas de forma individualizadas em contratos assinados entre o acionista controlador e os executivos e membros da administração da Companhia. A seguir, o detalhamento das premissas que regem cada plano de outorga e a movimentação:

Data de outroga: 30/09/2020 (1ª Outorga)	Tranche I	Tranche II	Tranche III	Tranche IV	Tranche V	Total
Valor presente da opção no vesting	55,85	56,02	56,64	56,73	57,56	N/A
Valor presente Strike price	45,00	45,00	45,00	45,00	45,00	45,00
Taxa de juros livre de riscos (%)	2,64%	4,42%	5,50%	5,79%	5,79%	N/A
Tempo contratual de exercício	10	10	10	10	10	N/A
Rendimento esperado do dividendo	0%	0%	0%	0%	0%	N/A
Volatilidade das ações no mercado %	28,6%	28,6%	28,6%	28,6%	28,6%	N/A
Quantidade total de opções em aberto	16.940	18.040	18.040	18.040	19.140	90.200
Quantidade de opções outorgadas	16.940	18.040	18.040	18.040	19.140	90.200
Quantidade de ações canceladas	–	–	–	–	–	–
Quantidade de ações vestidas/exercíveis	16.940	–	–	–	–	16.940
Quantidade de opções exercidas	–	–	–	–	–	–
Quantidade de opções a exercer	16.940	18.040	18.040	18.040	19.140	90.200
Valor justo estimado (R$/ação)	115,38	115,71	116,96	117,13	118,79	N/A

1º ourtoga	Tranche I	Tranche II	Tranche III	Tranche IV	Tranche V	Total
Posição das opções em 31/12/2019						–
Opções outorgadas	16.940	18.040	18.040	18.040	19.140	90.200
Opções canceladas	–	–	–	–	–	–
Opções exercidas	–	–	–	–	–	–
Saldo de opções em 31/12/20	**16.940**	**18.040**	**18.040**	**18.040**	**19.140**	**90.200**
Opções exercíveis em 31/12/20	**16.940**	**–**	**–**	**–**	**–**	**16.940**

14. Receita líquida de vendas:

	Controladora			Consolidado		
Receita operacional bruta	31/12/20	31/12/19	31/12/18	31/12/20	31/12/19	31/12/18
	1.173.551	358.957	161.834	**1.443.438**	400.777	163.931
Impostos sobre vendas	**(2.837)**	(1.919)	(7.044)	**(2.837)**	(1.918)	(7.044)
Devoluções de vendas	**(72.411)**	(12.373)	(1.625)	**(72.411)**	(12.373)	(1.626)
Total	**1.098.303**	344.665	153.165	**1.368.190**	386.486	155.261
Mercado externo	**1.108.144**	314.000	43.373	**1.378.032**	355.820	45.470
Mercado interno	**65.407**	44.957	118.461	**65.407**	44.957	118.461

15. Custo dos produtos vendidos por natureza:

	Controladora			Consolidado		
Custo	31/12/20	31/12/19	31/12/18	31/12/20	31/12/19	31/12/18
Custo das commodities	**(868.852)**	(277.442)	(142.196)	**(1.088.270)**	(320.322)	(144.874)
Custos logísticos	**(187.344)**	(59.350)	(7.611)	**(210.043)**	(63.419)	(7.611)
	(1.056.196)	(336.792)	(149.807)	**(1.298.313)**	(383.741)	(152.485)
MTM						
Ganho (perdas) contratos futuros	**(16.203)**	10.392	(1.382)	**(3.671)**	11.605	(1.382)
Estoque MTM	**(441)**	1.053	(211)	**(441)**	1.053	(211)
	(16.644)	11.445	(1.593)	**(4.112)**	12.658	(1.593)
	(1.072.840)	(325.347)	(151.400)	**(1.302.425)**	(371.083)	(154.078)

A declaração de operações da Companhia é apresentada com base na classificação das despesas de acordo com suas funções, assim, a Companhia mantém classificado no custo os ganhos e perdas de contratos futuros de commodities além dos contratos de NDF utilizados para proteger os seus contratos de commodities. **16. Despesas gerais, administrativas:**

	Controladora			Consolidado		
	31/12/20	31/12/19	31/12/18	31/12/20	31/12/19	31/12/18
Salários, contribuições sociais e benefícios	**(9.119)**	(1.668)	(1.040)	**(9.119)**	(1.668)	(1.040)
Serviços contratados de terceiros	**(6.815)**	(1.998)	(619)	**(7.207)**	(2.071)	(724)
Despesas com aluguel	**(317)**	(219)	(115)	**(317)**	(219)	(115)
Despesas com viagens e telecomunicação	**(502)**	(335)	(201)	**(502)**	(335)	(201)
Depreciação e amortização	**(141)**	(65)	(41)	**(141)**	(65)	(41)
Despesas com veículos	**(94)**	(49)	(87)	**(94)**	(49)	(87)
Despesa com manutenção e licença	**(351)**	(212)	(18)	**(351)**	(212)	(18)
Outros	**(553)**	(493)	(186)	**(553)**	(494)	(186)
	(17.892)	(5.039)	(2.307)	**(18.284)**	(5.113)	(2.412)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Humberg Agribrasil Comércio e Exportação de Grãos S.A.

17. Resultado financeiro:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/20	31/12/19	31/12/18	31/12/20	31/12/19	31/12/18
Receitas financeiras						
Rendimento de aplicações financeiras	**159**	649	28	**159**	649	28
Descontos obtidos	**144**	47	25	**267**	47	25
	303	696	53	**426**	696	53
Despesas financeiras						
Juros antecipação de recebíveis	**(93)**	(55)	(570)	**(93)**	(55)	(570)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**(5.600)**	(2.110)	(858)	**(5.600)**	(2.110)	(858)
Outras despesas financeiras	**(390)**	(657)	(45)	**(855)**	(802)	(56)
	(6.083)	(2.822)	(1.473)	**(6.548)**	(2.967)	(1.484)
Resultado líquido de variação cambial	**(5.268)**	(2.035)	(460)	**(7.760)**	(2.035)	(460)
	(11.048)	(4.161)	(1.880)	**(13.882)**	(4.306)	(1.891)
Resultado financeiro líquido	**(5.780)**	(2.126)	(1.420)	**(6.122)**	(2.271)	(1.431)
Resultado de variação cambial	**(5.268)**	(2.035)	(460)	**(7.760)**	(2.035)	(460)

Os resultados nas rubricas de variação cambial ativa e passiva estão apresentadas líquidas para fins de comparação e são decorrentes basicamente de transações em dólar, nos processos de exportações, contas a receber e empréstimos em moeda estrangeira. Conforme nota de gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros a Administração busca proteção sobre as oscilações de moeda através de contratação de (Non Deliverable Forward - NDF) vide Nota 19. **18. Partes relacionadas:** a) Commodities:

Controladora	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Ativo			
Agribrasil Global Markets	**9.289**	5.535	–
	9.289	5.535	–
No resultado do exercício			
Agribrasil Global Markets	**412.423**	94.577	43.373
	412.423	94.577	43.373

As transações entre as Companhias do grupo referente a vendas de commodities. As principais transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativos a operações com companhias relacionadas foram realizados de acordo com os preços específicos pactuados entre as companhias.

b) Remuneração de membros chaves da administração:

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Diretoria Estatutária	**1.980**	12	–
Remuneração Fixa	**625**	–	–
Remuneração Variável	**450**	–	–
Remuneração Baseado em ações	**858**	–	–
Benefícios	**47**	12	–
Diretoria Não Estatutária	**3.948**	133	–
Remuneração Fixa	**942**	125	–
Remuneração Variável	**1.494**	–	–
Remuneração Baseado em ações	**1.446**	–	–
Benefícios	**66**	8	–
Outros Executivos	**802**	72	–
Remuneração Fixa	**396**	70	–
Remuneração Variável	**250**	–	–
Remuneração Baseado em ações	**142**	–	–
Benefícios	**14**	2	–
Total	**6.730**	217	–

Até o ano de 2019, a Companhia não possuía grandes montantes de gastos com diretores ou pessoas chaves da administração, até aquela data a Companhia ainda era uma Empresa limitada que compensava seus administradores através de dividendos. A Companhia pagou aos seus administradores, a titulo de antecipação de dividendos um total de R$1.368 em 31/12/2020 (R$1.292 em 2019 e R$870 em 2018). Os executivos da Companhia também estão inseridos no Plano de Pagamento Baseado em Ações (Stock Options), descrito na nota explicativa nº 13d e está apresentado na rubrica de despesas gerais e administrativas na demonstração do resultado. O conselho de administração é formado por Paulo Guilherme Rache Humberg, parte relacionada do acionista Frederido José Humberg, com remuneração simbólica e não houve pagamento durante o exercício de 2020. **19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros:** Em 31/12/2020, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos equivalem ao valor registrado contabilmente de acordo com os critérios determinados de hierarquia de valor justo pelo Nível 2. Os contratos de NDFs são avaliados a valor presente, à taxa de mercado na data-base, através do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento, tendo por base as projeções de dólar norte-americano verificadas nos contratos de futuros registrados na B3 S.A. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores dos principais ativos e passivos financeiros ao valor justo aproximam-se ao valor contábil, conforme demonstrado abaixo:

	Nível hierárquico do valor justo	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Ativo							
Posição de contratos em aberto (a)	2	**79.554**	9.300	2.813	**129.447**	11.852	6.594
Operações NDF (b)	2	**12.372**	3.108	–	**12.372**	3.108	–
		91.926	12.408	2.813	**141.819**	14.960	6.594
Passivo							
Posição de contratos em aberto (a)	2	**86.717**	260	1.574	**113.385**	3.778	5.476
Operações NDF (b)	2	**9.116**	893	376	**9.116**	1.153	376
		95.833	1.153	1.950	**122.501**	4.931	5.852

(a) Referem-se à marcação a mercado dos contratos de compra e venda (físico) de *commodities*. (b) Representam valores de mercado de posições abertas de contratos de termo de moedas *("Non Deliverable Forward")* designadas para proteção (*hedge*) contra os efeitos das oscilações das taxas de câmbio (em conformidade com o CPC 48 e CPC 39). Metodologia de cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros: *Resumo das operações de contratos a termo de moeda:*

Controladora	Moeda	Valor de referência (notional) 31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	Moeda	Valor justo (MTM) 31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Contratos a Termo (NDF): Posição Vendida	USD	**(49.205)**	(8.107)	(4.234)	BRL	**3.701**	(1.193)	(313)
Posição Comprada	USD	**46.215**	37.388	5.572	BRL	**(445)**	3.408	290
Total		**(2.990)**	29.281	1.338		**3.256**	2.215	(23)

Consolidado	Moeda	Valor de referência (notional) 31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	Moeda	Valor justo (MTM) 31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Contratos a Termo (NDF): Posição Vendida	USD	**(49.205)**	(8.107)	(4.234)	BRL	**3.701**	(1.193)	(313)
Posição Comprada	USD	**46.215**	37.388	5.572	BRL	**(445)**	3.408	290
Total		**(2.990)**	29.281	1.338		**3.256**	2.215	(23)

Resumo dos instrumentos financeiros - ativos e passivos (valor contábil): Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

Controladora	Nível hierárquico do valor justo	Contábil 31/12/2020	Contábil 31/12/2019	Contábil 31/12/2018	Valor justo 31/12/2020	Valor justo 31/12/2019	Valor justo 31/12/2018
Ativo							
Caixa e equivalente de caixa	2	**85.341**	3.254	3.894	**85.341**	3.254	3.894
Contas a receber de clientes	2	**2.430**	431	2.341	**2.430**	431	2.341
Partes relacionadas	2	**9.289**	5.535	–	**9.289**	5.535	–
Instrumentos financeiros derivativos	2	**91.926**	12.408	2.813	**91.926**	12.408	2.813
		188.986	21.628	9.048	**188.986**	21.628	9.048

[illegible]

ções sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos, os objetivos da Companhia, as políticas e os processos para a mensuração, o gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) *Risco de crédito:* É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou a contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem dos recebíveis da Companhia representados principalmente por caixa e equivalentes de caixa, [illegible] ções cambiais a companhia contrata operações com instrumentos financeiros derivativos de compra a termo de moeda denominada "Non Deliverable Forward - NDF". Os instrumentos financeiros derivativos de proteção de *hedge* estão lastreados pelas vendas de produtos no mercado externo contratadas para o próximos períodos. Análise da sensibilidade cambial: Para a análise da sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administraçao adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas no balanço patrimonial e para os cenários II e III foram estimados uma valorização e desvalorização de 25% e 50% do dólar futuro, respectivamente.

Consolidado 2020 — Cenários	I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Risco de taxa de câmbio					
Operações NDF	**3.256**	**(3.839)**	**(7.677)**	**3.839**	**7.677**
	3.256	**(3.839)**	**(7.677)**	**3.839**	**7.677**

Consolidado 2019 — Cenários	I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Risco de taxa de câmbio					
Operações NDF	2.215	(29.540)	(59.080)	29.540	59.080
	2.215	(29.540)	(59.080)	29.540	59.080

Consolidado 2018 — Cenários	I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Risco de taxa de câmbio					
Operações NDF	(23)	(1.312)	(2.624)	577	2.624
	(23)	(1.312)	(2.624)	577	2.624

c) *Risco de preço de "commodities":* Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou pela Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Com o objetivo de proteger-se em relação às oscilações nos preços, a Companhia também possui operações de futuros de commodities na CBOT. A companhia possui contratos de commodities em aberto em 31/12/2018, 2019 e 2020 os quais foram avaliados pelos seus valores justos, sendo a variação entre o valor contratado e o valor justo registrada nas demonstrações financeiras, a companhia também possui operações de futuros de commodities na bolsa de Chicago nos Estados Unidos da América com o objetivo de se proteger das oscilações nos preços das commodities. Estas operações foram devidamente registradas na data do balanço pelo seu valor justo. Análise de sensibilidade - Commodities: O quadro abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado da hipótese dos cenários apresentados, o cenário provável foram utilizados os valores contábeis, os demais cenários foram considerados os impactos no resultado decorrentes das variações dos preços de mercado das commodities, os choques estão sendo realizados sobre o preço futuro da commodities e o valor de *"basis"*.

Consolidado 31/12/2020 — Posição de contratos em aberto	I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Contratos de compra	**190.013**	**250.132**	**500.263**	**(250.132)**	**(500.263)**
Contratos de venda	**(154.180)**	**(214.698)**	**(429.396)**	**214.698**	**429.396**
Estoques	**400**	**342**	**684**	**(342)**	**(684)**
Futuros	**(19.771)**	**(7.634)**	**(15.269)**	**7.634**	**15.269**
	16.462	**28.142**	**56.282**	**(28.142)**	**(56.282)**

Consolidado 2019 — Posição de contratos em aberto	I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Contratos de compra	10.804	43.554	87.108	(43.554)	(86.679)
Contratos de venda	(3.102)	(33.066)	(66.131)	33.066	65.557
Estoques	2.311	583	1.166	(583)	(1.166)
Futuros	111	(3.115)	(6.230)	3.115	6.230
	10.124	7.956	15.913	(7.956)	(16.058)

Consolidado 2018 — Posição de contratos em aberto	I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Contratos de compra	(4.904)	15.441	21.201	(4.360)	(15.343)
Contratos de venda	5.670	(12.858)	(15.594)	2.722	10.354
Futuros	766	2.583	5.607	(1.638)	(4.989)
	1.532	5.166	11.214	(3.276)	(9.978)

d) *Risco de liquidez:* É o risco pelo qual a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações até o vencimento, sob condições normais ou de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia administra o risco de liquidez, mantendo reservas adequadas, linhas de crédito bancárias e com companhias do grupo, empréstimos e financiamentos, monitorando continuamente o fluxo de caixa orçado e o real e honrando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluin do pagamentos de juros estimados.

Controladora e Consolidado	2020	2019	2018
ACC (6 meses ou menos)	**46.192**	18.830	16.576
ACC (6 a 12 meses)	**16.790**	8.923	–
FGI - BNDES (maior que 12 meses)	**1.644**	–	–
	64.626	27.753	16.576

e) *Risco operacional:* É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes da variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações. • Exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações. • Cumprimento de exigências regulatórias e legais. • Documentação de controles e procedimentos. • Exigências de avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados. • Exigências de reportar prejuízos operacionais e ações corretivas propostas. • Desenvolvimento de planos de contingência. • Treinamento e desenvolvimento profissional. • Padrões éticos e comerciais. f) *Risco de execução:* "Performance risk" é a possibilidade de não cumprimentos dos termos do acordo comercial na entrega ou execução de um produto, serviço, programa ou projeto, tanto em termos de volume, de valor, prazos, ou em quaisquer outros termos definidos na negociação ou contrato. Exemplos de risco, falha ou default de performance: • Quando um produtor rural deixa de entregar os grãos devido à valorização de mercado e resolve vender seu produto mais valorizado no mercado spot. • Quando há uma greve de caminhoneiros, impactando o fluxo de grãos no porto, causando atraso no carregamento dos navios e por consequência, multas de demurrage. • Secas ou excesso de chuvas impactam a qualidade dos grãos de um produtor rural, que não consegue entregar seu produto nas condições de qualidade mínimas exigidas, não cumprindo em parte seu contrato. g) *Gestão de capital:* A política da Administração é manter uma sólida base de capital para assegurar a confiança do investidor, credor e mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre o capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração procura um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável.
O índice de endividamento da Companhia no fim do exercício é como segue:

	Controladora 31/12/20	31/12/19	31/12/18	Consolidado 31/12/20	31/12/19	31/12/18
Empréstimos e financiamentos	**63.232**	27.271	16.285	**63.232**	27.271	16.285
NDF (líquido) (Nota 19)	**(3.256)**	(2.215)	(376)	**(3.256)**	(1.955)	(376)
Caixa e equivalentes de caixa	**(85.341)**	(3.254)	(3.894)	**(104.573)**	(10.193)	(4.234)
Estoque	**(2.032)**	(2.331)	(1.453)	**(2.032)**	(2.331)	(1.453)
Dívida líquida (A)	**(27.397)**	19.471	10.562	**(46.629)**	12.792	10.222
Total do patrimônio líquido (B)	**26.038**	1.312	84	**26.038**	1.312	84
(=) Índice de endividamento (A/B)	**(1,05)**	14,84	125,74	**(1,79)**	9,75	121,69

20. Compromissos: A Companhia e suas controladas têm contratos de compra e venda para entrega futura, conforme demonstrado a seguir:

Consolidado 2020 — Safra 2021 Produto	Tipo	Entrega	Quantidade (tn)	Moeda	Unidade	Preço
Soja em grãos	Compra	2021	**94.083**	**BRL**	MT	**140.982**
Milho em grãos	Compra	2021	**66.146**	**BRL**	MT	**43.749**
Soja em grãos	Venda	2021	**(180.000)**	**BRL**	MT	**(390.150)**
Milho em grãos	Venda	2021	**(36.332)**	**BRL**	MT	**(23.328)**

Controladora (2020) — Safra 2021 Produto	Tipo	Entrega	Quantidade (tn)	Moeda	Unidade	Preço
Soja em grãos	Compra	2021	**310.083**	**BRL**	MT	**579.652**
Milho em grãos	Compra	2021	**86.146**	**BRL**	MT	**59.747**
Soja em grãos	Venda	2021	**(350.000)**	**BRL**	MT	**(709.468)**
Milho em grãos	Venda	2021	**(61.332)**	**BRL**	MT	**(52.604)**

Consolidado (2019) — Safra 2020 Produto	Tipo	Entrega	Quantidade (tn)	Moeda	Unidade	Preço
Soja em grãos	Compra	2020	70.599	BRL	MT	94.836
Milho em grãos	Compra	2020	139.320	BRL	MT	56.975
Soja em grãos	Venda	2020	(145.000)	BRL	MT	(93.575)
Milho em grãos	Venda	2020	(73.400)	BRL	MT	(35.586)

Controladora (2019) — Safra 2020 Produto	Tipo	Entrega	Quantidade (tn)	Moeda	Unidade	Preço
Soja em grãos	Compra	2020	70.599	BRL	MT	94.836
Milho em grãos	Compra	2020	79.320	BRL	MT	44.935
Milho em grãos	Venda	2020	(11.500)	BRL	MT	(4.683)

Consolidado (2018) — Safra 2019 Produto	Tipo	Entrega	Quantidade (tn)	Moeda	Unidade	Preço
Soja em grãos	Compra	2019	71.400	BRL	MT	55.640
Milho em grãos	Compra	2019	25.644	BRL	MT	12.295
Soja em grãos	Venda	2019	(108.700)	BRL	MT	(52.496)
Milho em grãos	Venda	2019	(8.530)	BRL	MT	(4.847)

Controladora (2018) — Safra 2019 Produto	Tipo	Entrega	Quantidade (tn)	Moeda	Unidade	Preço
Soja em grãos	Compra	2019	21.700	BRL	MT	21.711
Milho em grãos	Compra	2019	25.644	BRL	MT	12.295
Soja em grãos	Venda	2019	(22.700)	BRL	MT	(23.291)
Milho em grãos	Venda	2019	(8.530)	BRL	MT	(4.847)

21. Cobertura de seguros (informação não auditada): A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A Companhia possui as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Tipo de risco	Vencimento	Montante de cobertura
Responsabilidade civil	30/07/2021	5.000

Cumpre destacar que a apólice referida acima inclui, dentre outras proteções, a cobertura de despesas processuais, custos de defesa, indenizações, dentre outros custos, de processos judiciais, administrativos ou arbitrais de natureza cível, penal, trabalhista, tributária, previdenciária ou de qualquer outra natureza, pleiteando reparação pecuniária ou visando responsabilizar os administradores por práticas de atos danosos decorrentes de sua atuação como administrador. **22. Eventos Subsequentes:** a) Desdobramento de ações após as opções pelos executivos da Companhia: Em 15/07/2021, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, houve um desdobramento das ações de emissão da Companhia na proporção de 1:80 (uma para oitenta), pelo qual cada ação passou a ser representada por oitenta ações, passando o capital social da Companhia a se dividir em 88.000.000 (oitenta e oito milhões) ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal, conferindo a seus titulares os mesmos direitos e vantagens integrais das ações atualmente existentes, assim, a participação a partir da data passou a ser conforme segue:

Acionistas	Antes: Número de ações	Antes: Participação	Antes: R$	Após: Número de ações	Após: Participação	Após: R$
Frederico José Humberg	1.099.999	100,00%	15.400	87.999.920	100,00%	15.400
Humberg Consultoria Empresarial Eireli	1	0,00%	–	80	0,00%	–
	1.100.000	100%	15.400	88.000.000	100%	15.400

A partir da data as opções de ações detidas pelo senhor Acauã Sena conforme nota 13, e as outras opções de ações relacionadas ao plano de remuneração dos executivos em ações, foram também desdobradas para passar a ter a mesma proporção. Em 31 de março foram outorgadas opções para aquisição de 11.000 mil ações ao preço de R$150 por ação em um segundo conjunto de outorgas do acionista controlador diretamente com 2 executivos da Companhia e pertencentes ao conselho da administração.

Antes do desdobramento: Aniversário	1ª Outorga Quantidade Outorgada	2ª Outorga Quantidade Outorgada	Total Quantidade Outorgada
primeiro	16.940	2.200	**19.140**
segundo	18.040	2.200	**20.240**
terceiro	18.040	2.200	**20.240**
quarto	18.040	2.200	**20.240**
quinto	19.140	2.200	**21.340**
	90.200	**11.000**	**101.200**

Após desdobramento: Aniversário	1ª Outorga Quantidade Outorgada	2ª Outorga Quantidade Outorgada	Total Quantidade Outorgada
primeiro	1.355.200	176.000	**1.531.200**
segundo	1.443.200	176.000	**1.619.200**
terceiro	1.443.200	176.000	**1.619.200**
quarto	1.443.200	176.000	**1.619.200**
quinto	1.531.200	176.000	**1.707.200**
	7.216.000	**880.000**	**8.096.000**

b) Posição patrimonial após exercício de compra de ações: Em 15/07/2021, após evento de liquidez previsto no contrato de outorga de opções entre o sócio controlador e executivos da empresa o quadro patrimonial da Companhia passou a ter a seguinte composição:

Acionistas	Após: Ações	Após: Participação	Após: R$	Após: Preço por ação	Antes: Ações	Antes: Participação	Antes: R$	Antes: Preço por ação
Frederico José Humberg	81.628.720	92,76%	14.285	0,18	87.999.920	100%	15.400	0,18
Acauã Sena Mahfuz	4.400.000	5,00%	770	0,18	–	0%	–	–
Ney Nelson Machado de Sousa	1.056.000	1,20%	185	0,18	–	0%	–	–
Pedro Lunardeli Salles	440.000	0,50%	77	0,18	–	0%	–	–
Paulo Guilherme Rache Humberg	176.000	0,20%	31	0,18	–	0%	–	–
Stephane Frappat	176.000	0,20%	31	0,18	–	0%	–	–
Jonatas Brito do Nascimento So	88.000	0,10%	15	0,18	–	0%	–	–
Matheus Ferreira Roque	35.200	0,04%	6	0,18	–	0%	–	–
Humberg Consultoria Empresaria	80	0,00%	–	0,18	80	0%	–	–
	88.000.000	100%	15.400	0,18	88.000.000	100%	15.400	0,18

c) Oferta publica de ações: Em 19/07/2021, a Humberg Agribrasil Comércio e Exportação de Grãos S.A. protocolou pedido de oferta pública conjuntamente com o pedido de migração ao segmento do Novo Mercado, e por razões de mercado, em 10/08/2021 protocolou o pedido de interrupção da oferta publica. d) Termo de transação, recompra de ações e quitação: Em 21/07/2021, o acionista controlador da Companhia celebrou um termo de recompra e quitação das opções vestidas e não vestidas com um de seus executivos de forma amigável para aquisição de 4,400 ações (352.000 mil após o desdobramento) por um valor de R$2.198 mil equivalente os valores decorrentes das despesas ainda não incorridas pelas outorgas não vestidas foi de R$ 653. e) Mudança do endereço da Matriz: Em 25 de junho a companhia decidiu mudar o endereço da sua sede para Rua Joaquim Floriano nº 960, 3º andar, Itaim Bibi, CEP 04534-001, São Paulo - SP. A expectativa é que o contrato de aluguel ocorra durante o mês de agosto de 2021.

Conselho de Administração

Frederico José Humberg - Conselheiro Presidente | **Paulo Guilherme Rache Humberg** - Conselho independente | **Stephane Frappat** - Conselho independente

Diretoria

Frederico José Humberg - CEO | **Ney Nelson Machado de Sousa** - CFO

Contador

Adilson Machado de Oliveira Junior - Contador - CRC-1SP268411/O-3
Smartway Assessoria Contábil e Gestão Empresarial

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **Humberg Agribrasil Comércio e Exportação de Grãos S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Humberg Agribrasil Comércio e Exportação de Grãos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações, e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras:** Chamamos atenção à nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para as correções de erros e melhorias nas divulgações em determinadas notas explicativas, conforme descrito na referida nota explicativa. Em 8 de fevereiro de 2021, emitimos relatórios de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da então Humberg Agribrasil Comércio e Exportação de Grãos Ltda., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, respectivamente, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações financeiras e seus valores correspondentes ao período anterior foram ajustados de forma retrospectiva. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Instrumentos financeiros derivativos: Conforme descrito na Nota 19, as receitas de venda da Companhia são geradas principalmente pela comercialização de commodities agrícolas, representadas principalmente por soja e milho, cujos preços são cotados no mercado internacional e em dólares, resultando numa exposição cambial e de preços à Companhia. Com o intuito de reduzir as exposições ao risco de preço e cambial, a Companhia contrata suas compras e vendas de suas commodities a preços fixados, com base nos contratos futuros precificados na Bolsa de Chicago (Chicago Mercantil and Exchange - CME) mais um *spread* considerando os custos adicionais tendo em vista a localização da originação e transbordo das commodities, que poderão ser liquidados em volume físico ou financeiramente. Em adição à cobertura natural da exposição referida acima, a Companhia também contrata instrumentos financeiros derivativos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19, porém, não sendo adotado a contabilidade de proteção (*hedge accounting*). Consideramos esse um principal assunto de auditoria em função das exposições aos preços das commodities e moeda pela Companhia, o que pode impactar substancialmente a sua posição patrimonial, financeira e seus resultados operacionais em caso de variação significativa de uma ou ambas situações, podendo resultar em impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Como nossa auditoria conduziu o assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o envolvimento de profissionais especializados em valorização e avaliação da adequação dos instrumentos financeiros em relação às exposições da Companhia, bem como pela análise dos efeitos contábeis; (ii) testes de existência e valorização dos contratos de compra e venda das commodities, através de amostragem; (iii) teste de contratos envolvendo instrumentos derivativos, através da circularização das instituições financeiras; (iv) análise dos registros contábeis; (v) análise das reconciliações dos saldos de instrumentos financeiros com os valores reconhecidos na posição patrimonial e na demonstração de resultado da Companhia; e (vi) análise da adequação das divulgações realizadas nas Notas Explicativas nºs 2 e 19 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2020. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria supracitados sobre a posição patrimonial e operação da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas Notas Explicativas nºs 2 e 19, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de agosto de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Ronaldo Aoki
Contador CRC-1SP244601/O-1

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

AVISO DE LICITAÇÃO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 031/2021 - OBJETO: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA, COM ÊNFASE NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA, ESTADO DE SÃO PAULO, POR MEIO DE CONTRATO DE GESTÃO. As Organizações Sociais deverão manifestar expressamente seu interesse em firmar o contrato de gestão até o dia 03 de NOVEMBRO de 2021 nos termos do art. 8º, II do Decreto Municipal nº 2470, 05 de abril de 2017, por meio de solicitação escrita a ser protocolada no Setor de Licitações desta Prefeitura. As ORGANIZACOES SOCIAIS ainda não qualificadas neste Município e, que queiram participar da presente CHAMADA PÚBLICA, deverão solicitar seu credenciamento ATÉ DIA 29/SETEMBRO/2021, diretamente na Secretaria Municipal de Saúde e conforme exigências contidas em Lei e Decreto Municipal retrocitados. Informações/Contato: Secretaria Municipal de Saúde, endereço Praça Hafiz Abi Chedid, 125, Centro - Telefone (11) 4034.6722, das 08h00mm às 17h00 - Contato: Cibele. Edital na íntegra disponibilizado no site www.braganca.sp.gov.br. Bragança Paulista, 27 de Agosto de 2021. MARINA DE FATIMA DE OLIVEIRA - Secretária Municipal de Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2021**. TIPO MENOR PREÇO. OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CAL HIDRATADA ESPECIAL PARA TRATAMENTO DE ÁGUA, QUE SERÃO UTILIZADOS NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA - ETA, NO MUNICÍPIO DE ORLÂNDIA.** A entrega dos envelopes contendo a proposta e a habilitação será no Setor de Licitações, situado na Praça Coronel Orlando, 652, centro, às 09:00 h do dia 13/09/2021, onde ocorrerá o processamento do pregão. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br. Edital à disposição, no setor competente, ao custo de R$ 20,00 e na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 30/08/2021. Orlândia, SP, 27 de Agosto de 2021. SERGIO AUGUSTO BORDIN JUNIOR – Prefeito Municipal.

Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo - PRODAM-SP S/A

CNPJ nº 43.076.702/0001-61 - NIRE MATRIZ nº 35300036824

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02.001/2021 – SEI Nº 7010.2020/0002787-4
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE PARA TRANSMISSÃO DE ARQUIVOS, CONTEMPLANDO SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

A Pregoeira designada informa que ENCONTRA-SE ABERTO na **EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PRODAM-SP S/A.** o processo em referência. **O encaminhamento da Proposta de Preços deverá ser feito a partir da divulgação até às 10 horas do dia 13/09/2021, no site www.comprasnet.gov.br, sendo a sessão de abertura das propostas às 10 horas do mesmo dia.**

FUNDAÇÃO HÉLIO AUGUSTO DE SOUZA - FUNDHAS

CNPJ nº 57.522.468/0001-63

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG 926639 - Licitação exclusiva para ME/EPP - Processo de Compra nº 169/2021 - Edital nº 35/2021 - Pregão Eletrônico nº 33/2021 - Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços de remoção e colocação de película protetora solar em vidros (insulfilm), com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra. Início da sessão: 15/09/2021, às 8h00 (horário de Brasília - DF), no endereço eletrônico: www.gov.br/compras. O Edital, contendo as condições de participação e informações sobre o processo licitatório, está disponível nos sites www.gov.br/compras e www.fundhas.org.br ou na Divisão de Suprimentos - Setor de Licitações, na Rua Santarém, nº 560, Parque Industrial, São José dos Campos - SP, das 7h30 às 17h00, de 2ª à 6ª feira. SJCampos, 25 de agosto de 2021. George Lucas Zenha de Toledo - Diretor Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

Departamento de Licitações

RERRATIFICAÇÃO AO EDITAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117/2021
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2021
PREGÃO Nº 015/2021
FORMA ELETRÔNICA

A Prefeitura de Pereira Barreto, leva ao conhecimento de quem possa interessar, que o Processo supra epigrafado, que tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Kits escolares para alunos da rede municipal de ensino, de acordo com as especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência, sofreu alterações.
a) Encontra-se disponível no website Termo de Referência alterado.
b) Fica redesignada para dia 13/09/2021 as 10h:00min a sessão virtual do Pregão;
c) Demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.
Estância Turística de Pereira Barreto/SP, 27 de agosto de 2021.
Luís Carlos Narutis Aguilar
Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME

RESUMO DE EDITAL

LICITAÇÃO: Pregão Presencial Nº 059/2021; **OBJETO:** Registro de preços para aquisição de livros de libras para alunos do ensino fundamental da rede municipal de educação.. **DATA DO PREGÃO:** 15 de SETEMBRO de 2.021, às 09:00h; **LOCAL:** Departamento de Licitações da Prefeitura de Leme - Rua Joaquim Mourão, 289 - centro- Leme/SP; **DISPONIBILIDADE DO EDITAL:** a partir de 28/08/2021, junto ao site www.leme.sp.gov.br - licitações (gratuito);
Publique-se.
Leme, 24 de agosto de 2.021
GUILHERME SCHWENGER NETO
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Demonstrações Contábeis

PI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ nº 03.502.968/0001-04

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas, as demonstrações financeiras da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. **Patrimônio Líquido e Resultado:** Em 30 de junho de 2021, o patrimônio líquido atingiu o montante de R$ 396.044 (31/12/2020 - R$ 270.602). O resultado apresentado no semestre findo em 30 de junho de 2021 foi prejuízo no valor de R$ 14.558 (30/06/2020 - Prejuízo de R$ 11.126). **Ativos e Passivos:** Em 30 de junho de 2021, os ativos totais atingiram o valor de R$ 427.917 (31/12/2020 - R$ 302.598). Desse montante, destacamos, R$ 22.053 (31/12/2020 - R$ 237.936) que são representados por aplicações em depósitos interfinanceiros e R$ 345.211 que são representados por participações em controladas. **Outras Informações:** A política de atuação da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. informa que no período findo de 30 de junho de 2021, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente. Ademais, a PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. confirma que a PricewaterhouseCoopers representa a sua administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios que preservam a independência do auditor, acima mencionados. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 27 de agosto de 2021 Os Administradores

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Ativo Circulante		**30.020**	**246.806**
Disponibilidades	4 & 15 c	248	518
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		**22.053**	**237.936**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5 & 15 c	22.053	237.936
Outros Ativos	6	**5.679**	**4.944**
Rendas a Receber		430	360
Negociação e Intermediação de Valores		4.550	4.494
Diversos		699	90
Outros Valores e Bens		**2.040**	**3.408**
Despesas Antecipadas		2.040	3.408
Ativo Realizável a Longo Prazo		**397.897**	**55.792**
Outros Ativos		**37.504**	**36.911**
Ativos Fiscais Diferidos	7	9.679	9.327
Depósitos Judiciais	13 c	27.825	27.584
Permanente		**360.393**	**18.881**
Investimentos	8	**345.211**	**-**
Participações em Controladas		345.211	-
Imobilizado de Uso	9	**108**	**124**
Outras Imobilizações de Uso		155	155
(Depreciações Acumuladas)		(47)	(31)
Intangível	10	**15.074**	**18.757**
Outros Ativos Intangíveis		23.337	26.073
(Amortizações Acumuladas)		(8.263)	(7.316)
Total do Ativo		**427.917**	**302.598**

	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Passivo Circulante		**15.581**	**17.119**
Outras Obrigações		**15.581**	**17.119**
Fiscais e Previdenciárias	11	7.199	8.461
Negociação e Intermediação de Valores	12. a	4.651	5.846
Diversas	12 b	3.731	2.811
Passivo Exigível a Longo Prazo		**16.292**	**14.877**
Outras Obrigações		**16.292**	**14.877**
Fiscais e Previdenciárias	11 & 13 c	15.527	14.182
Diversas	12 b & 13 c	765	695
Patrimônio líquido		**396.044**	**270.602**
Capital Social		350.810	210.810
De Domiciliados no País	14. a	350.810	210.810
Reservas de Lucros		45.234	59.792
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**427.917**	**302.598**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Receitas da Intermediação Financeira		**1.703**	**4.437**
Receita de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	15. c	1.703	4.437
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**1.703**	**4.437**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**(15.721)**	**(24.866)**
Receitas de Prestação de Serviços		738	479
Despesas de Pessoal	16	(5.863)	(10.156)
Despesas Administrativas	17	(13.129)	(20.502)
Despesas Tributárias		(198)	(287)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		(1.746)	-
Outras Receitas Operacionais	18	4.477	5.600
Resultado Operacional		**(14.018)**	**(20.429)**
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro		**(14.018)**	**(20.429)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	19	**(540)**	**9.303**
Ativo (Passivo) Fiscal Diferido		215	9.303
Provisão para Imposto de Renda		(754)	-
Prejuízo do Semestre		**(14.558)**	**(11.126)**
Nº de Ações (Mil)	14. a	277.824	181.651
Prejuízo por lote de mil ações - em R$		(52,40)	(61,25)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Resultado Líquido do Período		**(14.558)**	**(11.126)**
(+/-) Outros resultados abrangentes do período		-	-
Resultado Abrangente do Período		**(14.558)**	**(11.126)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Atividades Operacionais			
Prejuízo no semestre		**(14.558)**	**(11.126)**
Ajustes ao Prejuízo		**5.153**	**(7.094)**
Imposto de Renda e Contribuições Sociais Diferidos	7	(215)	(9.303)
Depreciações e Amortizações	17	2.503	2.407
Provisão para Processos Judiciais		1.415	407
Resultado de Participação em Controlada	8	1.746	-
Atualização de Depósitos Judiciais	18	(296)	(605)
Variações em Ativos e Passivos		**218.857**	**(2.716)**
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		221.384	-
Redução (Aumento) em Outros Ativos		(2.572)	(4.307)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		1.368	(2.578)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(569)	4.169
Impostos Pagos		(754)	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		**209.452**	**(20.936)**
Aquisição de Imobilizado		-	(50)
Baixa (Aquisição) de Intangível		2.736	(4.932)
Aquisição de Participação em Controlada		(346.957)	-
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento		**(344.221)**	**(4.982)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		140.000	-
Caixa líquido gerado de / (aplicado em) atividades de financiamento		**140.000**	**-**
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		**5.231**	**(25.918)**
Caixa e Equivalentes no Início do Semestre		**17.070**	**282.683**
Caixa e Equivalentes no Fim do Semestre	4	**22.301**	**256.765**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatuária	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**210.810**	**13.141**	**100.405**	**-**	**324.356**
Prejuízo do Semestre		-	-	-	(11.126)	(11.126)
Destinações:						
Reserva Estatutária		-	-	(11.126)	11.126	-
Saldos em 30 de junho de 2020		**210.810**	**13.141**	**89.279**	**-**	**313.230**
Mutações no Semestre		**-**	**-**	**(42.628)**	**-**	**(42.628)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**210.810**	**13.141**	**46.651**	**-**	**270.602**
Prejuízo do Semestre		-	-	-	(14.558)	(14.558)
Aumento de Capital	14	140.000	-	-	-	140.000
Destinações:						
Reserva Estatutária		-	-	(14.558)	14.558	-
Saldos em 30 de junho de 2021	14	**350.810**	**13.141**	**32.093**	**-**	**396.044**
Mutações no Semestre		**140.000**	**-**	**(14.558)**	**-**	**125.442**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional: A PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., controlada pela Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), atua no mercado de corretagem de Títulos e Valores Mobiliários, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para a corretagem nas negociações de Títulos e Valores Mobiliários em geral. O conglomerado Santander é responsável pela prestação de serviços relacionados à gestão e controle operacional das operações das negociações de Títulos e Valores Mobiliários realizadas através da instituição. As operações da instituição são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander). Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade. **Efeitos da Pandemia - COVID-19:** A administração monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19. A empresa mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a dispensa de funcionários do grupo de risco e intensificação do trabalho em home office, (b) a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do COVID-19 e (c) ao aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento. Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras da PI Distribuidores de Títulos e Valores Mobiliários S.A., foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. A PI Distribuidores de Títulos e Valores Mobiliários S.A., é controlada pela Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, que possui participação acionária direta de 277.824 mil ações ordinárias, equivalentes a 100% do capital social. A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3959/2019, e entrou em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2021. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes. A Diretoria Executiva autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2021, na reunião realizada em 27 de agosto de 2021.

3. Principais Políticas Contábeis: a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Pi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. **b) Apuração do Resultado:** O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço. **c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo:** São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001. **d) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias. **e) Títulos e Valores Mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis: I - títulos para negociação; II - títulos disponíveis para venda; e III - títulos mantidos até o vencimento. Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida: (1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; (2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia. As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidos no resultado do período. **f) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos):** Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço. A PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos: Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados. Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro, ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia. Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente. Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros, utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreçamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes e do método do valor presente. Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, a PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez. Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos. **g) Permanente:** Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos: **g.1) Imobilizado de Uso:** A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação. **g.2) Intangível:** Os gastos de aquisição e desenvolvimento de software são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos. **h) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias:** A Pi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros. As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e com base nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação. Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. No caso de trânsitos em julgado favoráveis a PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas. **i) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins):** O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados pelo regime cumulativo e são calculadas sob determinadas receitas. Para as instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias. **j) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):** O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente a R$240, R$120 no semestre, e a CSLL à alíquota de 15%, para instituições financeiras, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. A alíquota da CSLL, para as distribuidoras de valores mobiliários, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de julho de 2021, nos termos do artigo 3 da medida provisória número 1.034, publicada em 1 de março de 2021. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo. De acordo com o disposto na regulamentação vigente os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base a geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 7.a, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico. **k) Estimativas Contábeis:** As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das informações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: valor residual da provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva. **l) Juros sobre Capital Próprio:** Publicada em 19 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, a Resolução CMN nº 4.706 tem aplicação prospectiva e determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital. A Norma delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido. A Resolução CMN Nº 4.885, de 23 de dezembro de 2020, veda que as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil remunerem o capital próprio acima do maior entre: i) 30% do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei nº 6.404/76; ou ii) dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, inclusive sob forma de Juros sobre o Capital Próprio, até 31 de dezembro de 2020. A norma também veda a redução do capital social, salvo em situações específicas, e o aumento da remuneração de seus diretores, administradores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. **m) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes:** A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 19.e. **n) Ativos e Passivos Fiscais Correntes e Diferidos**: A Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020 consolidou os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020 (revogou as Circulares BACEN nº 3.776/2015 e nº 3.174/2003), consolidou os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na constituição ou baixa do ativo fiscal diferido e na divulgação de informações sobre ativos ou passivos fiscais diferidos em notas explicativas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa: Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes às disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez.

	30/06/2021	31/12/2020
Disponibilidades	248	518
Aplicações interfinanceiras de liquidez	22.053	16.552
Total	**22.301**	**17.070**
	30/06/2020	**31/12/2019**
Disponibilidades	197	218
Aplicações interfinanceiras de liquidez	256.568	282.281
Carteira Própria	-	184
Total	**256.765**	**282.683**

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: Composição por vencimento:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Até 90 dias	**22.053**	**16.552**
Acima de 90 dias	**0**	**221.385**
Total	**22.053**	**237.936**

6. Outros Ativos:	30/06/2021	31/12/2020
Rendas a receber	430	360
Negociação e intermediação de valores[1]	4.550	4.494
Diversos	699	90
Total	**5.679**	**4.944**

[1] Os valores em Negociação e Intermediação de valores se referem a depósitos em garantia para operar na bolsa como participante de negociação pleno e membro para compensação.

7. Ativos e Passivos Fiscais: a) Ativos Fiscais Diferidos:

	Origem Saldo em 30/06/2021	Origem Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Realização/ Baixa	Saldo em 30/06/2021
Provisão para Contingências Cíveis	944	875	350	35	-	385
Provisão para Contingências Fiscais	15.600	14.255	5.702	616	-	6.318
Provisão para Contingências Trabalhistas	2	2	1	-	-	1
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	548	548	879	217	-	1.097
Outras Provisões e Ajustes Temporários	6.540	7.638	2.395	-	(516)	1.878
Total dos Créditos Tributários	**23.635**	**23.317**	**9.327**	**868**	**(516)**	**9.679**
Total dos Créditos Tributários Não Ativados	**89.154**	**76.959**	**30.784**	**4.878**	**-**	**35.662**
Total dos Créditos Tributários	**112.789**	**100.276**	**40.111**	**5.746**	**(516)**	**45.341**

Em 30 de junho de 2021, os créditos tributários não ativados totalizaram R$ 30.784, cuja expectativa de realização supera 10 anos. No registro contábil dos créditos tributários nas demonstrações contábeis da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliarios S.A., foram aplicadas as alíquotas do período previsto de sua realização e está baseado em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN 3.059/2002, com as alterações da Resolução CMN 4.441/2015. O registro contábil dos Ativos Fiscais Diferidos nas demonstrações financeiras da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliarios S.A. foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15. **a.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos:**

Ano	Diferenças Temporárias IRPJ	Diferenças Temporárias CSLL	Total 30/06/2021
2021	1.127	901	2.028
2022	1.731	1.038	2.769
2023	1.042	625	1.667
2024	840	504	1.343
2025	780	468	1.248
2026	390	234	624
Total	**5.909**	**3.771**	**9.679**

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros. Com base na Resolução CMN no 4.818/2020 e na Resolução BCB no 2/2020, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. **a.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos:** O valor presente total dos créditos tributários é de R$ 9.208 (31/12/2020 - R$ 9.087), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes. **b) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos: b.1) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos:**

	Origem Saldo em 30/06/2021	Origem Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2021
Outros	8.330	8.090	3.236	140	-	3.376
Total	**8.330**	**8.090**	**3.236**	**140**	**-**	**3.376**

b.2) Expectativa de Realização dos Passivos Tributários Diferidos:

Ano	Diferenças Temporárias IRPJ	Diferenças Temporárias CSLL	Total
2021	208	167	375
2022	417	250	667
2023	417	250	667
2024	417	250	667
2025	417	250	667
2026 a 2030	208	125	333
Total	**2.084**	**1.292**	**3.376**

8. Participações de Controladas: Em 29 de setembro de 2020, a Pi Distribuidora de Títulos e Investimentos S.A. ("Pi"), a qual é indiretamente controlada pelo Banco Santander, celebrou junto aos acionistas da Toro Controle e Participações S.A. ("Toro Controle"), acordo de investimentos e outras avenças. A Toro Controle fora uma holding que, em última instância, controlara a Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Toro CTVM") e a Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto "Toro"). A Toro é uma plataforma de investimentos fundada em Belo Horizonte no ano de 2010. Em 2018, recebeu as autorizações necessárias e iniciou sua operação como corretora de valores mobiliários voltada ao público de varejo. Após o cumprimento de todas as condições suspensivas aplicáveis, inclusive a aprovação pelo Banco Central do Brasil, a operação foi efetivada em 30 de abril de 2021, com a aquisição de ações representativas 60% do capital social da Toro Controle e a sua imediata incorporação pela Toro CTVM, de modo que a Pi passou a ser detentora direta do equivalente a 60% do capital social da Toro CTVM que, por sua vez, detém 100% do capital social da Toro Investimentos. **Composição do Investimento:**

	Patrimônio Líquido Ajustado 30/06/2021	Lucro (Prejuízo) Líquido 01/01 a 30/06/2021	Valor dos Investimentos 30/06/2021	Valor dos Investimentos 31/12/2020	Resultado da Equivalência Patrimônial 30/06/2021	Resultado da Equivalência Patrimônial 01/01 a 30/06/2021
Controlada da Pi Distribuidora de Títulos e Investimentos S.A.						
Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	65.457	(7.633)	39.274	-	(1.746)	-
Outras						
Ágio Toro	-	-	305.937	-	-	-
Total	**65.457**	**(7.633)**	**345.211**	**-**	**(1.746)**	**-**

9. Imobilizado de Uso:

	Custo	Depreciação	30/06/2021 Residual	31/12/2020 Residual
Outras Imobilizações de Uso				
Móveis e Equipamentos de Uso	155	(47)	108	124
Total	**155**	**(47)**	**108**	**124**

10. Intangível:

	Custo	Amortização	30/06/2021 Líquido	31/12/2020 Líquido
Outros Ativos Intangíveis				
Aquisição e Desenvolvimento de Softwares	23.337	(8.263)	15.074	18.757
Total	**23.337**	**(8.263)**	**15.074**	**18.757**

11. Fiscais e Previdenciárias: As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher.

	30/06/2021	31/12/2020
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (9.a)	3.374	3.236
Tributos sobre Receita	34	26
Tributos Retidos de Terceiros	98	85
Provisão de 13, Férias, Bônus e Encargos Sociais	3.693	5.114
Provisão ISS[1]	13.354	12.090
Outros	2.173	2.092
Total	**22.726**	**22.643**

(1) A PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., de forma a detalhar a determinação da decisão no sentido de que o levantamento do valor depositado será equivalente a 60% do saldo da conta judicial para a PI DTVM.

a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos:

	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2021
Juros sobre Depósito Judicias	3.236	138	-	3.374
Total dos Créditos Tributários	**3.236**	**138**	**-**	**3.374**

b) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos:

Ano	Diferenças Temporárias IRPJ	Diferenças Temporárias CSLL	Total 30/06/2021
2021	208	167	375
2022	417	250	666
2023	417	250	666
2024	417	250	666
2025	417	250	666
2026	208	125	333
Total	**2.083**	**1.291**	**3.374**

12. Outras Obrigações:

a) Negociação e Intermediação de Valores:	30/06/2021	31/12/2020
Caixas de Registro e Liquidação	4.651	5.846
Total	**4.651**	**5.846**

A PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., como prestadora de serviços financeiros, reconhece sua receita advinda de corretagem cobradas de intermediação à medida que seus serviços são prestados.

b) Outras Obrigações - Diversas:	30/06/2021	31/12/2020
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Cíveis (nota 11.b)	765	695
Contas e Despesas a Pagar	2.269	1.053
Contas e despesas a Pagar (Santander Holding Imobiliaria S.A. - Aluguel) (nota 13)	1.135	1.418
Outras	327	340
Total	**4.496**	**3.506**

Conforme Carta-Circular 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais e Obrigações Legais" foi reclassificada de "Fiscais e Previdenciárias" para "Outras obrigações - Diversas".

13. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias: a) Ativos Contingentes: Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.h). **b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza:**

	30/06/2021	31/12/2020
Provisão para Riscos Fiscais	15.527	14.182
Provisão para Processos Cíveis	765	695
Total	**16.292**	**14.877**

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais:

	30/06/2021 Fiscais	30/06/2021 Cíveis	31/12/2020 Fiscais	31/12/2020 Cíveis
Saldo Inicial	**14.182**	**695**	**12.179**	**705**
Constituição Líquida de Reversão (1)	(14)	(16)	776	(111)
Atualização	1.472	85	1.227	102
Baixa	(113)			
Saldo Final	**15.527**	**765**	**14.182**	**695**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	27.825	-	27.584	-
Total dos Depósitos em Garantia (2)	**27.825**	**-**	**27.584**	**-**

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais. (2) Referem-se aos valores de depósitos em garantia e não contemplam os depósitos em garantia relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais. **d) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias e Cíveis Classificadas como Risco de Perda Possível:** São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. As ações com classificação de perda possível, de natureza fiscais e cíveis, totalizaram em R$ 6.847 (31/12/2020 - R$ 6.546). As ações com classificação de perda possível, de natureza fiscal, totalizaram em R$ 6.024 (31/12/2020 - 5.475). Imposto sobre Serviços (ISS) - Operações de Leasing - a PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., possui discussões administrativas e judiciais referente a exigências, por diversos municípios, do pagamento de ISS sobre operações de arrendamento mercantil. Em 31/12/2020, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R$ 5.882 (31/12/2020 - 5.347). **e) Fiscais e Previdenciárias:** Os processos judiciais e administrativos relacionados as obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir: Imposto sobre Serviços (ISS) - Consignatória - Operações de Leasing - a PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., ajuizou medida judicial contra diversos Municípios visando obter a definição do Município competente para fiscalização e cobrança do Imposto sobre Serviços incidente sobre operações de arrendamento mercantil. O pleito foi julgado procedente para reconhecer a competência do Município de São Paulo e, atualmente, o processo aguarda definição da partilha dos depósitos realizados. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão de R$ 13.354 (31/12/2020 - 12.090) para fazer face à perda considerada provável.

14. Patrimônio Líquido: a) Capital Social: Em 30 de junho de 2021, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 350.810 (31/12/2020 - R$ 210.810), representado por 277.824 ações (31/12/2020 - 181.651 ações), e sem valor nominal, todos domiciliados no país. Em 30 de junho de 2021, houve a homologação pelo BACEN e por consequência o aumento de capital social mediante emissão de 96.173 ações ordinárias no valor de R$ 140.000. **b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:** Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 5% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. A Resolução CMN Nº 4.885, de 23 de dezembro de 2020, que alterou a Resolução CMN nº 4.820 de 29 de maio de 2020, veda que as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil remunerem o capital próprio acima do maior entre: i) 30% do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei nº 6.404/76; ou ii) dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, inclusive sob forma de Juros sobre o Capital Próprio, até 31 de dezembro de 2020. A norma também veda a redução do capital social, salvo em situações específicas, e o aumento da remuneração de seus diretores, administradores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Em 30/06/2021, não foram destinados Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos mínimos obrigatórios, a serem distribuídos aos acionistas. **c) Reservas:** Conforme estabelecido no contrato social, do saldo do lucro líquido apurado poderão ser deliberadas a formação de Reservas para Reforço do Capital de Giro e para Equalização de Dividendos. **Reserva Legal:** De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. **Reserva Estatutária:** As reservas estatutárias são constituídas por determinação do estatuto da instituição, como destinação de uma parcela dos lucros do exercício, e não podem restringir o pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

15. Partes Relacionadas: a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração: A remuneração total da administração no período findo em 30/06/2021 foi de R$ 1.380 (31/12/2020 - R$ 1.795). **b) Participação Acionária:** A PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é controlada pela Santander Leasing S.A Arrendamento Mercantil que possui participação acionária direta de 277.824 mil ações ordinárias equivalentes a 100 % do capital social. **c) Transações com Partes Relacionadas:** As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens. As principais transações são as seguintes:

		01/01 a 30/06/2021 Ativos (Passivos)	01/01 a 30/06/2021 Receitas (Despesas)	01/01 a 31/12/2020 Ativos (Passivos)	01/01 a 31/12/2020 Receitas (Despesas)
Disponibilidades		**248**	**-**	**518**	**-**
Banco Santander (1)	4	248	-	518	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		**22.053**	**1.703**	**237.936**	**6.980**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	22.053	1.703	237.936	6.980
Outros Créditos		**112**	**-**	**24**	**-**
Banco Santander (1)		112	-	24	-
Outros		**(1.135)**	**-**	**(1.418)**	**-**
Santander Holding Imobiliárias S.A. - Aluguel	12	(1.135)	-	(1.418)	-

16. Despesas com Pessoal:	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Salários	1.665	3.101
Bônus	2.722	4.658
Benefícios	305	645
Férias e 13º Salário	465	577
Encargos sociais	707	1.176
Total	**5.863**	**10.156**

17. Despesas Administrativas:	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Despesas de serviços publicidade e propaganda	6	2.113
Despesas de serviços de processamento de dados	6.548	13.099
Despesas de aluguel e consumo	550	1.125
Despesas de serviços técnicos especializados	717	1.090
Despesas com amortização e depreciação	2.503	2.407
Despesas de serviços do sistema financeiro	235	350
Provisões diversas	1.415	234
Outras despesas	1.154	84
Total	**13.129**	**20.502**

18. Outras Receitas Operacionais:	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Atualização de Depósitos Judiciais	296	605
Rendas De Aplicações Voluntárias No Banco Central	751	-
Reversão de Provisões de PPG e ILP	3.430	4.995
Total	**4.477**	**5.600**

19. Imposto de Renda e Contribuição Social: Os encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações dos semestres estão demonstrados a seguir:

	01/01 a 30/06/2021 IRPJ	01/01 a 30/06/2021 CSLL	01/01 a 30/06/2020 IRPJ	01/01 a 30/06/2020 CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**(14.018)**	**(14.018)**	**(20.429)**	**(20.429)**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25%, 15%	3.505	2.103	5.100	3.060
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(437)	(262)	-	-
IRPJ e CSLL sobre Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	(3.009)	(1.869)	-	-
Demais Ajustes CSLL 5%	-	184	714	429
Impostos de Exercícios Anteriores	(754)	-	-	-
Total	**(695)**	**155**	**5.814**	**3.489**

20. Outras Informações: a) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. aderiu ao Comitê de Auditoria Único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado e publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br\ri. b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. c) A apuração do Índice de Basileia aplicado a PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é efetuada em conjunto com o Conglomerado Prudencial do Banco Santander. Estas Informações Trimestrais, no que tange ao Gerenciamento de Riscos de Crédito e Apuração do Índice de Basileia, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, referentes ao período em 30 de junho de 2021, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri. d) Resultados Recorrentes / Não Recorrentes: Não houve resultados não recorrentes nos semestres de 2021 e 2020. e) COVID-19: A Administração monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. A Companhia mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a dispensa de funcionários do grupo de risco e intensificação do trabalho em home office, (b) a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do COVID-19 e (c) ao aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento. Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

Administradores

Diretor Presidente - José Clemenceau Assad Junior

Diretores sem Designação Específica - Luciane Buss Effting - Diogo Rio Neves

Contador

Marcio Gozzo - TC-CRC 1SP 243141/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME

RESUMO DE EDITAL

A Prefeitura do Município de Leme, comunica que encontra-se instaurado e disponível no setor de licitações, o processo abaixo:
Pregão Eletrônico: Nº 059/2021; **Objeto**: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL IMPRESSO DE APOIO PEDAGÓGICO NOS COMPONENTES CURRICULARES DE LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA PARA ALUNOS DOS PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. **Edital Na Íntegra**: (www.leme.sp.gov.br Entrar No Link: Licitações - Pregões Eletrônicos 2021); www.bbmnetlicitacoes.com.br; na Rua. Joaquim Mourão, 289, Centro - Leme, Das 08 Às 16 Horas, Departamento de Licitações e Compras: **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**: A PARTIR DAS 08:00HORAS DO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2021 ATÉ AS 08:00 DO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2021; **ABERTURA DAS PROPOSTAS**: AS 08:01 DO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2021; **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS**: AS 09:00 HORAS DO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2021;;**REFERÊNCIA DE TEMPO**: PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF.LOCAL: www.bbmnetlicitacoes.com.br "ACESSO IDENTIFICADO".
Leme, 24 de agosto de 2021
GUILHERME SCHWENGER NETO - SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO
ORGÃO GERENCIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

PREGÃO ELETRÔNICO ABERTO JUNTO AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES:
Nº: 076/2021 – **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE IMPRESSÃO E CÓPIA E SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÃO – **TÉRMINO DE ENVIO, ABERTURA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:** 15 de setembro de 2021, às 09:15 horas - **INÍCIO DA FASE DE LANCES:** 15 de setembro de 2021, às 09:30 horas. Disponível no Portal eletrônico de compras governamentais, no endereço www.bb.com.br, ou www.licitacoes-e.com.br. O Edital e seus anexos estarão disponíveis no site www.suzano.sp.gov.br. Eventuais dúvidas pelo telefone (11) 4745-2191.
CINTIA RENATA LIRA DA SILVA - Secretária Municipal de Administração.

LEILÃO PÚBLICO ONLINE ABERTO JUNTO AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES:
Nº: 001/2021 – **OBJETO:** ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS COM DIREITO A DOCUMENTAÇÃO, E DEMAIS BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS PARA O MUNICÍPIO DE SUZANO/SP – **DA DATA E LOCAL DA REALIZAÇÃO DO LEILÃO:** O leilão online será realizado no dia **16 de setembro de 2021 às 10h00 (horário de Brasília-DF), no site** www.lanceja.com.br. O Edital e seus anexos estarão disponíveis no site www.suzano.sp.gov.br. Eventuais dúvidas pelo telefone (11) 4745-2191.
CINTIA RENATA LIRA DA SILVA - Secretária Municipal de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME

RESUMO DE EDITAL

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 058/2021: **OBJETO**: Registro de preços para aquisição de apostilas de ensino da língua espanhola para alunos do 4º ao 5º ano do ensino fundamental rede Municipal de Educação. **DATA DO PREGÃO**: 14 de SETEMBRO de 2.021, às 09:00h; **LOCAL**: Departamento de Licitações da Prefeitura de Leme - Rua Joaquim Mourão, 289 - centro- Leme/SP: **DISPONIBILIDADE DO EDITAL**: a partir de 28/08/2021, junto ao site www.leme.sp.gov.br - licitações (gratuito);
Publique-se.
Leme, 24 de agosto de 2.021
GUILHERME SCHWENGER NETO
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

Sigma Credit Securitizadora S.A.

CNPJ nº 23.360.870/0001-77 - **Edital de Convocação**

Ficam convocados os senhores acionistas da **Sigma Credit Securitizadora S.A.**, para reunirem-se **na nova sede social à Rua Araguari n° 835 - Moema, conj. 71, em São Paulo/SP**, a fim de tratar dos seguintes assuntos em sede de **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**, no dia 30 de Setembro de 2021, às 09:00h (nove) horas para deliberar sobre: a) A re-ratificação da aprovação das contas e Demonstrações Financeiras corrigidas do exercício 2017; b) Tomar as contas dos administradores e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras do exercício 2020. Informa que estão à disposição dos senhores acionistas e debenturistas na sede da Companhia os documentos do art. 135, § 3º da Lei das S/A. São Paulo/SP, 26 de Agosto de 2021. **Bruno Ceschin, Acácio Roberto Alvarenga - Diretores**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO POR ITEM na modalidade PREGÃO PRESENCIAL:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2021 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2021
PROCESSO Nº 1.005/2021

OBJETO: REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PINTURA.
Os envelopes "PROPOSTA DE PREÇOS" e "HABILITAÇÃO" serão recebidos até às 09h00min do dia 14 de setembro de 2021, na sala de licitações - Paço Municipal, sito à Rua Coelho Neto, 73 – Araçatuba – SP.
Caso o(s) item(s) referentes à "COTA RESERVADA", tornem-se FRACASSADO ou DESERTO, e a Licitação seja repetida para o MERCADO GERAL, poderão participar todas as empresas que satisfaçam todas as exigências do Edital e da Lei Federal Nº 8.666/93 e Lei Federal Nº 10.520/2002.
O Edital será disponibilizado gratuitamente através do site: www.aracatuba.sp.gov.br.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC, Araçatuba, 26 de agosto de 2021.
ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO POR LOTE na modalidade PREGÃO PRESENCIAL:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2021 - PROCESSO Nº 801/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE COBERTURAS SECURITÁRIAS DOS VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA.
Os envelopes "PROPOSTA DE PREÇOS" e "HABILITAÇÃO" serão recebidos até às 09h00min do dia 15 de setembro de 2021, na sala de licitações - Paço Municipal, sito à Rua Coelho Neto, 73 – Araçatuba – SP.
O Edital será disponibilizado gratuitamente através do site: www.aracatuba.sp.gov.br.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC, Araçatuba, 27 de agosto de 2021.
ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2021
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE, CENTRO MÉDICO VETERINÁRIO MUNICIPAL E PARA FORNECIMENTO À POPULAÇÃO.
ESCLARECIMENTO

Considerando erro material na justificativa constante do ANEXO 1 na p. 22 do edital, emitimos a presente errata para correção, esclarecendo-se que: onde se lê: *SECRETARIA DE SAÚDE: "aquisição de medicamentos necessários para o fornecimento a população, atendimento a ordens judiciais e utilização nas unidades de saúde."*, leia-se: "*aquisição de medicamentos para utilização nas Unidades de Saúde e fornecimento à população*"
Leme, 27 de agosto de 2021.
DR. GUSTAVO ANTONIO CASSIOLATTO FAGGION
SECRETÁRIO DE SAÚDE

Easy Software S.A.

CNPJ nº 72.995.848/0001-09 = NIRE 35.300.360.630
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23/07/2021

Data, Hora e Local: Ao 23/07/2021, às 09h00, na sede social, São Carlos/SP, na Rua José Bonifácio, nº 565 - sala 32 e 33, Centro, CEP 13.560-610. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, nos termos do § 4º do Artigo 124, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("LSA"), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. Presentes também membros da administração. **Mesa:** Presidente: Rose Gabay; Secretária: Nathalia Cristina Gomes Gazzineo. **Ordem do Dia:** Aprovar a reeleição de membros da Diretoria. **Deliberações: (i)** Os acionistas representando a totalidade do capital social, aprovam, por unanimidade, a reeleição para um mandato de 2 anos a contar da presente data, do Sr. **José Roberto Borges Pacheco**, brasileiro, casado, economista, RG nº 52.694.103-0 SSP/SP e CPF nº 239.571.311-20, com domicílio comercial na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 14º andar, Ed. Jatobá, Alphaville, Barueri/SP, CEP: 06460-040, ao cargo de **Diretor Corporativo**, Sr. **Alexandre Petersen**, naturalizado brasileiro, nascido na Alemanha, solteiro, empresário, RG nº 29.368.246-X e CPF nº 475.496.371-72, com domicílio comercial na Rua Gastão Vieira, nº 489, Santa Felícia, São Carlos/SP, CEP: 13.562-410, para o cargo de **Diretor Executivo** e a Sra. **Rose Gabay**, brasileira, casada, psicóloga, RG nº 10.440.412 SSP/SP e CPF nº 066.214.998-09, com domicílio comercial na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 14º andar, Ed. Jatobá, Alphaville, Barueri/SP, CEP: 06460-040, para o cargo de **Diretora Corporativa**. **(ii)** Os Diretores eleitos declaram, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no artigo 147 da Lei nº 6.404/76 para a sua investidura como membro da Diretoria. Os Diretores tomarão posse em seus respectivos cargos mediante a assinatura dos Termos de Posse lavrados no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, anexos à presente. **(iii)** Diante da deliberação acima, a Diretoria da Companhia passará a ter a seguinte composição: **José Roberto Borges Pacheco**, como Diretor Financeiro Administrativo; **Alexandre Petersen**, como Diretor Executivo; e **Rose Gabay**, como Diretora Corporativa. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no § 1º do Artigo 130 da LSA, que lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Presenças: Mesa:** Rose Gabay - Presidente e Nathalia Cristina Gomes Gazzineo - Secretária. **Acionistas:** Odontoprev Serviços Ltda. e Alexandre Petersen. A presente é cópia da ata lavrada em livro próprio. São Carlos/SP, 23/07/2021. **Mesa: Rose Gabay** - Presidente; **Nathalia Cristina Gomes Gazzineo** - Secretária. JUCESP nº 406.214/21-9 em 25/08/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA
EDITAL Nº 165/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 22.211/2021
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 150/2021
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TERMOMETRO LASER DIGITAL INFRAVERMELHO.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia às 22/09/2021 às 09:30 horas

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA
EDITAL Nº 166/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 10.792/2021
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 151/2021
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TROCA DE CAIXA D'AGUA NA C.E.I.E.F PROFESSORA JAMILE CARAM DE SOUZA DIAS.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia às 23/09/2021 às 09:30 horas

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA
EDITAL Nº 167/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 27.512/2021
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2021
OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS PARA ATENDIMENTO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia às 23/09/2021 às 09:30 horas

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA
EDITAL Nº 124/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 22.766/2021
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2021
OBJETO: EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO E COLOCAÇÃO DE PLACAS DE "PROIBIDO JOGAR LIXO".
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia às 24/09/2021 às 09:30 horas

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA
EDITAL Nº 168/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 33.270/2021
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2021
OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIVROS DE LITERATURA INFANTIL PARA COMPOR O ACERVO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE LIMEIRA E DA BIBLIOTECA PEDAGÓGICA.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia às 16/09/2021 às 09:30 horas

O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos sem custo no site da Prefeitura Municipal de Limeira: www.limeira.sp.gov.br ou mediante a gravação em mídia, desta forma o interessado deve comparecer com mídia gravável no Departamento de Gestão de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Limeira, no horário das 9h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira, na Rua Dr. Alberto Ferreira, nº 179 – Centro ou ainda mediante o recolhimento da taxa de R$ 0,30 (trinta centavos) por folha de acordo com o Decreto Municipal nº 464 de 30 de dezembro de 2020.
Limeira, 27 de agosto de 2021
Departamento de Gestão de Suprimentos

EDITAIS DE CASAMENTOS

Faço saber que nos termos do Capítulo XVII - Seção III - Item 35.3 da NSCGJ-SP que: ANNE CRISTINE DE OLIVEIRA DONHA, brasileira, divorciada, nascida em 05/01/1986, em São Paulo-SP, filha de Wilson Donha Vieira e Rita de Cassia Oliveira Donha, residente nesta Capital, passou a chamar-se: ALLAN DE OLIVEIRA DONHA.

Faço saber que nos termos do Capítulo XVII - Seção III - Item 35.3 da NSCGJ-SP que: NELSON RICARDO DE SOUZA, brasileiro, solteiro, nascido em 22/11/1989, em São Paulo-SP, filho de ELIANA DE SOUZA, residente nesta Capital, passou a chamar-se: RAYSSA DEEGAN DE SOUZA.

GIOVANNE FIRMINO DA SILVA, estado civil divorciado, profissão empresário, nascido em São Paulo, SP , filho de ANELITA FIRMINO DA SILVA.- ANA CLAUDIA DO NASCIMENTO SILVA, estado civil divorciada, profissão gestora de recursos humanos, nascida em São Paulo SP, SP , filha de JOSE MENDES DA SILVA e de ANTONIA DO NASCIMENTO SILVA.

FABRICIO SANTOS MELO, estado civil solteiro, profissão autônomo, nascido em Ilhéus, BA , filho de JOSÉ FRANCISCO MELO e de CÉLIA SOUZA SANTOS.- JACINAYARA DA CRUZ BARROS, estado civil solteira, profissão autônoma, nascida em São Luis, MA , filha de JOÃO ANTONIO BARROS e de JATACYARA PEREIRA DA CRUZ.

SILAS NATÃ DA SILVA FREITAS, estado civil solteiro, profissão assistente, nascido em São Paulo, SP , filho de ADALBERTO GARDIN DE FREITAS e de MARGARIDA MARIA DA SILVA FREITAS.- LETICIA FERNANDES DE ALMEIDA, estado civil solteira, profissão Publicitaria, nascida em São Paulo, SP , filha de MARCELO RIBEIRO DE ALMEIDA e de MARIA DAS DORES FERNANDES DE ALMEIDA.

RAFAEL GONÇALVES PEREIRA, estado civil solteiro, profissão assistente administrativo, nascido em São Paulo, SP , filho de JORGE MANOEL PEREIRA e de DENISE MARQUES GONÇALVES.- BEATRIZ ALVES MARQUES, estado civil solteira, profissão recepcionista, nascida em São Paulo, SP , filha de MOACIR MARIA MARQUES e de SUELI MARIA ALVES MARQUES.

MATHEUS SOUZA DE FRANÇA SILVA, estado civil solteiro, profissão desempregado, nascido em São Paulo-SP, no dia vinte e dois de dezembro de mil novecentos e noventa e oito (22/12/1998), residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de ALEXSANDRO DE FRANÇA SILVA e de NAJARA SOUZA DOS SANTOS. GABRIELLE BRITO MONTEIRO, estado civil solteira, profissão aux de loja, nascida em São Paulo-SP, no dia primeiro de dezembro de dois mil e um (01/12/2001), residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de REGINALDO DA SILVA MONTEIRO e de JÔSE MARA BRITO MONTEIRO.

DHEIMISON MOREIRA SANTIAGO, estado civil solteiro, profissão ajudante de instalação, nascido em Novo Oriente, BA , filho de ANTONIO AVÊLINO SOARES SANTIAGO e de EDEVALDA GONÇALVES MOREIRA MARQUES.- ESTEFANI VITÓRIA DE PAIVA SANTOS ABREU, estado civil solteira, profissão do lar, nascida em São Paulo, SP , filha de CEZAR HENRIQUE DE ABREU e de SUELI DE PAIVA SANTOS ABREU.

EVANDRO RODRIGUES DE MIRANDA, estado civil solteiro, profissão ajudante geral, nascido em Rio Grande do Piauí, PI , filho de MANOEL RODRIGUES DA COSTA e de MARIA DO DESTERRO RODRIGUES DE MIRANDA.- MARIA DAS GRAÇAS RIBEIRO DE SOUZA, estado civil solteira, profissão do lar, nascida em Andaram, BA , filha de RAIMUNDO RIBEIRO DE SENA e de AUGUSTA DE JESUS SOUZA.

TIAGO DOS SANTOS BARBOSA, estado civil solteiro, profissão analista de suporte, nascido em Ibotirama, BA , filho de FRANCISCO LIMA BARBOSA e de ADÉLIA NASCIMENTO DOS SANTOS BARBOSA.-TUANNI MACIEL DOS SANTOS, estado civil solteira, profissão cobradora, nascida em São Paulo, SP , filha de OGESILON MACIEL DOS SANTOS e de SANDRA JOSEFA DA SILVA.

VAGNER BRUNO ALVES DINIZ, estado civil divorciado, profissão motorista, nascido em São Paulo, SP , filho de FRANCISCO ALVES DINIZ e de MARIA DE FATIMA BARBOSA VIEIRA.- ROSYMERE DOS SANTOS SILVA, estado civil viúva, profissão autônoma, nascida em São Sebastião, AL , filha de GEOVÊNIO NOGUEIRA DA SILVA e de NAZARÉ REGINA DOS SANTOS SILVA.

LUCAS CARDOSO CORREIA, estado civil solteiro, profissão Motorista, nascido em Resplendor, MG , filho de DANIEL FERREIRA CORREIA e de SANDRA MARA CARDOSO CORREIA.- BIANCA STEFANIE PEREIRA DOS SANTOS, estado civil divorciada, profissão assistente de relacionamento, nascida em São Paulo, SP , filha de MARCOS FRANCISCO DOS SANTOS e de REGINALDA PEREIRA DE SOUZA DOS SANTOS.

BRUNO BARROS TELLES, estado civil solteiro, profissão empresário, nascido em São Paulo, SP , filho de MARCOS CARDOSO TELLES e de MARIA HELENA BARROS TELLES.- RAFAELA VERONEZ CESPEDES, estado civil solteira, profissão analista de RH, nascida em São Paulo, SP , filha de ADOLFO CESPEDES PARRON e de LEONICE CESPEDES PARRON.

RICARDO HENRIQUE FERNANDES BARBOSA, estado civil solteiro, profissão vendedor, nascido em São Paulo, SP , filho de FLAVIO BARBOSA e de SHIRLEY FERNANDES BARBOSA.- LUCIANE ANANIAS BARBOSA, estado civil solteira, profissão cabeleireira, nascida em São Paulo, SP , filha de DURVINO LEMES BARBOSA FILHO e de ELIANA ANANIAS BARBOSA.

GREGORY VINICIUS GIMENES, estado civil divorciado, profissão assistente jurídico, nascido em São Paulo, SP , filho de MAURILEIA CAMILO GIMENES.- FABIANA SOUZA DUARTE, estado civil solteira, profissão analista de faturamento, nascida em São Paulo, SP , filha de WELTON BORGES DUARTE e de CLAUDERLI BEATRIZ DE SOUZA.

NATANAEL IVO JOAQUIM, estado civil divorciado, profissão confeiteiro, nascido em São Paulo, SP , filho de IVO JOAQUIM e de BENEDITA MARIA DE VASCONCELOS JOAQUIM.- AMANDA CELESTINA BERTO FERREIRA, estado civil solteira, profissão maquiadora, nascida em São Paulo, SP , filha de VICENTE BERTO FERREIRA e de LUCIA MARIA CELESTINA.

LUCAS DÓREA NASCIMENTO, estado civil solteiro, profissão aux de serviços gerais, nascido em Salvador, BA , filho de LUIS SILVA NASCIMENTO e de RITA DE CASSIA DOS SANTOS DÓREA.- MARCELE CATARINA DA SILVA, estado civil solteira, profissão do lar, nascida em São Paulo, SP , filha de MARCELO DA SILVA e de ANDREZA APARECIDA DOS SANTOS.

EDIVAN FRANÇA, estado civil solteiro, profissão MECANICO, nascido em São Paulo, SP , filho de ERALDO DOS SANTOS FRANÇA e de MARIA LUIZA FRANÇA.- ANA PAULA DE NAZARETH CAPETINGA, estado civil solteira, profissão do lar, nascida em Divisa Nova, MG , filha de LEVI DOS REIS CAPETINGA e de IVANILDA AMÂNCIO CAPETINGA.

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA ROCHA, estado civil solteiro, profissão técnico informática, nascido em São Paulo, SP , filho de CARLOS MORAES ROCHA e de VERA LUCIA RODRIGUES DE OLIVEIRA ROCHA.- LAUREANE SANTOS BISPO, estado civil solteira, profissão bancaria, nascida em Salvador, BA , filha de JUSTINIANO DE JESUS BISPO e de MARIA GORETI SANTOS BISPO.

DOUGLAS MARTIN URBANO ARCOS, estado civil divorciado, profissão eletricista, nascido em São Paulo, SP , filho de MANOEL URBANO ARCOS e de DUZOLINA BACCHIN ARCOS.- SUELÍ APARECIDA DE GOUVEIA, estado civil solteira, profissão assistente fiscal, nascida em São Paulo, SP , filha de MANOEL NUNES DE GOUVEIA e de ROSA VIEIRA DE GOUVEIA.

ANDERSON CORRÊA DE OLIVEIRA, estado civil solteiro, profissão engenheiro mecânico, nascido em São Paulo, SP , filho de EUDES DOMINGUES DE OLIVEIRA e de ROSANA CORREA DE OLIVEIRA.- PRICILLA MOTA DOS SANTOS, estado civil solteira, profissão contadora, nascida em São Paulo, SP , filha de BRUNO DO CARMO ALVES DOS SANTOS e de CRISTIANE MOTA HENRIQUE ALVES DOS SANTOS.

Centrão já admite derrota de Bolsonaro no primeiro turno

Aliado de Jair Bolsonaro no Congresso, o Centrão se dividiu para a disputa de 2022 e uma importante ala do bloco avalia que a chance de o presidente conquistar o segundo mandato está cada vez mais distante.

Em conversas reservadas, o núcleo do Progressistas, partido do presidente da Câmara, Arthur Lira (AL), e do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, tem traçado esse cenário e aposta que a eleição para o Palácio do Planalto pode até mesmo ser decidida no primeiro turno, se o presidente não mudar radicalmente o comportamento e a população não sentir no bolso uma melhoria econômica.

O diagnóstico marca uma mudança significativa na avaliação de políticos próximos do Planalto. Até então, o palpite era de que Bolsonaro voltaria a ser competitivo novamente no ano que vem com crescimento econômico e com um novo Bolsa Família, agora batizado de Auxílio Brasil.

Apoiadores do presidente também argumentavam que, com todo mundo vacinado, ninguém mais se lembraria do desastre na gestão da pandemia de covid-19.

O que mudou? Com inflação, juros e desemprego em alta, a população sente os efeitos da deterioração econômica e do aumento do preço dos alimentos, do gás de cozinha, da conta de luz e da gasolina. Não se trata de uma situação vista como passageira e, além de tudo, é agravada por uma nova onda da pandemia, crise hídrica e arroubos autoritários de Bolsonaro, que investe em ameaças à democracia e em conflitos institucionais.

Até mesmo nas bancadas de legendas com assento na Esplanada de Ministérios, como o Progressistas e o PL, há deputados que admitem muitos obstáculos na campanha de Bolsonaro para 2022.

Presidente do PL no Rio, o deputado Altineu Cortês, por exemplo, disse apoiar a reeleição do presidente, mas afirmou que o governo necessita com urgência fazer mudanças importantes na seara econômica. Bolsonarista de carteirinha, Cortês argumentou que o ministro da Economia, Paulo Guedes, atrapalha o governo por não ter "sensibilidade social" e deve sair do cargo.

"Precisamos de um ministro que trate da responsabilidade fiscal, mas que tenha sensibilidade social. Essa sensibilidade social, hoje, infelizmente, o ministro Paulo Guedes tem na sola do pé", criticou.

O chefe da equipe econômica trava atualmente uma queda de braço com a articulação política do Planalto sobre o valor a ser pago pela nova versão do Bolsa Família.

"Jogo de Cintura". Cortês destacou não ter nada pessoal contra o ministro, mas disse considerar que ele inviabiliza politicamente o governo. O dirigente do PL avaliou que falta a Guedes "jogo de cintura" nos projetos de refinanciamento das dívidas de companhias e de auxílio financeiro a microempresas.

No Progressistas já há quem considere que não vale a pena ficar com Bolsonaro. É o caso do deputado Eduardo da Fonte (PE), ex-líder do partido, ligado ao ministro Ciro Nogueira e apoiador da pré-candidatura do ex-presidente Lula. Na Bahia, Estado comandado por Rui Costa (PT), o vice-governador João Leão (Progressistas) é outro nome que rechaça uma aliança com Bolsonaro.

Incêndio em indústria em Barueri deixa três mortos

Um incêndio de grandes proporções em uma indústria de reciclagem em Barueri, na Grande São Paulo, deixou ao menos três mortos hoje (26). Os corpos das vítimas foram encontrados pelo Corpo de Bombeiros em um dos galpões da empresa. O incêndio, que teve início por volta das 11 horas, gerou uma grande nuvem de fumaça tóxica preta que atingiu parte do município. As chamas já foram controladas e os bombeiros fazem o rescaldo do local. A prefeitura de Barueri emitiu um alerta à população em relação à inalação da fumaça tóxica. "A fumaça preta que tomou conta do céu da região é extremamente tóxica e, se algum cidadão a tiver inalado, a orientação do Corpo de Bombeiros é para procurar a unidade de saúde mais próxima", destacou a administração municipal, em nota. O Corpo de Bombeiros fez o combate ao incêndio com o apoio de 18 viaturas e 57 homens.

BC estende acordo com Federal Reserve até fim do ano

O acordo especial entre o Banco Central (BC) e o Federal Reserve, Banco Central norte-americano, que permite aumentar a oferta de dólares em US$ 60 bilhões, vigorará por mais três meses, decidiu há pouco o Conselho Monetário Nacional (CMN). Prevista para acabar no fim de setembro, a linha especial de swap foi estendida até o fim de dezembro.

Em março de 2020, pouco depois de a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretar a pandemia de covid-19, o Federal Reserve anunciou um acordo com bancos centrais de diversos países para ampliar a oferta internacional de dólares e fazer frente à demanda maior pela moeda norte-americana.

No caso do Brasil, estão disponíveis US$ 60 bilhões, que podem ser sacados se o BC desejar.

"Esta linha não implica condicionalidades de política econômica e amplia os fundos e instrumentos disponíveis para as operações de provisão de liquidez em dólares pelo BC. A linha de liquidez soma-se ao conjunto de instrumentos disponíveis do BC para lidar com a alta volatilidade dos mercados em decorrência da pandemia de covid-19.", explicou o Banco Central em nota.

Esta é a terceira vez que a linha especial de crédito do Fed é prorrogada. Em agosto, o Conselho Monetário Nacional havia estendido o acordo com o Banco Central norte-americano até março deste ano. No fim de fevereiro, o acordo foi prorrogado até o fim de setembro.

Aprovado projeto de Lei do vereador Rodrigo Goulart que inclui o nome de Bruno Covas no Parque Augusta

A Câmara dos Vereadores aprovou no último dia 25 de agosto o PL 299/2021 do vereador Rodrigo Goulart que denomina Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas o espaço público localizado na confluência da rua Augusta com a rua Caio Prado e Marquês de Paranaguá, no bairro de Cerqueira César, na região central da capital paulista. O projeto é uma homenagem ao ex-prefeito Bruno Covas falecido em maio deste ano, pois sob sua gestão foi resolvida a pendência judicial que pesava sobre a área de aproximadamente 24 mil m² que impedia a criação do Parque.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676